

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Pabla Pereira da Silva

**DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DE
VIDA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS-SC**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Santa Maria, RS
2019

Pabla Pereira da Silva

**DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DE VIDA:
UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS-SC**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Administração**.

Orientador: Dr. Roberto Schoproni Bichueti

Santa Maria, RS
2019

da Silva , Pabla Pereira
DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DE
VIDA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS-SC /
Pabla Pereira da Silva .- 2019.
132 p.; 30 cm

Orientador: Roberto Schoproni Bichueti
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Administração, RS, 2019

1. Cidades Sustentáveis 2. Sustentabilidade 3. Bem
Estar Urbano 4. Urbanização I. Schoproni Bichueti,
Roberto II. Título.

Pabla Pereira da Silva

**DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DE VIDA:
UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS-SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Administração**.

Aprovada em 27 de junho de 2019:

Roberto Schoproni Bichueti, Dr.
(Orientador)

Jordana Marques Kneipp, Dr^a em Administração (UFSM)

João Fernando Zamberlan, Dr. em Engenharia Agrícola (UNICRUZ)

Santa Maria, RS
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que me apoiaram e acreditaram na realização deste trabalho.

Aos professores da Universidade Franciscana, pelo incentivo nos meus primeiros passos rumo ao mestrado.

A meu amigo Estêvão Marinho, pela ajuda na elaboração do projeto de seleção.

A meu orientador, Prof. Dr. Roberto Schoproni Bichueti, por me apresentar os conceitos de cidades sustentáveis, pela confiança em mim depositada, pelos ensinamentos, pela paciência e ajuda na construção do estudo.

Aos professores da Universidade Federal de Santa Maria, pelas aulas e ensinamentos compartilhados.

Aos colegas da pós-graduação em administração, pela amizade e parceria em todos os momentos.

Aos atores do desenvolvimento urbano sustentável de Florianópolis entrevistados, pela disponibilidade e por compartilhar seus conhecimentos.

Ao grupo focal do presente trabalho, pela amizade, disposição e contribuição para o estudo. Em especial, à minha amiga Patrícia Denardin, pelo apoio incondicional sempre e por ter feito da sua casa a sede do *focus group*.

À minha amiga Francine Flach, pela amizade, conversas e apoio em todas as horas.

Às minhas amigas, Bruna Taschetto, Liége Garlet, Nicole Tirloni e Tuanny Bañolas, por estarem sempre por perto, pela amizade, apoio e conselhos.

À minha mãe, pela base financeira que tornou possível a pós-graduação.

À Felícia, minha fiel amiga de quatro patas, companheira de horas e horas de estudo.

Por fim, e acima de tudo, a meu pai e a Deus, pela força e realização que me foi concedida.

RESUMO

DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DE VIDA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS-SC

AUTOR: Pabla Pereira da Silva
ORIENTADOR: Roberto Schoproni Bichueti, Dr.

Planejar uma cidade sustentável é, entre outros fatores, planejar uma cidade em busca de bem-estar e qualidade de vida para os seus habitantes. Desse modo, diversos autores sugerem que a promoção da qualidade de vida é um dos principais desígnios da sustentabilidade urbana. A criação e utilização de fontes de energia renováveis, a oferta de transportes alternativos e de qualidade, a disponibilidade de áreas verdes e opções de cultura e lazer para a população são alguns dos objetivos presentes em diversas agendas sustentáveis e na construção da qualidade de vida urbana. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar a contribuição do desenvolvimento urbano sustentável para a qualidade de vida na cidade de Florianópolis – SC. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, operacionalizada por meio de um estudo de caso. Foi estudado, em profundidade, o caso da cidade de Florianópolis, tendo em vista sua representatividade no que se refere à qualidade de vida, o que possibilitou a análise do fenômeno em um contexto que permitiu o alcance dos objetivos estipulados. Foi possível conhecer as características da cidade e as principais práticas de gestão para o desenvolvimento urbano sustentável desenvolvidas em Florianópolis. Sobretudo, puderam-se evidenciar condições urbanas resultantes dessas práticas, capazes de colaborar para a qualidade de vida, entre as quais, destacam-se: (1) bons índices alcançados na área da saúde e educação; (2) capital humano qualificado; (3) preservação das áreas naturais; (4) atração de empresas na área da tecnologia e *startups*; (5) estudos e planos de ação realizados pelos atores; (6) sociedade civil colaborativa e cenário cultural ativo. Além disso, evidencia-se em Florianópolis aspectos do planejamento urbano que precisam ser melhorados para tornar-se uma cidade sustentável, principalmente, os aspectos relacionados a gestão e prática dos projetos sustentáveis desenvolvidos no município. A pesquisa apresenta evidências, portanto, para a confirmação do pressuposto teórico do estudo, qual seja: o desenvolvimento urbano sustentável pode contribuir para a promoção da qualidade de vida.

Palavras-Chave: Sustentabilidade; Bem-Estar Urbano; Urbanização; Cidades Sustentáveis.

ABSTRACT

SUSTAINABLE URBAN DEVELOPMENT AND QUALITY OF LIFE: A CASE STUDY IN THE CITY OF FLORIANÓPOLIS – SC.

AUTHOR: Pabla Pereira da Silva
ADVISOR: Roberto Schoproni Bichueti, Dr.

Planning a sustainable city is, among other factors, planning a city in search of wellness and quality of life for its inhabitants. Thereby, several authors suggest that the promotion of quality of life is one of the main goals of urban sustainability. The creation and use of renewable energy sources, the offer of alternative transport and quality, the availability of green areas, cultural and leisure options for the population they are some of the objectives present in diverse sustainable agendas and in the construction of the quality of urban life. In this way, the present study aims to analyze the contribution of sustainable urban development to the quality of life in the city of Florianópolis-SC. For that, a qualitative and exploratory research was carried out, operationalized by means of a case study. The case of the city of Florianópolis was studied in depth, in view of its representativeness regarding the quality of life, which allowed the analysis of the phenomenon in a context that allowed the achievement of the stipulated objectives. It was possible to know the characteristics of the city and the main management practices for sustainable urban development formulate in Florianópolis. Especially, it was possible to show urban conditions resulting from these practices, capable of collaborating for the quality of life, among which the following stand out: (1) good indexes achieved in the area of health and education; (2) qualified human capital; (3) preservation of natural areas; (4) attraction of technology companies and startups; (5) studies and action plans carried out by the actors; (6) collaborative civil society and active cultural scene. Moreover, it is evident in Florianópolis aspects of urban planning that need to be improved to become a sustainable city, especially the aspects related to the management and practice of the sustainable projects developed in the municipality. The research presents evidences, therefore, for the confirmation of the theoretical presupposition of the study, which is: sustainable urban development can contribute to the promotion of quality of human life.

Keywords: Sustainability; Urban well-being; Urbanization; Sustainable Cities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Práticas de Gestão para o Desenvolvimento Urbano Sustentável	24
Figura 2 - Objetivos Globais - Agenda 2030.....	25
Figura 3 - A estrutura hierárquica do modelo de qualidade de vida.....	37
Figura 4 - Evolução da produção científica ao longo dos anos	39
Figura 5 - Evolução do IDHM em Florianópolis	51
Figura 6 - Convergência de evidências para o caso de Florianópolis	52
Figura 7 - Modelo Conceitual da Pesquisa.....	55
Figura 8 - Qualidade de Vida Urbana.....	57
Figura 9 - Linhas de estratégias do Plano de Ação Florianópolis Sustentável.....	73
Figura 10 - Cenário de Crescimento da Mancha Urbana para 2050	76
Figura 11 - PIB de Florianópolis 2010	83
Figura 12 - A contribuição do desenvolvimento urbano sustentável na qualidade de vida	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis	26
Quadro 2 - Enunciados de qualidade de vida	34
Quadro 3 - Relação dos entrevistados	54
Quadro 4 - Participantes do Grupo Focal	56
Quadro 5 - Eixos de análise das práticas de gestão para o desenvolvimento urbano sustentável	54
Quadro 6 - Evidências do desenvolvimento urbano sustentável em Florianópolis	100
Quadro 7 - Evidências de qualidade de vida urbana em Florianópolis	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação da produção quanto ao tipo de estudo	39
Tabela 2 - Principais fontes de estudos	40
Tabela 3 - Principais autores das publicações	41
Tabela 4 - Principais países de origem das publicações	41
Tabela 5 - Principais idiomas das publicações	42
Tabela 6 - Principais áreas de pesquisa	42
Tabela 7 - Artigos mais citados	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aflodef – Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos do Estado de Santa Catarina
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BBC BRASIL – British Broadcasting Corporation (Corporação Britânica de Radiodifusão)
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRT – Bus Rapid Transit
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CAIXA – Caixa Econômica Federal
CES – Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis
CIC- Fundação Catarinense de Cultura
COMAP – Companhia de Melhoramentos da Capital
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
FJP - Fundação João Pinheiro
GMF – Fiscalização do Sistema Carcerário
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICES – Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
MDGs – Millennium Development Goals
MIT – Massachusetts Institute of Technology
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs – Organizações não Governamentais
ONU – Organizações das Nações Unidas
ONU – Habitat - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PIB – Produto Interno Bruto
PLC – Projeto de Lei Complementar
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RMC – Rede de Monitoramento Cidadão

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SMDU – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SMHSA – Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental

SUS – Sistema Único de Saúde

UFABC – Universidade Federal do ABC

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE APÊNDICES

APÊNCIDE A - Protocolo de Entrevistas Semiestruturado.....	121
APÊNDICE B – Protocolo de Entrevistas Semiestruturado – Grupo Focal	125

LISTA DE ANEXO

ANEXO I - Descrição das 11 áreas investidas no Plano de Metas do governo local – 2017-2020	129
--	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2 OBJETIVO GERAL	17
1.2.2 Objetivos específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA	18
1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 A CIDADE E A NECESSIDADE DO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL	21
2.1.1 Desenvolvimento urbano sustentável	23
2.1.2 Cidades compactas, densas e revitalizadas	26
2.1.3 Cidades inteligentes e sustentáveis	28
2.2 A QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES	31
2.2.1 Conceitos de qualidade de vida	32
2.2.2 Mensuração e indicadores da qualidade de vida urbana	36
2.3 ESTUDO BIBLIOMÉTRICO INTEGRANDO AS TEMÁTICAS	38
2.3.1 Características das publicações	38
2.3.2 Características dos 10 artigos mais citados	43
2.3.3 Considerações finais do estudo bibliométrico	46
3 MÉTODO DO ESTUDO	49
3.1 SELEÇÃO DO CASO	50
3.2 COLETA DOS DADOS	51
3.3 MODELO CONCEITUAL.....	54
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	57
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO MÉTODO.....	58
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: O CASO FLORIANÓPOLIS	61
4.1 PERFIL DA CIDADE	61
4.2 PRÁTICAS DE GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL	62
4.2.1 Governança	64
4.2.2 Bens naturais comuns	67
4.2.3 Equidade, justiça social e cultura de paz	70
4.2.4 Gestão para a sustentabilidade	72
4.2.5 Planejamento e desenho urbano	74
4.2.6 Cultura para a sustentabilidade	78

4.2.7 Educação para a sustentabilidade	80
4.2.8 Economia local, dinâmica, criativa e sustentável	82
4.2.9 Consumo responsável e opções de estilo de vida	84
4.2.10 Melhor mobilidade, menos tráfego	86
4.2.11 Ação local para saúde	89
4.2.12 Do local para o global	91
4.3 QUALIDADE DE VIDA URBANA EM FLORIANÓPOLIS	92
4.4 A CONTRIBUIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NA QUALIDADE DE VIDA	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	120
APÊNDICE A – Protocolo de Entrevistas Semiestruturado	121
APÊNDICE B – Protocolo de Entrevistas Semiestruturado – Grupo Focal	125
ANEXO	128
ANEXO I	129

1 INTRODUÇÃO

As cidades podem ser comparadas a organismos que absorvem recursos e geram resíduos. Assim, tendo em vista que as pessoas estão totalmente ligadas a esse organismo, entende-se que a maneira como a cidade se desenvolve influencia diretamente no dia a dia e na vida das pessoas que nela residem.

Segundo Leite e Awad (2012), a cidade é o lugar no qual ocorre uma série de trocas, dos negócios à interação social e cultural, mas também é o lugar do crescimento desmedido de favelas e do trabalho informal. Estimativas da ONU indicam que dois em cada três habitantes estão vivendo em favelas ou sub-habitações (LEITE e AWARD, 2012).

Além disso, os impactos das mudanças climáticas também estão sendo sentidos nas cidades. Muitos municípios estão localizados em áreas baixas, bem como perto de litorais e rios, o que acarreta vulnerabilidade e riscos potenciais devido às alterações climáticas, tais como tufões e ciclones intensos, aumento do nível do mar, ondas extremas e surtos de tempestades (IPCC 2007a).

Tal como um organismo quando não recebe os cuidados necessários, as cidades também podem deixar de funcionar adequadamente. Entretanto, uma cidade bem planejada e desenvolvida pode somar a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Desse modo, melhorar a qualidade de vida da população, o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente tornaram-se objetivos essenciais do desenvolvimento urbano sustentável. De acordo com o Programa Cidades Sustentáveis (2016), a gestão urbana deve atuar no sentido de assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.

Desenvolver cidades mais sustentáveis é buscar soluções para os problemas típicos dos grandes centros urbanos, tais como a segregação social, a degradação da vizinhança, o aumento do tráfego rodoviário, a privação socioeconômica e as desigualdades na saúde, no bem-estar e na acessibilidade dos cuidados de saúde, as quais estas são questões políticas centrais na maioria dos países (KAMP et al. 2003).

Diante do contexto apresentado, a dimensão humana ganha cada vez mais espaço no desenvolvimento urbano sustentável. Gehl (2013) propõe como objetivo-chave para o futuro do planejamento urbano, um maior foco sobre as necessidades das pessoas que utilizam as cidades. O autor também coloca como um desafio global o surgimento de cidades mais vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis.

Assim, o desenvolvimento urbano sustentável busca trazer melhores condições de vida através da criação de infraestrutura e da sustentabilidade para viver em harmonia com os recursos naturais e o meio ambiente.

Algumas cidades têm se destacado na sustentabilidade urbana. Na Europa, Copenhague se sobressai entre aquelas que possuem os melhores índices, acompanhada de cidades como Helsinque, Estocolmo e Amsterdã. Na América do Norte, São Francisco, Vancouver e Seattle estão entre as cidades que têm desenvolvido os melhores projetos. E ainda, na América Latina, a brasileira Curitiba é reconhecida como a principal cidade sustentável do continente. Outras cidades latino-americanas, tais como Bogotá, Belo Horizonte e Brasília, também se destacam. No continente asiático, resalta-se o desempenho de Singapura e, na África, a cidade de Accra (SIEMENS AG, 2010).

Um estudo do Observatório das Metrôpoles do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia analisou 15 das principais regiões metropolitanas brasileiras e revelou quais oferecem mais e menos bem-estar para a população. O estudo é baseado em dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Fatores como tempo de deslocamento casa/trabalho, arborização no entorno dos domicílios, iluminação pública, saneamento e coleta adequada de lixo são considerados para a composição de cada categoria do índice.

O Índice de Bem-estar Urbano varia entre zero e um: quanto mais próximo de um for o resultado, melhor qualificada fica a cidade. A média do conjunto das 15 regiões metropolitanas analisadas foi de 0,605, sendo as mais bem colocadas Campinas (SP), Florianópolis (SC), Curitiba (PR), Goiânia (GO) e Porto Alegre (RS) (IBEU, 2013).

Conforme o Índice de Bem-estar Urbano (2013), Florianópolis conquistou o 2º lugar com o Índice de Bem-estar Urbano 0,754, outros dados da pesquisa também revelaram os seguintes índices da cidade de Florianópolis: Mobilidade urbana: 0,952; Condições ambientais urbanas: 0,663; Condições habitacionais: 0,906; Atendimento de serviços coletivos: 0,625 e Infraestrutura urbana: 0,615.

É possível observar que o desenvolvimento sustentável é eminente para o futuro das cidades e planejar uma cidade sustentável é, entre outros fatores, planejar uma cidade em busca de bem-estar e qualidade de vida para os seus habitantes. Rogers (2013) conceitua uma cidade sustentável como aquela que é capaz, essencialmente, de proporcionar qualidade de vida para seus cidadãos e para as futuras gerações, por meio de soluções que combinam aspectos ambientais e sociais.

O Brasil, sendo um país em desenvolvimento, tem um longo caminho a percorrer em busca de cidades mais sustentáveis, porém, algumas cidades do país possuem relevância ao promover ações que colaboram para o desenvolvimento urbano sustentável. Entre as cidades acima citadas, observa-se que Florianópolis vem se destacando na promoção de bem-estar para os seus habitantes. Tendo em vista esse contexto, pode-se apresentar o problema de pesquisa:

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como o desenvolvimento urbano sustentável contribui para a promoção da qualidade de vida na cidade de Florianópolis – SC?

A partir do problema, a seguir serão apresentados os objetivos que nortearam o estudo.

1.2 OBJETIVO GERAL:

Analisar a contribuição do desenvolvimento urbano sustentável para a qualidade de vida na cidade de Florianópolis – SC.

1.2.2 Objetivos específicos:

- a. Descrever as características e práticas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável na cidade de Florianópolis - SC.
- b. Identificar a percepção dos habitantes acerca da qualidade de vida na cidade de Florianópolis – SC.
- c. Compreender os fatores associados ao desenvolvimento urbano sustentável que contribuem para a qualidade de vida urbana em Florianópolis - SC.

1.3 JUSTIFICATIVA

Entre as condições que moldam a qualidade de vida, de acordo com Wahl e Weisman (2003), o meio ambiente desempenha um papel significativo na criação de uma boa vida. É sobre essa perspectiva, que o trabalho pretende analisar a contribuição do desenvolvimento urbano sustentável para a qualidade de vida.

Importante salientar que o sentido de meio ambiente, na perspectiva dos atores, não diz respeito somente ao ponto de vista ambiental, mas considerando também os aspectos sociais, econômicos, de infraestrutura, entre outras perspectivas importantes para a vida urbana. Os principais desafios encontrados em busca da sustentabilidade nas grandes cidades passam por aspectos ambientais, econômicos, sociais e de infraestrutura (GLOBESCAN e MRC MCLEAN HAZEL, 2007).

Ademais, o aumento da população nas cidades mostra uma mudança decisiva do crescimento rural para o urbano. Prevê-se que até 2030, a população urbana aumentará para 5 bilhões, ou 60% da população mundial (LEITE e AWARD, 2012). Uma das características da explosão urbana contemporânea, principalmente nos países em desenvolvimento, é a grande desigualdade econômica, seguida da distribuição de renda e de oportunidades.

De acordo com Rogers (2013), há cidades que abrigam comunidades com intensas privações sociais, mas é nas cidades de crescimento rápido do mundo em desenvolvimento que essa crise está se expandindo de forma rápida. Esse não é um problema exclusivo dos mais pobres ou apenas dos países em desenvolvimento, por todo o mundo o domínio público nas cidades e os espaços públicos tem sido negligenciado ou delapidado. Este processo aumentou a polarização da sociedade, criou mais pobreza e alienação (ROGERS, 2013).

Entretanto, segundo Giddings et al. (2005), as cidades podem proporcionar elevada qualidade de vida aos seus habitantes, operando em uma escala humana, nas quais os espaços e lugares são dedicados à interação social e aos negócios diários da vida.

No Brasil, o Programa Cidades Sustentáveis (2016), promovida pelo Instituto Ethos, Rede Nossa São Paulo e Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, propõe um futuro sustentável para as comunidades brasileiras. O programa oferece uma agenda completa de sustentabilidade urbana aos gestores públicos, com um conjunto de indicadores associados e um banco de práticas com casos exemplares nacionais e internacionais.

O Programa Cidades Sustentáveis (2016) está estruturado em torno de 12 eixos temáticos, inspirados nos “Compromissos de Aalborg” (AALBORG, 2004). E, tendo em vista

as diferenças entre as realidades brasileira e europeia, foram adicionados dois novos eixos temáticos: “Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida”.

Desta forma, o conceito de qualidade de vida está intimamente ligado à sustentabilidade, e sua preponderância é tal que é impossível abordar a qualidade de vida sem rejeitar ao mesmo tempo os objetivos estabelecidos pelo desenvolvimento sustentável (CANTÚ-MARTÍNEZ, 2015).

Também o documento das Nações Unidas (2016), reuniu um plano de ação com 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas. Os objetivos e metas da Agenda 2030 estimularão a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta (Nações Unidas, 2016). Dentre os objetivos globais da Agenda 2030, o objetivo 11 aborda o tema: Cidades e Comunidades Sustentáveis, com a finalidade de tornar as cidades mais inclusivas, seguras e sustentáveis.

A escolha da cidade de Florianópolis (SC) para analisar a contribuição do desenvolvimento urbano sustentável para a qualidade de vida justifica-se por meio do índice apresentado na introdução do trabalho: de acordo com a Exame (2013), Florianópolis conquistou o 2º lugar, entre as capitais do país, com o Índice de Bem-estar Urbano (0,754).

Além do mais, segundo o relatório do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), Florianópolis apresentou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,847, o que situa a cidade na faixa de desenvolvimento humano muito alto. Contribui para esse índice a dimensão de longevidade, que alcançou o índice de 0,873, seguida de renda, com índice de 0,870, e de educação, com índice de 0,800.

O Relatório da Agenda 21 das Nações Unidas (1993) afirma que é necessário fortalecer a base científica para uma gestão sustentável e os países precisam desenvolver, aplicar e instituir as ferramentas necessárias para o desenvolvimento sustentável com referência aos Indicadores de qualidade de vida abrangendo, por exemplo, saúde, educação, bem-estar social, estado do meio ambiente e economia (UNITED NATIONS, 1993).

Portanto, o estudo sobre a relação do desenvolvimento urbano sustentável e a qualidade de vida torna-se relevante dentro do contexto atual apresentado. Além disso, o trabalho pode gerar reflexões sobre o conceito de qualidade de vida, abordado também nas áreas da saúde, da economia, da sociologia, bem como nas ciências sociais e, por ser tratar de um conceito amplo, o trabalho pode contribuir no meio acadêmico e ajudar na sua construção. Assim como possibilitar uma compreensão das ações praticadas dentro de um país em desenvolvimento em busca de cidades mais sustentáveis.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

O presente trabalho está estruturado em torno de cinco capítulos principais, incluindo a introdução.

O segundo capítulo, disposto na sequência, apresenta os construtos teóricos para o estudo, centrados no desenvolvimento urbano sustentável e na qualidade de vida nas cidades. Serão abordadas teorias que dão suporte para o estabelecimento do pressuposto teórico desta pesquisa, cuja relação entre as características presentes nas cidades sustentáveis está associada a contribuição da qualidade de vida.

O terceiro capítulo deste documento apresenta o método de estudo desenvolvido na consecução da pesquisa. São descritos e justificados os caminhos escolhidos para a realização desta investigação, classificando a abordagem e a natureza do estudo. É detalhada, ainda, a estratégia de coleta e análise dos dados junto às múltiplas fontes de evidência.

O capítulo 4 traz os resultados obtidos na análise das características de uma cidade que promove qualidade de vida, relacionando os achados à base teórica consultada. As evidências obtidas junto às diferentes fontes de dados, primários e secundários, são confrontadas de modo que se tornem evidentes os fatores condicionantes presentes em cidades sustentáveis para a formação de uma boa qualidade de vida

Na sequência, o capítulo 5 apresenta as considerações finais do estudo, destacando a relevância e as implicações da pesquisa, suas limitações e as sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo aborda conceitos sobre o desenvolvimento urbano sustentável e a qualidade de vida. A estrutura do capítulo inicia com o crescimento das cidades e a necessidade do planejamento urbano sustentável, seguindo o assunto por meio do desenvolvimento urbano e das possíveis soluções para tornar as cidades mais sustentáveis. A revitalização das metrópoles, a criação de cidades compactas, densas e inteligentes são alguns dos temas presentes.

Quanto a qualidade de vida, o tópico apresenta a sua ligação com o desenvolvimento urbano sustentável, bem como a sua importância no planejamento urbano e algumas definições de qualidade de vida, também cita exemplos de mensuração e indicadores de qualidade de vida.

2.1 A CIDADE E A NECESSIDADE DO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

A cidade é um lugar no qual as pessoas se encontram e realizam diversas atividades por meio do convívio em sociedade. Le Goff (1998) explica que desde os centros da Idade Média, a cidade é formada por uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, considerada um lugar de produção e de trocas, na qual se mesclam o artesanato e o comércio, alimentados por uma economia monetária.

Ainda, segundo o autor, na cidade, concentram-se, também, os prazeres das festas, dos diálogos na rua, nas tabernas, nas escolas, nas igrejas e, até mesmo, nos cemitérios. Para mais, é nas cidades que a humanidade realiza as suas ambições, aspirações e sonhos, satisfaz as suas necessidades e transforma ideias em realidade (UN-HABITAT, 2013).

Gehl (2013) fala que ao olhar a história das cidades, pode-se ver claramente que as estruturas urbanas e o planejamento influenciam o comportamento humano e as formas de funcionamento das cidades.

O império romano tinha as cidades coloniais com seus planos fixos e regimentais das principais ruas, fóruns, edifícios públicos e quartéis, uma fórmula que reforçou seu papel militar. A estrutura compacta das cidades medievais com curtas distâncias a pé, praças e mercados dava suporte à sua função como centros de comércio e artesanato. A estratégia de renovação de Paris, por Haussmann, nos anos após 1852, em particular os largos bulevares, deram apoio ao controle militar da população, bem como forneceram a plataforma para uma cultura especial do bulevar que espalhou passeios públicos e cafés ao longo das ruas das cidades (GEHL, 2013, p.9).

Observando esses aspectos históricos é possível intuir que toda a cidade necessita de planejamento para que os habitantes possam socializar e realizar as suas atividades adequadamente. Mas, ao longo dos anos, a urbanização avançou de forma acelerada e desgovernada, gerando uma série de problemas.

Como expuseram Southcli e-Ashton (2008), ao observar o início da Revolução Industrial, em 1760, já existem mais de 250 anos de processo de indolência socioambiental. Isso quer dizer que as transformações tecnológicas e industriais levaram a um desenvolvimento contínuo com grandes conquistas, mas acompanhadas, no entanto, por manifestações como poluição, deterioração ambiental e exclusão social de poder, conhecimento e bem-estar, em coletividades vulneráveis, como camponeses, indígenas e pobres (CANTÚ-MARTÍNEZ, 2012). Além disso, a falta de autonomia e responsabilidade fiscal do governo local exacerba problemas de transporte, especialmente nos municípios (ZHAO, 2010).

Outro problema que vigora é a rapidez com que as cidades crescem, a urbanização geralmente acompanha o desenvolvimento social e econômico, mas o rápido crescimento urbano na escala atual levará a uma demanda sem precedentes de recursos para atender a necessidades, como: alimentação, abrigo, transporte e energia (TOLLEY 1987, PARIKH, VIBHOOTI 1995, SATTERHWAITE et al., 2010).

Conforme Leite e Awad (2012), mais de 50% da população mundial é urbana e as estimativas apontam que este percentual alcançará mais de 75% em 2050. O Brasil, inserido nesse cenário, possui uma população urbana de aproximadamente 172 milhões de pessoas, o que representa cerca de 85% dos habitantes do país (NAÇÕES UNIDAS, 2014).

Há uma tendência contínua para as aglomerações urbanas cada vez maiores. De acordo com as Nações Unidas (2014), existem no mundo 28 megacidades (com mais de 10 milhões de habitantes), entre as maiores cidades, estão: Tóquio (38 milhões de habitantes), Delhi (25 milhões), Shangai (23 milhões), seguidas da Cidade do México, Mumbai e São Paulo (21 milhões de pessoas cada uma). A cidade brasileira do Rio de Janeiro também faz parte da lista das megacidades¹, na 17ª posição.

Além do mais, o desenvolvimento urbano incentiva cada vez mais pessoas a migrar para as cidades e esse movimento deve continuar acelerado nos próximos anos. Como observa Rogers (2013), as cidades tornaram-se complexas matrizes de atividades humanas e efeitos ambientais. E, diante dos problemas causados pelo desenvolvimento de cidades sem

¹ As megacidades ocorrem devido à fusão de várias cidades ou localidades urbanas ligadas funcionalmente, essas cidades formam uma aglomeração urbana (HAN et al. 2012).

planejamento, lideranças de vários países procuram soluções para desenvolver cidades mais sustentáveis.

O relatório das Nações Unidas, denominado Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1991), propôs o conceito de desenvolvimento sustentável como base para uma política econômica global: atender às nossas necessidades atuais, sem comprometer as futuras gerações e dirigir ativamente nosso desenvolvimento em favor da maioria do mundo – os mais pobres.

De acordo com Bichueti (2016), a geração de energia mais limpa, a destinação adequada dos resíduos sólidos, a adequada mobilidade urbana e a disponibilidade de áreas verdes são alguns dos objetivos presentes nas diversas agendas das cidades sustentáveis. Assim sendo, o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis visa procurar soluções para os desafios ambientais, sociais, econômicos e culturais que comprometem o planeta.

Por conseguinte, a próxima seção dará continuidade ao assunto trazendo algumas discussões vigentes sobre o desenvolvimento urbano sustentável.

2.1.1 Desenvolvimento urbano sustentável

De acordo com Williams (2010), os dois principais desafios para o desenvolvimento urbano sustentável são: (1) compreender a ‘visão’, ou seja, saber o que realmente se entende por cidade sustentável, e (2) desenvolver uma compreensão mais profunda dos processos multifacetados de mudança necessários para alcançar cidades mais sustentáveis. Nesse sentido, dado os desafios para amenizar os efeitos negativos do crescimento urbano e direcionar as cidades ao desenvolvimento sustentável, entende-se que:

(...) cidade sustentável é o assentamento humano constituído por uma sociedade com consciência de seu papel de agente transformador dos espaços e cuja relação não se dá pela razão natureza-objeto e sim por uma ação sinérgica entre prudência ecológica, eficiências energéticas e equidade socioespacial (Romero, 2007).

Assim, Gehl (2013) expõe que o conceito de sustentabilidade aplicado às cidades é amplo, sendo o consumo de energia e os lançamentos dos edifícios apenas uma das preocupações. Existem outros fatores cruciais, como: a atividade industrial, o fornecimento de energia e o gerenciamento de água, esgoto e transportes. Transporte, segundo o autor, é um item particularmente relevante na contabilidade verde, porque é responsável por um consumo massivo de energia, pelas conseqüentes emissões de carbono e pela pesada poluição.

Keivani (2010) corrobora ao listar, também, as perspectivas ambiental, social, econômica e de infraestrutura entre os principais desafios para o desenvolvimento urbano

sustentável. Gehl (2013), por sua vez, coloca como um desafio global o surgimento de cidades mais vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis. Ou seja, planejar os espaços públicos de uma cidade pensando nos cidadãos que ali residem. Com a criação de ruas, praças e parques que possam proporcionar encontros para o lazer, a diversão, a troca de ideias, a compra e venda, a socialização e a facilidade para a realizar tarefas diárias.

O Programa Cidades Sustentáveis (2016) propõe práticas de gestão (Figura 1) para o desenvolvimento urbano sustentável e busca integrar as dimensões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais. Os 12 eixos do Programa Cidades Sustentáveis estão inspirados nos compromissos de Aalborg (Dinamarca), um pacto político com o desenvolvimento sustentável que já foi assinado por mais de 650 municípios, principalmente europeus.

Os compromissos consideram a participação da comunidade local na tomada de decisões, a economia urbana preservando os recursos naturais, a equidade social, a mobilidade urbana, a conservação da biodiversidade, entre outros aspectos relevantes (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016).

Figura 1 - Práticas de Gestão para o Desenvolvimento Urbano Sustentável



Bichueti (2016) explica que a adoção de práticas de gestão para o desenvolvimento urbano sustentável é capaz de produzir determinadas condições urbanas, entre as quais, podem ser citadas: a elevação da qualidade de vida e do bem-estar da população, a redução dos impactos ambientais e possibilidade de adoção de um estilo de vida saudável nas cidades.

Segundo o autor, torna-se importante promover determinadas características nas cidades, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento local e a prosperidade. Entre os quais, além da qualidade de vida aos cidadãos e a oferta de adequada mobilidade urbana; também se destacam a atração e a retenção de pessoas criativas e talentosas; a adequada interação social; o cenário cultural ativo; a promoção de saúde, segurança e educação, entre outros.

Além do Programa Cidades Sustentáveis (2016) inspirados nos compromissos de Aalborg (Dinamarca), a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável apresenta um plano de ação com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que procuram equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e ambiental (NAÇÕES UNIDAS, 2016). Logo, a figura 2 ilustra os 17 objetivos da Agenda 2030.

Figura 2: Objetivos Globais - Agenda 2030



Fonte: Nações Unidas, 2016.

De acordo com as Nações Unidas (2016), dentre os objetivos da agenda, o objetivo 11 aborda o tema Cidades e Comunidades Sustentáveis com o intuito de tornar as cidades e os

assentamentos humanos inclusivos, seguros e sustentáveis. O quadro 1 apresenta as metas definidas no objetivo 11 para até 2020 e 2030.

Quadro 1 – Objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países
11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis
11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

Fonte: Nações Unidas, 2016.

A Agenda 2030 foi construída sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, segundo as Nações Unidas (2016), pretende concluir o que estes não conseguiram alcançar.

Sendo assim, pode-se avançar nos conceitos de cidades sustentáveis e nas soluções propostas pelos estudiosos da área com relação a urbanização desenfreada.

2.1.2 Cidades compactas, densas e revitalizadas

Rogers (2013) afirma que o conceito de cidade autossustentável reinventa e revisita o modelo de cidade densa. Ele explica que o modelo compacto foi rejeitado no Século XX, em função dos efeitos colaterais observados nas cidades industriais do Século XIX, onde estavam presentes a superpopulação, pobreza e problemas de saúde em grande parte da população. Canalizações de esgoto a céu aberto espalhavam cólera e febre tifoide e acumulavam-se detritos

e resíduos sólidos ao lado das moradias, o que levou os pensadores urbanos a proporem ambientes urbanos de menor concentração.

Entretanto, com sistemas mais avançados de tratamento de esgoto e do lixo, a disponibilidade de produtos ecologicamente corretos e sistemas mais avançados de energia e transporte públicos, o modelo de cidade densa pode ser reconsiderado, em especial em função das vantagens sociais da proximidade (ROGERS, 2013).

As ideias expostas por Leite e Awad (2012) vêm ao encontro dessa visão, ao afirmarem que as cidades sustentáveis devem ser densas e compactas. Maiores densidades urbanas, segundo os autores, representam menores consumo de energia per capita. As cidades mais densas da Europa e da Ásia são consideradas como modelos entre as *global green cities*, tendo em vista que suas altas densidades otimizam a infraestrutura urbana e propiciam ambientes de maior qualidade de vida, promovida pela sobreposição de usos (LEITE e AWAD, 2012).

Keivani (2010) também discute o conceito de cidades compactas, que permitem a otimização do uso de energia, promovem fontes de energia sustentáveis, redes de transportes integradas, como foco em transporte público e ciclovias, e, não menos importante, a inclusão social.

Autores como Rogers (2013) e Keivani (2010), enxergam benefícios em cidades densas e socialmente diversificadas. A cidade compacta cresce em torno de centros de atividades sociais e comerciais localizados junto aos pontos nodais de transporte público. São criados pontos focais, onde as vizinhanças se desenvolvem e, desse modo, é criado um padrão policêntrico de desenvolvimento, em que o trabalho, outros serviços e o lazer ficam ao alcance da comunidade, sem a necessidade de deslocamento de automóveis para atender as necessidades cotidianas (ROGERS, 2013).

Dessa forma, na compreensão dos autores, são promovidos benefícios sociais, como qualidade de vida e a maior interação social, bem como benefícios ambientais, referentes a eficiência energética, menor consumo de recursos e menor nível de poluição. Além do mais, a elevada concentração de pessoas nas cidades traz consigo outros benefícios.

De acordo com os estudos de Florida (2005), ambientes com maior concentração de pessoas criativas crescem mais rapidamente e atraem outras pessoas talentosas. Destacam-se, ainda, outras pesquisas que demonstram que maiores densidades populacionais urbanas estão diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico e à geração de inovação urbana (GLAESER, 2003; HALL, 2001).

Leite e Awad (2012) também discutem sobre a reinvenção das metrópoles e como transformá-las em cidades mais sustentáveis e inteligentes. Para os autores, as cidades são

capazes de se reinventar e, algumas cidades, podem funcionar semelhante a um organismo - quando adoecem, se curam e mudam. Mas, para que esse processo aconteça é preciso que autoridades governamentais invistam em projetos que possam instrumentalizar a regeneração urbana dos vazios centrais.

As metrópoles são o grande desafio estratégico do planeta neste momento. Se elas adoecem, o planeta torna-se insustentável. No entanto, a experiência internacional - de Barcelona a Vancouver, de Nova York a Bogotá, para criar cidades mais verdes - mostra que as metrópoles se reinventam. Se refazem. Já existem diversos indicadores comparativos e *rankings* das cidades mais verdes do planeta. Fora dos países ricos, Bogotá e Curitiba colocam-se na linha de frente como *cases* a serem replicados (LEITE e AWAD, 2012).

Os autores defendem que para conquistar metrópoles compactas, densas e vivas é preciso focar na regeneração urbana e na reestruturação produtiva de áreas metropolitanas. O re-desenvolvimento destes territórios representa voltar a cidade para dentro. Refazê-las, ao invés de expandi-la. Compactá-la. Deixá-la mais sustentável é transformá-la numa rede estratégica de núcleos policêntricos compactos e densos, otimizando infraestruturas e liberando territórios verdes (LEITE e AWAD, 2012).

Do mesmo modo, Jacobi (2011), defende as potencialidades promovidas pela diversidade urbana encontrada nas metrópoles, resultando em desenvolvimento econômico e riqueza da vida coletiva. Para o autor, as grandes cidades, em virtude da diversidade, seja ela econômica ou social, são o centro econômico natural de um leque imenso de pequenas empresas e de novas ideias, consideradas os locais ideais para a inovação.

Dessa forma, o pensamento criativo e as inovações são fundamentais para a sustentabilidade. E, pensando no desenvolvimento urbano sustentável, Mieg (2012), considera esse um processo dinâmico e de gerenciamento de mudança urbana, o autor argumenta que a inovação e a sustentabilidade partilham uma mesma base conceitual: a gestão de recursos, seja administrando, recombinao ou preservando-os. Corroborando, Nevens et al. (2013) afirma que a busca pela sustentabilidade urbana exige formas inovadoras de lidar com ela.

Assim, no próximo tema apresenta-se como a tecnologia pode influenciar na sustentabilidade, como por exemplo, na criação de cidades mais inteligentes.

2.1.3 Cidades inteligentes e sustentáveis

Outro conceito que ganha espaço na discussão do planejamento urbano sustentável é a cidade inteligente. As cidades inteligentes representam um desafio concreto para o futuro das

idades (STALEY e CLAEYS, 2005). Conforme Cortese, Kniess e Maccari (2017), uma cidade inteligente é aquela capaz de criar estruturas de gestão qualificadas para atender demandas próprias do caráter problemático que o espaço urbano, enquanto sistema complexo, produz continuamente. Desse modo, uma cidade inteligente faz uso da tecnologia de informação para otimizar tarefas e tornar mais eficiente os serviços públicos.

A palavra-chave para uma cidade inteligente é a comunicação (ROCHE et al. 2013), incluindo a intercomunicação de energia, recursos, sistemas de informação e entre equipamentos de monitoramento e controle de serviços e participação. Uma cidade inteligente é algo que está em constante evolução e, portanto, requer uma comunicação constante e divulgação de informações (ZUBIZARRETA et al. 2015).

Além disso, a cidade inteligente deve ser capaz de facilitar e satisfazer as necessidades dos cidadãos, das empresas e da organização, por um uso integrado e original das tecnologias de informação e comunicação, especialmente na comunicação, mobilidade, meio ambiente e campos de eficiência energética (GIRARDI, MARAZZI e TEMPORELLI, 2014). E mais, a democratização das informações territoriais com os novos sistemas de tecnologia de informação e comunicação deve favorecer a formação de comunidades participativas, além de *e-governance*: serviços de governo inteligente mais ágeis, transparentes e eficientes, pelo compartilhamento de informações (LEITE e AWAD, 2012).

É considerada uma comunidade inteligente aquela que usa a tecnologia de informação para transformar a vida e o trabalho dentro de seu território (de forma significativa). Ao recuperar o sentido da cidadania, o objetivo das cidades inteligentes pode ser melhor compreendido, de modo que uma cidade inteligente representa um modo de vida, uma cidade ideal para se desenvolver e redescobrir (YUAN e LI, 2014).

A Europa é o continente com o maior desenvolvimento em cidades inteligentes, com muitas cidades envolvidas em planos de desenvolvimento inteligentes, e também apoiado com ajuda financeira provenientes de diferentes instituições, como a plataforma Europa 2020 (MANVILLE et al., 2014).

É importante reforçar que essas iniciativas necessitam de grandes investimentos e apoio de economias fortes. Todas as outras características das cidades inteligentes dependem desta: sem uma situação econômica positiva, seria impossível desenvolver a maioria das aplicações nas classificações padrão europeias (ZUBIZARRETA et al. 2015).

Os padrões europeus usam seis pontos-chave para a classificação das cidades inteligentes: economia, pessoas, vida, governança, meio ambiente e mobilidade (GIFFINGER et al., 2007). Segundo Zubizarreta et al. (2015), essas seis áreas de trabalho estão focadas em

resolver os principais problemas das cidades atuais e tentam evitar os novos problemas que virão, como problemas relacionados à macropopulação, mobilidade e questões ambientais. Além disso, a participação cidadã e a transparência de governança são os outros tópicos no desenvolvimento da cidade inteligente.

Edimburgo e Aarhus são exemplos de cidades inteligentes na Europa. A prefeitura de Edimburgo possui uma plataforma multicanal (web, TV, internet e celular) que permite que o cidadão seja informado de todas as questões, eventos ou informações úteis relacionadas ao cotidiano da cidade (CITY of EDINBURGH COUNCIL, 2014).

De acordo com Zubizarreta et al. (2015), esta aplicação oferece uma governança mais transparente e direta, e apoia os cidadãos para uma participação mais ativa e um maior interesse pela vida pública, social e cultural. A quantidade de informação contínua em tempo real também permite que os cidadãos tenham uma vida mais confortável.

Já Aarhus possui a maior rede sem fio na Dinamarca, a rede oferece novas oportunidades, especialmente para criar soluções inovadoras na cidade e para utilizar e coletar dados. Também é capaz de conectar todas as aplicações e criar um sistema de cidade inteligente real, evitando ter um sistema com aplicativos divididos sem qualquer sinergia entre eles (SMART AARHUS, 2014).

Da mesma forma, os recursos hidráulicos de Aarhus são destaques pela qualidade e distribuição segura. A Aarhus Water controla 10 usinas hidráulicas, uma torre de água e 10 tanques de armazenamento elevados. A água potável é distribuída dentro da cidade por um tubo de água principal de 1.500 km de extensão e 46.355 tubos de serviço (STATE of GREEN, 2014).

Conforme Zubizarreta et al. (2015), a cidade inteligente é uma mistura de aplicações tecnológicas que estão interligadas com um propósito comum. O uso correto do sistema de aplicativos levará ao sucesso em uma cidade inteligente real. Além disso, o autor argumenta que a única maneira de transportar uma economia poderosa, com crescimento sustentável e social, é inovando por meio da busca por novas tecnologias capazes de aumentar a produtividade e diminuir os custos e o impacto ambiental.

Para Zubizarreta et al. (2015), todos os aplicativos devem reagir de forma positiva à economia do lugar: o que não significa que o aplicativo deve ser planejado como uma ferramenta de crescimento econômico (apenas), mas como um instrumento para novas oportunidades de desenvolvimento.

Assim, pode-se concluir que o desenvolvimento urbano sustentável procura diversas direções e uma cidade pode fazer uso de várias soluções para se tornar mais sustentável, mas,

somente com planejamento e gerenciamento adequado de recursos que as elucidações apresentadas conseguem sair do papel, como nos exemplos expostos.

Além disto, até aqui foi citado em alguns momentos a importância da qualidade de vida nas cidades sustentáveis, entretanto, a partir deste ponto, o trabalho pretende explorar mais sobre a qualidade de vida nas cidades para o desenvolvimento urbano sustentável.

2.2 A QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES

O conceito de desenvolvimento sustentável prevê o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (Gibson, 2006). Pode-se entender, portanto, que, dentre os objetivos do desenvolvimento sustentável, está possibilitar às pessoas um nível satisfatório de realização pessoal, cultural, social e econômico, sem prejudicar os recursos naturais do planeta.

Percorrendo esse caminho, a UN-Habitat (2013), no documento *The 2012/2013 State of the World's Cities Report,- Prosperity of Cities*, examina como as cidades podem gerar e distribuir equitativamente os benefícios e as oportunidades associados à prosperidade, garantindo o bem-estar econômico, a coesão social, a sustentabilidade ambiental e uma melhor qualidade de vida para as pessoas.

Políticas integradas para melhorar a vida dos moradores urbanos e rurais são necessárias (NAÇÕES UNIDAS, 2014). Ademais, Rogers (2013) destaca que a qualidade de vida da população é um dos alicerces de uma cidade sustentável.

Corroborando, Gehl (2013) informa que a preocupação com a dimensão humana no planejamento urbano é crescente e reflete uma exigência distinta e forte por melhor qualidade de vida urbana. Para o autor, o desenvolvimento sustentável é o caminho para melhorar qualidade de vida do ser humano.

Ainda, Bichueti (2016) acrescenta que a promoção da qualidade de vida dos cidadãos e a redução dos impactos ambientais são objetivos fundamentais para o desenvolvimento urbano sustentável.

A qualidade de vida é o conceito central da problemática ambiental e do desenvolvimento sustentável, pois representa muito mais que um nível de vida privada, exigindo, entre outros aspectos, a disponibilidade total de infraestrutura social e pública para atuar em benefício do bem comum e para manter o ambiente sem deterioração e contaminação (FRANK, 2000 apud KRAN e FERREIRA, 2006).

A relação entre meio ambiente urbano e qualidade de vida é pensada levando-se em conta aspectos estreitamente relacionados a uma abordagem intersectorial da questão (JACOBI, 2000). No campo conceitual, a mescla entre os dois conceitos (qualidade de vida e qualidade ambiental) é de tal ordem, que muitas vezes se torna difícil estabelecer se a qualidade de vida é um dos aspectos da qualidade ambiental, ou se a qualidade ambiental é um componente do conceito de qualidade de vida (KRAN e FERREIRA, 2006).

Nessa perspectiva, Nahas (2000) acredita que a incorporação do conceito de qualidade ambiental trouxe uma série de outras implicações à concepção e ao dimensionamento da qualidade de vida, uma vez que aquela, vinculada à noção de desenvolvimento sustentável, acabou por expandir suas fronteiras conceituais.

Na prática, Kran e Ferreira (2006) expõem que a abrangência de cada um dos conceitos se explicita, ao serem estabelecidos e aplicados os métodos para a sua mensuração, que acabam, assim, contribuindo para a formação do próprio conceito. Portanto, o conceito de qualidade de vida dentro do desenvolvimento sustentável passa a incorporar, além da dimensão econômica, as dimensões social e ambiental.

Além disso, uma cidade próspera precisa ser um ambiente saudável para a interação humana. De acordo com o Programa Cidade Sustentáveis (2016), comunidades sustentáveis são lugares onde as pessoas querem viver e trabalhar, agora e no futuro. As cidades sustentáveis devem atender às diversas necessidades dos moradores, são sensíveis ao meio ambiente e contribuem para uma alta qualidade de vida.

2.2.1 Conceitos de qualidade de vida

De acordo com Urzúa e Caqueo-Urizar (2012), a noção de qualidade de vida pode ser rastreada até os Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, como uma tentativa de pesquisadores da época em saber a percepção das pessoas sobre se eles tinham uma boa vida ou se sentiam financeiramente seguros.

Para Wilhelm e Deák (1970), a qualidade de vida está ligada à satisfação de aspectos objetivos representados pela renda, emprego, objetos possuídos e qualidade da habitação, dentre outros. Já na concepção de Dalkey (1972), a qualidade de vida está unida a aspectos tais como felicidade e bem-estar.

Desse modo, seria mais coerente se fossem considerados fatores com real significado para o indivíduo e não aqueles fatores prescritos como sendo socialmente bons (RIBEIRO e VARGAS, 2001). A qualidade de vida inclui as dimensões psicológicas e sociológicas, como:

habitação adequada; a participação em atividades culturais, de entretenimento, tempo para leitura; satisfação nas relações interpessoais e um bom convívio familiar; o conhecimento e os recursos para se adaptar aos tempos de mudança, a igualdade de oportunidades para influenciar na direção e na velocidade das mudanças (LO e FABER, 1997).

De fato, como explica Turkoglu (2015), a qualidade de vida é certamente um conceito multifacetado e interdisciplinar, frequentemente usado na mídia e pelos políticos, mas desafia a definição precisa. Muitas vezes, é difícil diferenciar entre as noções de qualidade de vida, bem-estar, satisfação e felicidade (MORATO, 2003).

Ao longo dos anos, o estudo da qualidade de vida atraiu a atenção de pesquisadores de uma ampla gama de disciplinas acadêmicas. Segundo Turkoglu (2015), o conceito também teve uma forte influência sobre as tendências sociais e políticas aplicadas a vários campos, como o planejamento urbano e regional, a promoção da saúde, a pesquisa sobre deficiência, indicadores sociais e pesquisa econômica e de saúde mental.

Como ressaltam Ülengin et al., (2001), diferentes resultados são obtidos nos estudos de qualidade de vida, devido às diferenças na escolha dos conjuntos de variáveis, na atribuição de pesos às variáveis, da abordagem adotada, das metodologias usadas, e a homogeneidade das unidades geográficas de análise em que as pesquisas são baseadas.

Historicamente, os estudos de qualidade de vida tendem a examinar indicadores objetivos que refletissem a condição humana, como seus dados de emprego, a incidência de mortalidade e morbidade e as taxas de criminalidade. Esses estudos foram lançados durante o movimento dos indicadores sociais nos anos 1970 e recentemente resumidos em *Investigating Quality of Urban Life: Theory, Methods and Empirical Research* (MARANS e STIMSON, 2011).

No entanto, durante o último meio século, estudiosos argumentaram que a "qualidade" de qualquer entidade tem uma dimensão subjetiva que é perceptiva e que tem uma realidade objetiva. Em seu livro abrangente sobre o bem-estar, Kahneman, Diener e Schwartz (1999) indicam que a experiência de qualidade de vida dos indivíduos está inserida no contexto social e cultural do avaliador.

Zapata e Romero (2010) salientam: embora a qualidade de vida possa ser determinada por fatores objetivos, sua manifestação essencial é apreciada na ordem subjetiva, resposta de uma relação dialética entre o objetivo e o subjetivo. Em outras palavras, a qualidade de vida objetiva e percebida são dois elementos agregados que interagem no indivíduo, e sua interpretação depende dos valores que subsistem e dos eventos que surgem em seu ambiente (WATANABE, 2005; GALÁN, 2012).

No entanto, apesar da complexidade do tema, Vizcaíno e Fernández (2009) advertem que há três premissas a serem consideradas para avaliação: a primeira diz respeito à satisfação reconhecida pelo indivíduo, o segundo às condições de vida em que a pessoa subsiste e a terceira a uma experiência percebida dos dois anteriores.

Nesta ordem de ideias, é necessário especificar que o grau de desenvolvimento alcançado por uma sociedade obedece a indicadores socioeconômicos que detalham o estado geral da economia de uma nação, mas também devem considerar as relações sociais que mantêm e prevalecem a existência concreta de pessoas (CARPIO et. al. 2000).

De mais a mais, Ardila (2003) argumenta que as principais dimensões do caráter objetivo que devem ser levadas em consideração para o estudo da qualidade de vida devem se referir aos seguintes aspectos: bem-estar emocional; riqueza material e bem-estar material; saúde; trabalho e outras formas de atividade produtiva; relações familiares e sociais; segurança e integração com a comunidade.

Por outro lado, seria importante considerar aspectos subjetivos relacionados às pessoas nos fatores de intimidade, expressão emocional, segurança percebida, produtividade pessoal e saúde percebida (CANTÚ-MARTÍNEZ, 2015). Aliás, o autor elaborou um quadro que sintetiza alguns conceitos sobre qualidade de vida e as diferentes interpretações sobre as condições objetivas e subjetivas citadas.

Quadro 2 – Enunciados de qualidade de vida

Enunciado	Referência
O conceito de qualidade de vida [...] está globalmente associado às condições materiais em que se desenvolve a existência de indivíduos e, mais especificamente, com a experiência pessoal que resulta das referidas condições.	CASTAÑEDA citado em (RODRÍGUEZ e GARCÍA, 2005, p. 51-52)
A qualidade de vida é simplesmente a soma de todas as coisas que as pessoas coletivamente consomem, quer através de gastos públicos, quer porque não são comparáveis de forma alguma.	(JACOBS, 1996, p. 393-394)
Considera a qualidade de vida como um agregado de componentes objetivos e subjetivos. Cada componente inclui sete aspectos: bem-estar material, saúde, produtividade, privacidade, segurança, lugar na comunidade e bem-estar emocional.	(LORA, 2008, p. 10)

<p>A qualidade de vida é o resultado da interação complexa entre fatores objetivos e subjetivos; as primeiras constituem as condições externas: econômicas, sociopolíticas, culturais e ambientais que facilitam ou dificultam o pleno desenvolvimento do homem, de sua personalidade. Os segundos são determinados pela avaliação que o sujeito faz de sua própria vida.</p>	<p>CABRERA et. al. (citado em GARCÍA - VINIEGRAS, 2005)</p>
<p>Como um conjunto de coisas desejáveis nem sempre reconhecidas pelo mercado, que, como a sustentabilidade, tem dimensões econômicas, sociais e ambientais. Abrange aspectos como renda, condições de trabalho e habitação, saúde e educação, relações de raça e gênero, segurança, condições ambientais, oportunidades recreativas, coisas que como um todo podem ser vistas como padrão de vida geral.</p>	<p>JOHNSTON citado em (SÁNCHEZ - MADARIAGA, 2004)</p>
<p>A qualidade de vida é um estado de satisfação geral, derivado da realização do potencial da pessoa. Tem aspectos subjetivos e aspectos objetivos. É um sentimento subjetivo de bem-estar físico, psicológico e social. Inclui, como aspectos subjetivos, intimidade, expressão emocional, segurança percebida, produtividade pessoal e saúde objetiva. Como aspectos objetivos, bem-estar material, relações harmoniosas com o ambiente físico e social e com a comunidade, e saúde objetivamente percebida.</p>	<p>(ARDILA, 2003)</p>

Fonte: Cantú- Martínez, 2015, p. 13.

Além disso, de acordo com Torres Tovar (2010), a qualidade de vida é construída social e coletivamente e os próprios indivíduos intervêm, considerando os diferentes cenários pessoais, familiares, institucionais e comunitários. Portanto, o autor argumenta que a qualidade de vida é plural e não singular, no sentido de que a qualificação da sensação de existência é criada pelo indivíduo com suas múltiplas determinações geradas pela sua história ontogenia.

Assim, pode-se observar que a qualidade de nossas vidas tem muitas dimensões, incluindo relacionamentos pessoais (família, amigos), empregos, situação financeira, saúde, lazer, entre outros. E mais, aqueles de nós interessados nas cidades e no meio ambiente em geral devem estar conscientes de que se vive em diferentes lugares, cada um dos quais tem numerosos atributos ambientais e esses lugares também são importantes para a nossa qualidade de vida (TURKOGLU, 2015).

Portanto, o próximo ponto é apresentar alguns exemplos de medições e indicadores de qualidade de vida urbana.

2.2.2 Mensuração e indicadores da qualidade de vida urbana

McMahon (2002), no seu trabalho sobre: O desenvolvimento de indicadores de qualidade de vida - um estudo de caso da cidade de Bristol, no Reino Unido, coloca que o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade ou qualidade de vida deve representar todos os setores da sociedade e pode fornecer conhecimentos essenciais sobre áreas carentes que são necessárias antes, durante e após a regeneração e a melhoria.

Para tanto, o autor mediu os seguintes indicadores sobre a qualidade de vida nos bairros de Bristol (1) indicadores comuns europeus, (2) indicadores nacionais e regionais, (3) indicadores de partes interessadas, (4) ala local e indicadores de toda a cidade e (5) indicadores de grupos comunitários. Eles são agrupados em 14 temas de sustentabilidade: gestão de resíduos, energia, transportes, proteção ambiental, biodiversidade, habitação e abrigo, negócios sustentáveis, saúde e bem-estar, segurança comunitária, economia social, cultura e turismo, uso e desenvolvimento do solo, educação e pobreza.

A escolha dos indicadores de qualidade de vida em Bristol baseia-se nos seguintes critérios: ser fácil de entender e ajudar a simplificar informações complexas; ter ressonância e refletir a sustentabilidade do dia-a-dia e preocupações com a qualidade de vida; ser capaz de mostrar tendências ao longo do tempo e monitorar se a mudança está em uma direção sustentável; ter flexibilidade em uma sociedade em mudança; ser capaz de permitir a comparabilidade entre as alas e cidades.

A pesquisa sobre qualidade de vida pode fornecer as bases para a criação, manutenção e promoção positiva da sustentabilidade a partir da implementação de políticas baseadas em evidências (TURKOGLU, 2015).

Além disso, pode-se estudar a qualidade de vida através desses dez indicadores: pessoas e lugares, transporte e acesso, bem-estar econômico, educação e aprendizagem ao longo da vida, cultura e lazer, coesão e envolvimento da comunidade, habitação e segurança comunitária, meio ambiente, saúde e bem-estar social (TURKOGLU, 2015).

As medidas objetivas da qualidade de vida se concentram nos padrões gerais de vida. A qualidade de vida geralmente foi entendida como sinônimo de recursos financeiros, disponibilidade de um certo número de amenidades, instalações do bairro e qualidades ambientais objetivamente mensuráveis (JACKSON, 2002).

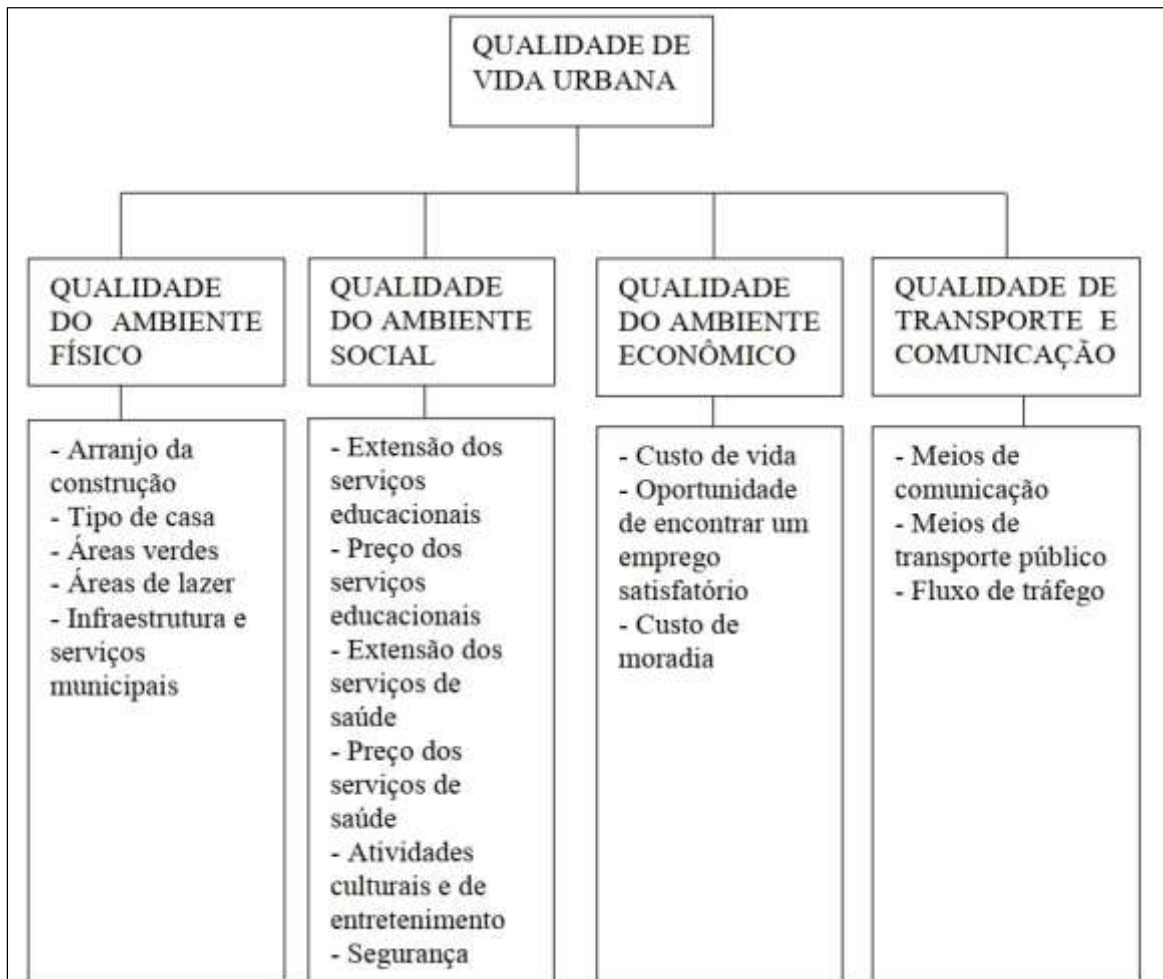
Os aspectos ambientais dos questionários de qualidade de vida comuns (WHOQOL, 1998) incluem facetas como segurança física e segurança, saúde e assistência social, ambiente doméstico, oportunidades para atividades recreativas/de lazer, poluição do ar,

ruído, densidade do tráfego, clima, instalações de transporte e oportunidades para adquirir novas informações e habilidades. As medidas subjetivas de qualidade de vida são focadas na satisfação geral das pessoas com suas vidas (atuais), embora possam examinar os objetivos e aspirações de vida a longo prazo dos indivíduos, bem como a saúde psicológica e estado mental (autorrelatado das pessoas).

Ülengin et. al (2001), no estudo de caso de Istambul, os atributos que definem a qualidade de vida foram determinados por meio de revisão bibliográfica, pesquisa-piloto com moradores de Istambul a partir de diferentes classes socioeconômicas e entrevistas em profundidade com especialistas.

Os atributos foram então agrupados em quatro grupos independentes, os quatro construtos aceitos para descrever a qualidade de vida em uma cidade são: ambiente físico, ambiente social, ambiente econômico e transporte e comunicação, como ilustra figura 3, a seguir. O objetivo do artigo foi modelar as prioridades, expectativas e necessidades dos habitantes de Istambul.

Figura 3 - A estrutura hierárquica do modelo de qualidade de vida.



Fonte: Baseado no modelo de Ülengin et. al (2001), construído pelo autor.

Para concluir, Dias (2002) explica que tem se tornado cada vez mais importante desenvolver métodos para avaliar a variação da qualidade de vida e da qualidade ambiental urbana, de modo simples, direto e compreensível por todos, que permitam o estabelecimento de parâmetros e comparações e ofereçam subsídios para o planejamento de estratégias e políticas de gestão ambiental urbana.

2.3 ESTUDO BIBLIOMÉTRICO INTEGRANDO AS TEMÁTICAS

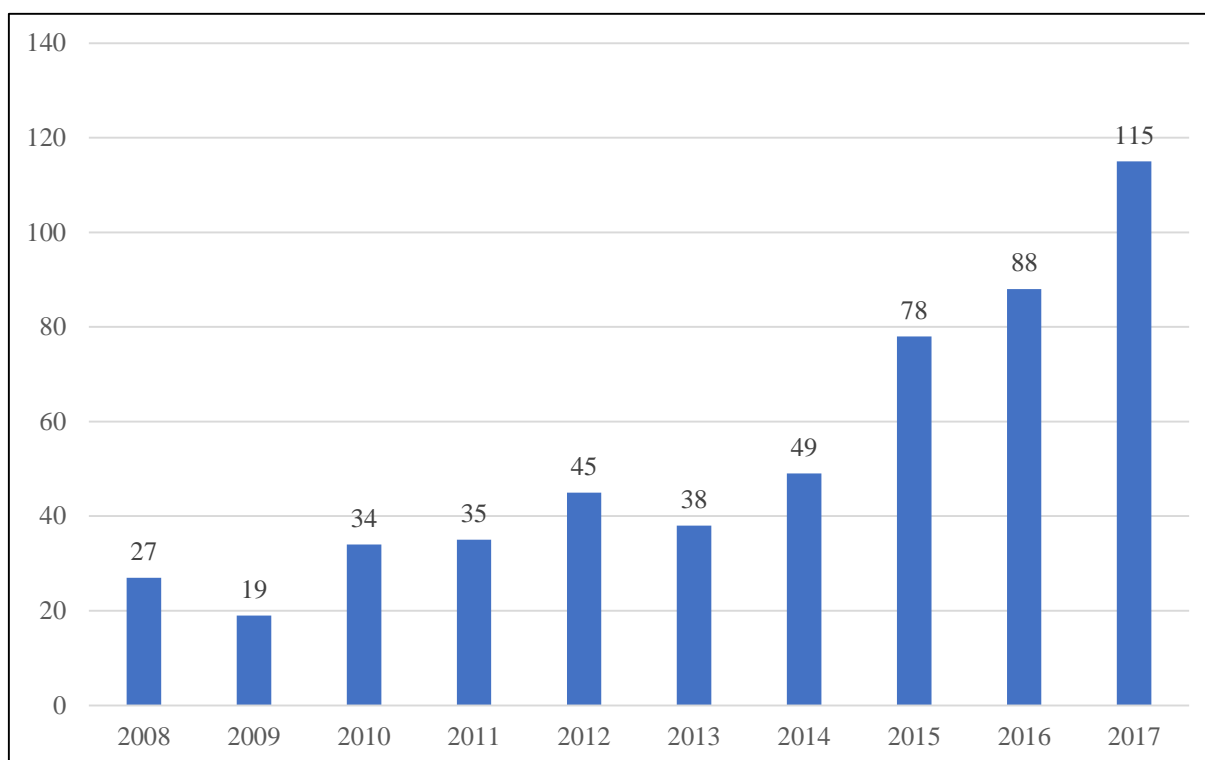
Tendo em vista evidências de relação entre a qualidade de vida e o desenvolvimento urbano sustentável, um estudo bibliométrico, por meio da base de dados *Web of Science*, no período de 2008 a 2017, dos tópicos “desenvolvimento urbano sustentável” (*sustainable urban development*) e “qualidade de vida” (*quality of life*) buscou-se analisar as características da produção científica relacionadas às temáticas. Também procurou-se identificar e analisar as publicações mais relevantes dos temas, a partir do levantamento dos dez estudos mais citados ao longo deste período.

2.3.1 Características das publicações

A consulta realizada na base *Web of Science* resultou em um levantamento de 528 publicações que relacionam os tópicos ‘qualidade de vida’ e ‘desenvolvimento urbano sustentável’. A partir desse levantamento, foram analisadas as características gerais das publicações de acordo com as seguintes categorias: áreas temáticas das publicações, tipos de documentos, ano das publicações, principais autores, títulos das fontes, principais instituições, idiomas e países das publicações.

Pode-se observar que ao longo do período de dez anos (que resultou o número 528 publicações relacionadas aos tópicos citados), a produção científica associada a estas temáticas apresentou um crescimento significativo, passando de 27 publicações no ano de 2008, para 115 estudos em 2017, conforme apresentado na Figura 4, em seguida. Neste período, destaca-se a produção científica do ano de 2015, que apresentou um crescimento significativo, comparado ao ano anterior.

Figura 4 – Evolução da produção científica ao longo dos anos.



Fonte: Dados da pesquisa – *Web of Science*

Ressalta-se que grande parte dos estudos são artigos, representando aproximadamente 51% destes, conforme evidenciado na Tabela 1. Destacam-se, ainda, os *papers* publicados em anais de congressos, com 46% dos documentos. Neste sentido, pode-se afirmar que a maior parte destas publicações é considerada produção científica. Tendo em vista que os artigos e os *papers* em anais são predominantes entre as publicações, torna-se importante ressaltar os títulos das principais fontes de estudos que abordam as temáticas ‘qualidade de vida’ e ‘desenvolvimento urbano sustentável’. Desse modo, a Tabela 2 apresenta os nomes dos periódicos e anais de congressos com os maiores números de publicações nesta temática.

Tabela 1 – Classificação da produção quanto ao tipo de estudo

	Tipo de produção	Publicações¹	% de 2109
1º	Artigos	273	51,70%
2º	Proceedings Paper	245	46,40%
3º	Revisões (review)	17	3,22%
4º	Materiais Editoriais	1	0,19%

Fonte: Dados da pesquisa – *Web of Science*

Tabela 2 – Principais fontes de estudos

	Títulos Da Fonte	Publicações
1º	Procedia Engineering	16
2º	Procedia Social and Behavioral Sciences	14
3º	Sustainability	13
4º	International Multidisciplinary Scientific Conferences on Social Sciences and Arts	9
5º	Procedia Environmental Sciences	7
6º	Habitat International	6
7º	International Multidisciplinary Scientific Geoconference Sgem	6
8º	2011 International Conference on Green Buildings and Sustainable Cities	5
9º	Ecological Indicators	5
10º	Fabbrica Della Conoscenza	5
11º	Top Conference Series Earth and Environmental Science	5
12º	Journal of Cleaner Production	5
13º	Social Indicators Research	5
14º	Urban Transitions Conference	5
15º	Wit Transactions on Ecology and the Environment	5
16º	2nd International Symposium New Metropolitan Perspectives Strategic Planning Spatial Planning Economic Programs and Decision Support Tools Through the Implementation Of Horizon Europe2020 Isth2020	4
17º	Applied Mechanics and Materials	4
18º	Energy Procedia	4
19º	European Planning Studies	4
20º	Inted Proceedings	4
21º	Journal of Environmental Protection and Ecology	4
22º	Land Use Policy	4
23º	Sustainable Cities and Society	4
24º	Sustainable Development	4
25º	Transportation Research Procedia	4

Fonte: Dados da pesquisa – *Web of Science*

Conforme a Tabela 2, encontram-se entre as principais fontes os seguintes *Journals*: ‘*Procedia Engineering*’, ‘*Procedia Social and Behavioral Sciences*’ e ‘*Sustainability*’. Ressalta-se que, apesar de cada *journal* abranger campos de conhecimento diferentes, todos buscam por questões relacionadas ao desenvolvimento urbano sustentável, evidenciando a importância da sustentabilidade e a urbanização para um desenvolvimento favorável em todas as áreas de pesquisa.

Foram analisados, ainda, os principais autores dos estudos nestas temáticas e a quantidade de publicações a eles associados. Conforme descrito na Tabela 3, a seguir, pode-se ressaltar uma pequena concentração da produção científica, na medida em que diversos autores figuram com quantidade relativamente equivalente de publicações.

Tabela 3 – Principais autores das publicações

	Autor	Publicações		Autor	Publicações
1°	Jim CY	4	14°	Fu YJ	2
2°	Yigitcanlar T	4	15°	Gambardella C	2
3°	Maliene V	3	16°	Giffinger R	2
4°	Winston N	3	17°	Glottz-Richter M	2
5°	Akylas E	2	18°	Gret-Regamey A	2
6°	Anopchenko T	2	19°	Grigonis V	2
7°	Arquilla V	2	20°	Griskeviciene D	2
8°	Banzhaf E	2	21°	Gunter A	2
9°	Burinskiene M	2	22°	Hayek UW	2
10°	Chen WY	2	23°	Huang XX	2
11°	Crittenden J	2	24°	Italos C	2
12°	Duan L	2	25°	Jamaludin N	2
13°	El Menshawy A	2			

Fonte: Dados da pesquisa – *Web of Science*

Na Tabela 4, pode-se identificar os países de origem da produção científica envolvendo as temáticas ‘qualidade de vida’ e ‘desenvolvimento urbano sustentável’. Observa-se a predominância dos estudos oriundos da China, Itália e Estados Unidos, e ainda, a presença do Brasil neste *ranking*, ocupando a 10ª posição entre os países com maior número de publicações nesta área.

Tabela 4 – Principais países de origem das publicações

	País	Publicações		País	Publicações
1°	China	67	14°	França	14
2°	Itália	47	15°	Canadá	13
3°	Estados Unidos	47	16°	Egito	12
4°	Inglaterra	30	17°	Alemanha	12
5°	Romênia	27	18°	Grécia	12
6°	Espanha	25	19°	Portugal	12
7°	Polônia	23	20°	Turquia	12
8°	Índia	21	21°	Lituânia	11
9°	Austrália	20	22°	Suiça	10
10°	Brasil	18	23°	Japão	9
11°	Holanda	16	24°	Coréia do Sul	9
12°	Irã	15	25°	Irlanda	8
13°	Malásia	15			

Fonte: Dados da pesquisa – *Web of Science*

Apesar da multiplicidade de países e da superioridade em número de publicações da China, existe predominância do idioma inglês nas publicações internacionais. Conforme apresentado na Tabela 5, aproximadamente 92% dos estudos listados na pesquisa são disponibilizados neste idioma.

Tabela 5 – Principais idiomas das publicações

	Idioma	Publicações	%
1º	Inglês	487	92,23%
2º	Espanhol	13	2,46%
3º	Português	6	1,14%
4º	Croata	5	0,95%
5º	Italiano	4	0,76%

Fonte: Dados da pesquisa – *Web of Science*

A fim de verificar a abrangência do tema analisado, são expostas as áreas de pesquisa das publicações relacionadas com os termos ‘qualidade de vida’ e ‘desenvolvimento urbano sustentável’. A Tabela 6, a seguir, apresenta as 25 áreas em destaque nos resultados obtidos neste levantamento.

Tabela 6 – Principais áreas de pesquisa

	Áreas de pesquisa	Publicações
1º	Ciência Ambiental e Ecologia (<i>Environmental Sciences Ecology</i>)	170
2º	Engenharia (<i>Engineering</i>)	87
3º	Ciências Tecnológicas e Outros Tópicos (<i>Science Technology Other Topics</i>)	82
4º	Estudos Urbanos (<i>Urban Studies</i>)	78
5º	Economia de Negócios (<i>Business Economics</i>)	49
6º	Arquitetura (<i>Architecture</i>)	47
7º	Ciências Sociais e Outros Tópicos (<i>Social Sciences Other Topics</i>)	46
8º	Administração Pública (<i>Public Administration</i>)	39
9º	Tecnologia de Construção Civil (<i>Construction Building Technology</i>)	31
10º	Geografia (<i>Geography</i>)	28
11º	Transporte (<i>Transportation</i>)	28
12º	Ciência da Computação (<i>Computer Science</i>)	27
13º	Combustíveis Energéticos (<i>Energy Fuels</i>)	25
14º	Recursos Hídricos (<i>Water Resources</i>)	16
15º	Educação, Pesquisa Educacional (<i>Education Educational Research</i>)	15
16º	Geologia (<i>Geology</i>)	13
17º	Geografia Física (<i>Physical Geography</i>)	10
18º	Conservação da Biodiversidade (<i>Biodiversity Conservation</i>)	9
19º	Ciência de Materiais (<i>Materials Science</i>)	9
20º	Sensoriamento Remoto (<i>Remote Sensing</i>)	9
21º	Sociologia (<i>Sociology</i>)	9
22º	Agricultura (<i>Agriculture</i>)	8
23º	Artes, Humanidades e Outros Tópicos (<i>Arts Humanities Other Topics</i>)	8
24º	Saúde Ocupacional Pública (<i>Public Environmental Occupational Health</i>)	8
25º	Ciência da Gestão e Pesquisa Operacional (<i>Operations Research Management Science</i>)	7

Fonte: Dados da pesquisa – *Web of Science*.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 6, pode-se perceber que a área de pesquisa com o maior número de publicações, ‘Ciência Ambiental e Ecologia’ (*Environmental*

Sciences Ecology), está associada aos aspectos ambientais, o que corrobora com o as evidências de uma maior aproximação desses estudos com a temática da sustentabilidade. Destacam-se, em seguida, as áreas temáticas ‘Engenharia’ (*Engineering*), ‘Ciências Tecnológicas e Outros Tópicos’ (*Science Technology Other Topics*) e ‘Estudos Urbanos’ (*Urban Studies*). Evidencia-se, também, a multidisciplinariedade das pesquisas associadas a ‘qualidade de vida’ e ‘desenvolvimento urbano sustentável’, na medida em que abrangem diferentes campos de conhecimento e analisam o fenômeno de diversas perspectivas.

2.3.2 Características dos 10 artigos mais citados

Nesta fase do estudo, foram selecionadas as dez publicações que obtiveram o maior número de citações, no período de 2008 a 2017, de acordo com o relatório de citações fornecido pelo banco de dados da *Web of Science*. Esses dados foram obtidos a fim de analisar os principais artigos relacionados aos tópicos “desenvolvimento urbano sustentável” (*sustainable urban development*) e “qualidade de vida” (*quality of life*) que estão sendo estudados nos últimos anos. A seguir, a Tabela 7 apresenta os dados dos artigos mais citados.

Tabela 7 – Artigos mais citados

(continua)

Publicações	Número de Citações
<p>Artigo 1 Título: <i>The application of urban sustainability indicators - A comparison between various practices</i> Autores: Li-Yin Shen; J. Jorge Ochoa; Mona N. Shah; Xiaoling Zhang Palavras-chave: Urbanização Sustentável; Sustentabilidade Urbana; Indicador; Plano de Governo; Análise Comparativa. Objetivos: Este trabalho examina nove práticas diferentes que se referem as generalidades e descrições das práticas individuais e à lista completa de indicadores - Lista de Indicadores Internacionais de Sustentabilidade Urbana - propostos para monitorar o progresso de cada prática. O trabalho propõe uma base comparativa para uma melhor compreensão dos direcionadores e objetivos de cada prática e identifica com quais circunstâncias várias práticas selecionaram seus indicadores. Áreas Temáticas: Planejamento Urbano Sustentável Ciências Sociais Resultados: Os resultados da pesquisa mostram como a base comparativa pode levar ao compartilhamento de conhecimento entre diferentes práticas, o que pode ser usado para orientar a seleção de indicadores de planos de urbanização sustentável e melhorar a comunicação efetiva do status das práticas. O estudo não apenas revela como diferentes indicadores são selecionados, mas também sugere a necessidade de processos consistentes de escolha de indicadores com base nos <i>benchmarks</i> obtidos com as melhores práticas.</p>	144
<p>Artigo 2 Título: <i>Assessing the ecosystem service of air pollutant removal by urban trees in Guangzhou (China)</i> Autores: C.Y. Jim; Wendy Y. Chen Palavras-chave: Poluição do Ar; Serviço Ecossistêmico; Espaço Verde; Valor Monetário; Mercadoria não Mercantil; Desenvolvimento Sustentável; Ecologia; Urbanforest; Árvore Urbana; Guangzhou; China.</p>	123

Objetivos: A cidade chave da região do sul da China foi classificada como uma das cidades mais verdes da China e está passando por um rápido crescimento e alguns espaços verdes estão ameaçados pela pressão do desenvolvimento. Além de soluções técnicas para diminuir a poluição do ar, a vegetação urbana é cada vez mais reconhecida como um método alternativo de melhoria, removendo alguns poluentes, principalmente, pelo processo de deposição seca. Este artigo avalia a capacidade e o valor monetário deste serviço ecossistêmico na cidade de Guangzhou, no sul da China.

Áreas Temáticas: Engenharia Ambiental

Resultados: Os resultados indicaram uma remoção anual de SO₂, NO₂ e total de partículas suspensas em cerca de 312,03 Mg, e os benefícios foram avaliados em RMB90,19 mil (US \$ 1,00 - RMB8,26). Mais remoção foi realizada pelo uso recreativo da terra devido a uma maior cobertura de árvores. Mais concentração de poluentes nos meses secos do inverno induziu maior remoção. O custo mais baixo da redução da poluição na China gerou um valor monetário subvalorizado deste benefício ambiental em comparação com os países desenvolvidos.

Artigo 3

Título: *Ecosystem services and valuation of urban forests in China*

Autores: C.Y. Jim; Wendy Y. Chen

Palavras-chave: Floresta Urbana; Serviço de Ecossistemas; Valor Econômico; Valorização Contínua; Preço Hedônico; Valor de Criação; Valor de Humanidade; China.

Objetivos: O artigo analisa estudos sobre os múltiplos serviços ecossistêmicos e valores econômicos das florestas urbanas na China, incluindo a melhoria microclimática, o sequestro de dióxido de carbono, a geração de oxigênio, a remoção de poluentes gasosos e particulados, recreação e lazer. Várias técnicas de avaliação foram aplicadas, a maioria das quais ainda está no estágio embrionário.

117

Áreas Temáticas: Engenharia Ambiental.

Resultados: O estudo concluiu que apesar do acúmulo de evidências e descobertas científicas, políticas e práticas de gestão relevantes ainda estão atrasadas, principalmente, por trás do conhecimento. Tanto pesquisadores quanto os praticantes poderiam fazer esforços para manifestar o valor das florestas urbanas e enfatizar as interações mutuamente benéficas entre sociedade humana e natureza. Ainda assim, a compreensão completa de seus serviços ecossistêmicos e valores econômicos apresenta um passo inicial na direção certa.

Artigo 4

Título: *Life satisfaction and air quality in London*

Autores: George MacKerron; Susana Mourato

Palavras-chave: Satisfação de Vida; Bem-estar Subjetivo; Qualidade Ambiental; Poluição do Ar; Sistemas de Informação Geográfica; Londres.

Objetivos: Um estudo exploratório que busca avaliar como o uso de dados de qualidade ambiental em resolução espacial muito alta poderia avançar a literatura empírica examinando as conexões entre os níveis de satisfação com a vida e qualidade ambiental, com foco na qualidade do ar.

100

Áreas Temáticas: Geografia.

Resultados: Os níveis de poluição do ar percebidos e medidos são significativamente negativamente associados à satisfação com a vida dos respondentes da pesquisa, mesmo quando controlam uma ampla gama de outros efeitos. Essas descobertas ainda não podem ser generalizadas com confiança. No entanto, se fossem confirmados por estudos futuros maiores, eles pareceriam fortalecer e ampliar os argumentos existentes em favor de políticas para reduzir a poluição atmosférica urbana.

Artigo 5

Título: *From Resilience to Transformation: The Adaptive Cycle in Two Mexican Urban Centers*

Autores: Mark Pelling; David Manuel-Navarrete

Palavras-chave: Ciclo Adaptativo; Alterações Climáticas; Gestão de Desastres; México; Poder; Resiliência; Transformação.

Objetivos: Os autores procuraram desenvolver a teoria da resiliência e, em particular, basearam-se na heurística do ciclo adaptativo para ajudar a enquadrar uma análise da transformação social, suas barreiras e motores. Estenderam o trabalho de Scheffer et al. (2002) sobre transformações de domínio, que é útil na introdução da análise de poder interpretada por meio da teoria da estruturação de Giddens (1984). O quadro resultante é então aplicado a uma análise comparativa de dois centros urbanos que estão enfrentando impactos diretos e indiretos da mudança climática no caribe mexicano.

90

Áreas Temáticas: Sociologia.

Resultados: Discussões teóricas mais profundas provocaram questões sobre as dimensões sociais e políticas da resiliência. A lente de resiliência é bem-sucedida em destacar as contradições internas que mantêm as relações sociais de rigidez acima da flexibilidade nos regimes de governança existentes e no caminho do desenvolvimento. Isso gera um conjunto de instituições e ações de reforço que apoiam o *status quo*, ao mesmo tempo em que minam a flexibilidade de longo prazo, o desenvolvimento equitativo e sustentável. Um dos resultados é a colocação de limites no escopo para adaptação e mitigação às mudanças climáticas, que são externalizações da vida cotidiana e do planejamento do desenvolvimento.

Artigo 6

Título: *Sustainability versus liveability: an investigation of neighbourhood satisfaction*

Autores: Peter Howley; Mark Scott; Declan Redmond

Palavras-chave: Política de Cidade Compacta; Desenvolvimento Sustentável; Bairro; Qualidade de Vida.

Objetivos: Combinando dados de pesquisa quantitativa e qualitativa, este artigo avalia a criação de áreas residenciais de alta densidade dentro do centro da cidade e a satisfação dos moradores. 58

Áreas Temáticas: Administração; Ciências Sociais.

Resultados: Os resultados sugerem que, em muitos casos, não é a alta densidade que define a fonte de insatisfação dos entrevistados, mas sim, outros fatores relacionados, como: qualidade ambiental, ruído, falta de envolvimento da comunidade, tráfego e falta de serviços e instalações.

Artigo 7

Título: *Toward Socially Sustainable Urban Transportation: Progress and Potentials*

Autores: E. Eric Boschmann; Mei-Po Kwan

Palavras-chave: Acessibilidade Individual; Qualidade de Vida; Equidade Social; Exclusão Social; Transporte Urbano Socialmente Sustentável.

Objetivos: Baseando-se na literatura relevante, este artigo revisa a pesquisa sobre o transporte urbano socialmente sustentável. O objetivo deste artigo é explorar a situação atual da pesquisa sobre sustentabilidade social que é particularmente relevante para o transporte urbano. O artigo centra-se nas dimensões do transporte urbano socialmente sustentável dentro do contexto das cidades dos EUA. 58

Áreas Temáticas: Ciências Sociais.

Resultados: O transporte urbano socialmente sustentável está implícito na literatura através dos elementos de equidade social, exclusão social e qualidade de vida. Várias áreas de pesquisa bem estabelecidas fornecem um potencial teórico, metodológico e aplicado para o desenvolvimento de futuras agendas de pesquisa de transporte urbano socialmente sustentável, incluindo: forma urbana, acessibilidade baseada em localização e indivíduo e planejamento regional para sustentabilidade.

Artigo 8

Título: *Social Capital and the Quality of Economic Development*

Autor: Fabio Sabatini

Palavras-chave: Não possui.

Objetivos: Partindo do pressuposto de que tanto o capital social quanto o desenvolvimento econômico se baseiam em conceitos multidimensionais, esse documento não envolve uma investigação empírica sobre a relação entre os três tipos de capital social até agora identificados pela literatura (ligação, conexão e ligação) e a qualidade do desenvolvimento econômico. A análise baseia-se em um conjunto de dados coletados pelo autor, incluindo cerca de duas centenas de variáveis que representam as diferenças de desenvolvimento econômico e quatro dimensões estruturais do capital social: fortes famílias (geralmente chamadas de capital social vinculado), laços informais fracos (ligação do capital social), organizações voluntárias (vinculando capital social) e participação política ativa. 58

Áreas Temáticas: Ciências Sociais.

Resultados: Este documento forneceu um mapa das dotações italianas de diferentes tipos de capital social e testou sua relação com a qualidade do desenvolvimento econômico, por meio de análises descritivas e modelos de equações estruturais. Os resultados sugerem que o capital social vinculado tem um efeito negativo significativo no desenvolvimento humano, embora as organizações voluntárias em formação sejam o único tipo de capital social que alimenta o desenvolvimento humano, promovendo assim o crescimento sustentável.

Artigo 9

Título: *Urban growth of Kampala, Uganda: Pattern analysis and scenario development*

Autores: Vermeiren Karolien; Van Rompaey Anton; Loopmans Maarten; Serwajja Eria; Mukwaya Paul 56

Palavras-chave: Expansão Urbana; Regressão Logística; Inexploração das Zonas Húmidas; Favelas; Planejamento urbano.

Objetivos: O artigo tem como objetivo desenvolver um modelo de regressão logística para detectar o crescimento urbano e desenvolver um modelo de expansão urbana.

Áreas Temáticas: Ciências Sociais.

Resultados: Uma validação dos cenários previstos mostrou que o modelo desenvolvido permite prever padrões de expansão urbana com um nível de precisão. Os valores encontrados neste estudo são comparáveis ou ainda mais altos que os valores da aplicação de modelo semelhante em sites europeus de estudo (Poelmans & Van Rompaey, 2009), sugerindo que o crescimento urbano descontrolado é mais fácil de prever do que o controle de crescimento urbano em que planos de zoneamento que, muitas vezes, anulam os principais fatores controladores da expansão urbana.

Artigo 10

Título: *Residential location and transit-oriented development in a new rail corridor*

Autores: Doina Olaru; Brett Smith; John H.E. Taplin

Palavras-chave: Desenvolvimento Orientado ao trânsito; Decisão de Relocação; Modelos de Escolha Discreta; Variáveis Latentes; Aulas latentes.

Objetivos: Esta pesquisa avalia como as famílias consideram as características do desenvolvimento orientado para o trânsito em suas decisões de localização com relação às novas estações ferroviárias de Mandurah, inauguradas em dezembro de 2007 em Perth, Austrália Ocidental.

Áreas Temáticas: Ciências Sociais

50

Resultados: Os resultados indicam que a escolha da residência reflete os atributos da vizinhança e da moradia, com significativa heterogeneidade nas populações dos três distritos, em termos de valorização de várias características habitacionais, proximidade de instalações urbanas e transporte. Existe também uma variação significativa nas atitudes das famílias em relação aos ambientes naturais e artificiais. Melhor compreensão das relações complexas entre ambiente, viagens, características sócio demográficas e atitudes domésticas pode ajudar os planejadores a alavancar os benefícios do desenvolvimento orientado para o trânsito e melhorar a qualidade do projeto urbano e da vida da comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa – *Web of Science*.

2.3.3 Considerações finais do estudo bibliométrico

O estudo teve por objetivo identificar as principais características da produção científica internacional relacionada aos termos “desenvolvimento urbano sustentável” e “qualidade de vida”, nos últimos dez anos. Entre os principais resultados, pode-se destacar que as temáticas analisadas são emergentes e evidenciou-se um crescimento da produção a cada ano.

A maioria dos estudos são provenientes da China e da Itália e estão associados às áreas de pesquisa ‘Ciência Ambiental e Ecologia’ (Environmental Sciences Ecology), ‘Engenharia’ (Engineering). Observa-se, ainda, a presença do Brasil ocupando a 10ª posição entre os países com maior número de publicações nesta área. Sendo assim, evidencia-se a preocupação do país com aspectos ambientais e de planejamento relacionados à temática da sustentabilidade atrelada ao desenvolvimento urbano e a qualidade de vida.

Ao analisar os dez artigos mais citados, demonstrou-se a multidisciplinaridade das temáticas, surgindo em diversas áreas, nos mais variados assuntos. O que comprova a amplitude do tema.

Também, destaca-se a dimensão ambiental sobreposta às dimensões social e econômica na análise dos mais citados, tendo como possível explicação que esses países apresentam maiores problemas ambientais em relação aos problemas sociais ou econômicos para serem debatidos.

Como limitações do estudo, considera-se o fato deste ter sido pesquisado em apenas uma base de dados. Mesmo assim, a pesquisa permitiu ampliar a compreensão dos temas e abordagens utilizadas na construção deste campo de conhecimento. Possibilitou, ainda, a identificação dos estudos associados à sustentabilidade na temática abordada, com vistas ao ambiente urbano e a qualidade de vida e como essa combinação impacta no desenvolvimento sustentável.

Com base no estudo bibliométrico, pode-se entender de que forma a qualidade de vida urbana vem sendo estudada e observa-se também que esse é um tema crescente. Ou seja, os estudos sobre a qualidade de vida urbana vêm ganhando mais espaço em vários países. Além disso, os estudos relacionados ao desenvolvimento urbano sustentável unem-se a qualidade de vida urbana. Dessa forma, o estudo bibliométrico colabora para o pressuposto teórico do estudo: o desenvolvimento urbano sustentável contribui para a qualidade de vida nas cidades.

Por conseguinte, o próximo capítulo apresenta a metodologia, o modelo conceitual, a classificação da pesquisa, a característica do caso e, por fim, o modo de coleta e de análise de dados.

3 MÉTODO DO ESTUDO

O presente capítulo apresenta a classificação do estudo e os procedimentos metodológicos seguidos durante a pesquisa, a fim de atingir o objetivo proposto - analisar a contribuição do desenvolvimento urbano sustentável para a qualidade de vida na cidade de Florianópolis.

O estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, pois nela o “pesquisador participa, compreende e interpreta” (MICHEL, 2015, p.42). A intenção do trabalho é evidenciar a temática estudada, por meio de uma abordagem que proporcione maior detalhamento da relação entre as características encontradas no desenvolvimento urbano sustentável capazes de contribuir para a qualidade de vida.

Hair et al. (2005) afirmam que a pesquisa exploratória é útil quando se dispõe de poucas informações, sendo esta orientada para a descoberta. Além disso, segundo Godoy (1995), nos estudos qualitativos, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, sendo analisado em uma perspectiva integrada.

Para obter maior contato com a realidade e ampliar o entendimento da situação-problema, um estudo de caso foi realizado, que de acordo com Yin (2015), o estudo de caso é um método potencial de pesquisa quando se deseja entender um fenômeno social complexo, também sendo adequado ao estudo de eventos contemporâneos. O autor explica que o método permite uma investigação em profundidade dos eventos da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o seu contexto não são claramente evidentes.

De acordo com Yin (2015), há um conjunto de etapas comuns na maioria dos estudos de caso, que podem ser seguidas, não necessariamente na sequência especificada:

- a) definir e projetar - formulação do problema ou das questões de pesquisa e definição da unidade-caso;
- b) preparar, coletar e analisar – seleção do caso e coleta de dados;
- c) analisar e concluir – análise, interpretação dos dados e conclusão da pesquisa;

Sendo assim, a próxima seção apresenta a cidade escolhida para alcançar os objetivos determinados no estudo em questão.

3.1 SELEÇÃO DO CASO

Com a finalidade de atingir os objetivos da pesquisa, foi estudado em profundidade a cidade de Florianópolis - SC, escolhida de forma intencional. A cidade é reconhecida nacionalmente por unir as facilidades e atrativos de um centro urbano à qualidade de vida de uma cidade menor e permeada pela natureza (FLORIPAMANHÃ, 2014).

Ainda, segundo a Associação FLORIPAMANHÃ (2014) e o relatório da Cidade UNESCO da Gastronomia 2013, Florianópolis esteve na lista das 10 cidades mais dinâmicas elaborada pela revista norte-americana *Newsweek*, em 2006, por reunir qualidade de vida e economia sustentável. Também o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) incluiu Florianópolis, juntamente com *Helsinki* (Finlândia), *Copenhagen* (Dinamarca) e *Seul* (Coreia), no programa Cidades do Novo Século, que o MIT aponta como modelos urbanos do futuro (FLORIPAMANHÃ, 2014).

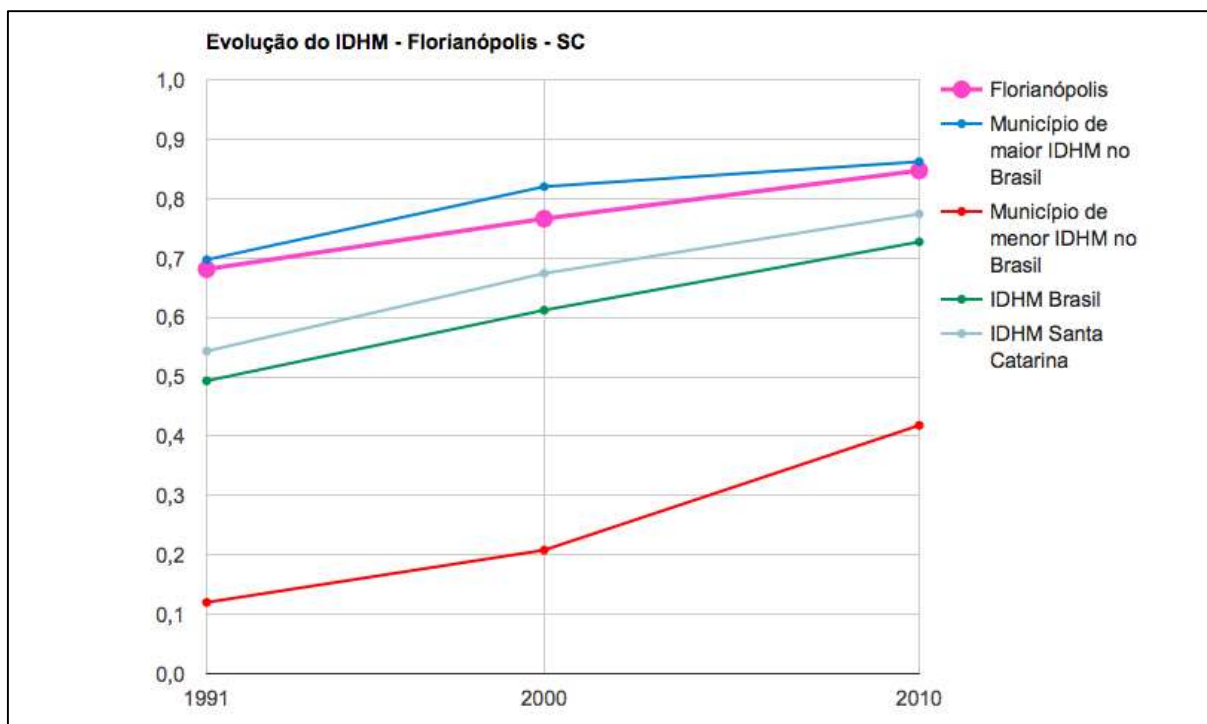
No que se refere a reserva de biosfera, a Agenda Estratégica Floripa 2030 (2016), informa que Florianópolis alcançou um grau notável de fortalecimento, a ilha pertence ao contexto maior da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o que assegura seu status institucional. Em especial, a UNESCO a considerou como projeto piloto de alto interesse para avançar na ilha de Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano (FLORIPA 2030, 2016).

Para mais, como já citado, segundo o relatório do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Florianópolis foi 0,847, em 2010, o que situa a cidade na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicador que vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma região, o IDHM distribui-se em 5 faixas de classificação: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. O índice considera três dimensões para o seu cálculo: renda, saúde e educação (PNUD BRASIL, 2017).

Com seu IDHM (0,847), Florianópolis foi o melhor Índice de Desenvolvimento Humano de todas as capitais de estados brasileiros e o terceiro melhor do país. Além disso, como mostra o gráfico de evolução do IDHM de Florianópolis, a cidade vem apresentando um crescimento constante nos últimos 25 anos. A seguir, na figura 5, ilustra-se a evolução do IDHM na capital de Santa Catarina.

Figura 5 – Evolução do IDHM em Florianópolis.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2010.

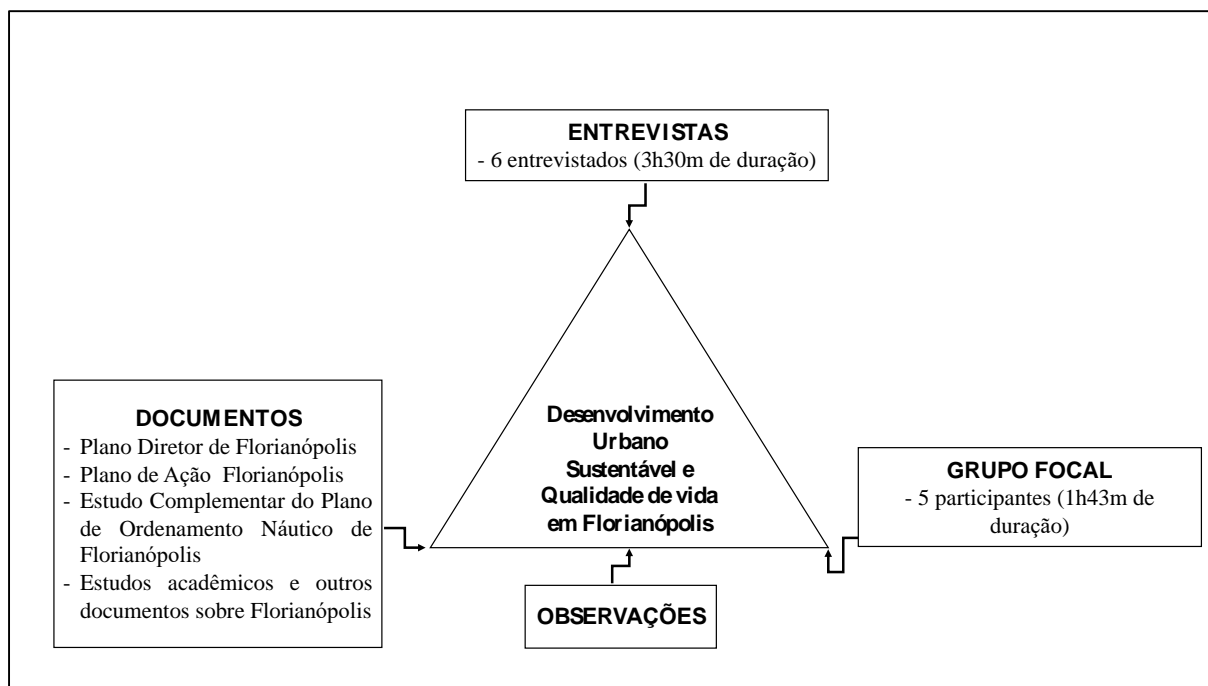
Além disso, segundo a BBC Brasil (2014), Florianópolis se destaca como um ambiente mais favorável para empreendedores. O Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) foi elaborado pela filial brasileira da Endeavor, ONG sediada nos Estados Unidos com foco em empreendedorismo. Florianópolis lidera o ranking alcançando a nota de 7,53, seguida por São Paulo (SP) (7,46), Vitória (ES) - (7,16), Curitiba (PR) - (6,96) e Brasília (DF) - (6,33).

Nesse índice, 14 cidades foram avaliadas a partir de sete categorias: ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura. Elas receberam notas que variaram de um a dez, de modo que, quanto mais próximo de dez, mais favorável é o ambiente ao empreendedorismo.

3.2 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio da obtenção de múltiplas fontes de evidências, possibilitando a convergência dos dados de maneira triangular, conforme recomendado por Yin (2015). Sendo assim, os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, análise de documentos, observação *in loco* e depoimentos colhidos com realização do grupo focal. Logo, na Figura 6, apresenta-se as múltiplas fontes de evidência e a convergência entre os dados.

Figura 6 – Convergência de evidências para o caso de Florianópolis



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Yin (2015).

Foram consultados estudos acadêmicos sobre a cidade de Florianópolis – SC que contribuíram como importantes fontes de informação com relação a cidade e o seu desenvolvimento urbano, econômico, social. Também foram consultados documentos oficiais da prefeitura de Florianópolis, como o Plano Diretor de Florianópolis Lei Complementar nº482/2014, o Plano de Ação Florianópolis Sustentável (2015) e a Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região – Floripa 2030 que tem o apoio da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Além disso, também foram consultados A Rede Monitoramento Cidadão de Florianópolis, o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) e os estudos complementares realizados pela Associação FloripAmanhã, juntamente com Conselhos Regionais e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB SC, no que diz respeito ao Plano Diretor e o Plano de Ordenamento Náutico de Florianópolis.

Quanto aos entrevistados, os mesmos foram selecionados a partir da sua contribuição e relação com o desenvolvimento urbano sustentável, bem como a qualidade de vida urbana, priorizando a perspectiva dos atores envolvidos no processo de decisão. Além disso, as entrevistas buscam responder o objetivo específico: a) Descrever as características e práticas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável na cidade de Florianópolis – SC. Dessa forma, foi entrevistado um representante da administração pública local, atores do planejamento

urbano da cidade e representantes da associação FloripAmanhã. A seguir, o Quadro 3 apresenta os entrevistados.

Quadro 3 – Relação dos entrevistados

Entrevistado	Ocupação	Tempo de cada entrevista
A	Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF	01h12min
B	Administradora, Conselheira da Associação FloripAmanhã	44min
C	Secretária Executiva da Associação FloripAmanhã	44min
D	Geógrafo, ex Presidente do IPUF, Coordenador de vários Planos Diretores	01h09min
E	Arquiteta na Prefeitura Municipal de Florianópolis	27min
F	Artista Plástica e Coordenadora da COMAP/IPUF	35min

Fonte: Elaborado pelo autor.

As entrevistas foram elaboradas de forma semiestruturada, o que permite incluir perguntas não-estruturadas ao longo da conversa, se o pesquisador achar necessário. As entrevistas foram realizadas entre os dias 12 e 16 de novembro 2018, na cidade de Florianópolis – SC, e, juntas, totalizaram 3h30min de duração. Foram realizadas individualmente, com exceção das entrevistadas B e C, que concederam suas entrevistas conjuntamente. Utilizou-se de gravação de áudio. O protocolo de entrevistas está disponível no Apêndice A.

O grupo focal foi realizado no dia 17 de dezembro de 2018, na cidade de Florianópolis – SC, os depoimentos dos participantes do *Focus Group* totalizaram em 1h43min e utilizou-se de gravação de áudio. O método de levantamento dos dados envolveu a aplicação de entrevista semiestruturada e qualitativa realizada por um mediador com um pequeno grupo de cinco entrevistados. O protocolo de entrevistas está disponível no Apêndice B.

De acordo com Ribeiro (2003), pode-se afirmar que o posicionamento dos grupos focados na pesquisa é definido pelo objetivo da sua aplicação. Nesse caso, o grupo focal foi realizado com a proposta de explorar a perspectiva do habitante de Florianópolis com relação ao desenvolvimento urbano sustentável e a qualidade de vida urbana.

Conforme já mencionado, a qualidade de vida, de acordo com Tovar (2010), é plural e não singular, no sentido de que a qualificação da sensação de existência é criada pelo indivíduo

por meio da sua história ontogenia. Segundo o autor, a qualidade de vida é construída social e coletivamente. Sendo assim, a percepção coletiva do grupo sobre o meio onde vive busca cumprir com o objetivo específico: b) Identificar a percepção dos habitantes acerca da qualidade de vida na cidade de Florianópolis - SC. A seguir, o quadro 4 apresenta a relação dos participantes do *Focus Group*.

Quadro 4 – Participantes do Grupo Focal.

Participante	Idade	Ocupação
A	35 anos	Técnica do Seguro Social (INSS)
B	32 anos	Educador Físico
C	24 anos	Artista Plástico
D	34 anos	Técnica do Seguro Social (INSS)
E	29 anos	Jornalista

Fonte: Elaborado pelo autor.

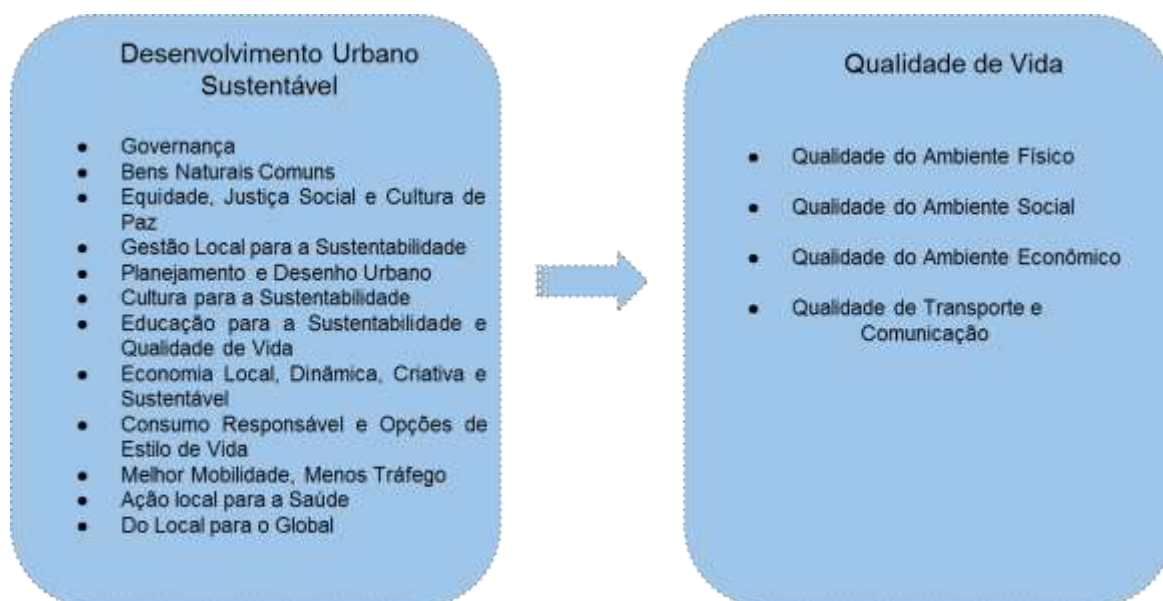
O grupo é composto por cinco integrantes com idades e ocupações diversas. Todos os participantes escolheram a cidade de Florianópolis para residir na vida adulta. O participante B mora na ilha há dez anos, o mais antigo habitante do grupo e é natural de Santa Maria – RS. Também gaúchas e vindas de Santa Maria – RS são as participantes A e E. Os integrantes C e D são naturais do estado de São Paulo (SP) e Minas Gerais (MG), respectivamente. Os integrantes do grupo focal não foram escolhidos propositalmente, mas por critério de disponibilidade.

Em vista disso, a diversidade do grupo pode contribuir com diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento urbano sustentável, bem como a qualidade de vida de Florianópolis. Ou ainda, a convergência de opinião em um grupo diverso pode confirmar um ponto de vista e ajudar a compreender a situação-problema do trabalho.

3.3 MODELO CONCEITUAL

Dois modelos teóricos foram selecionados para orientar e conduzir a pesquisa, resultando da construção do modelo conceitual deste estudo. Baseando-se nas evidências teóricas referenciadas no capítulo anterior, os modelos teóricos determinados apontam as práticas de gestão para o desenvolvimento urbano sustentável e a qualidade de vida urbana. Surge, portanto, o modelo conceitual da pesquisa, apresentado na Figura 7, a seguir.

Figura 7 – Modelo Conceitual da Pesquisa



Fonte: Baseado em Programa Cidades Sustentáveis (2018); Alboorg (2004); Ülengin et. al (2001).

As práticas de gestão para o desenvolvimento urbano sustentável serão analisadas por meio dos eixos propostos no Programa Cidades Sustentáveis (2016), que fornece uma agenda para a sustentabilidade urbana, incorporando de maneira integrada as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural. Serão analisados os objetivos dos 12 eixos temáticos propostos pelo Programa Cidades Sustentáveis (2016), os quais são baseados nos Compromissos de Aalborg (AALBORG, 2004), conforme apresentado no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 - Eixos de análise das práticas de gestão para o desenvolvimento urbano sustentável.

Eixo	Descrição
Governança	Fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa.
Bens Naturais Comuns	Assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.
Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz	Promover comunidades inclusivas e solidárias.
Gestão local para a Sustentabilidade	Implementar uma gestão eficiente que envolva as etapas de planejamento, execução e avaliação.
Planejamento e Desenho Urbano	Reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos.

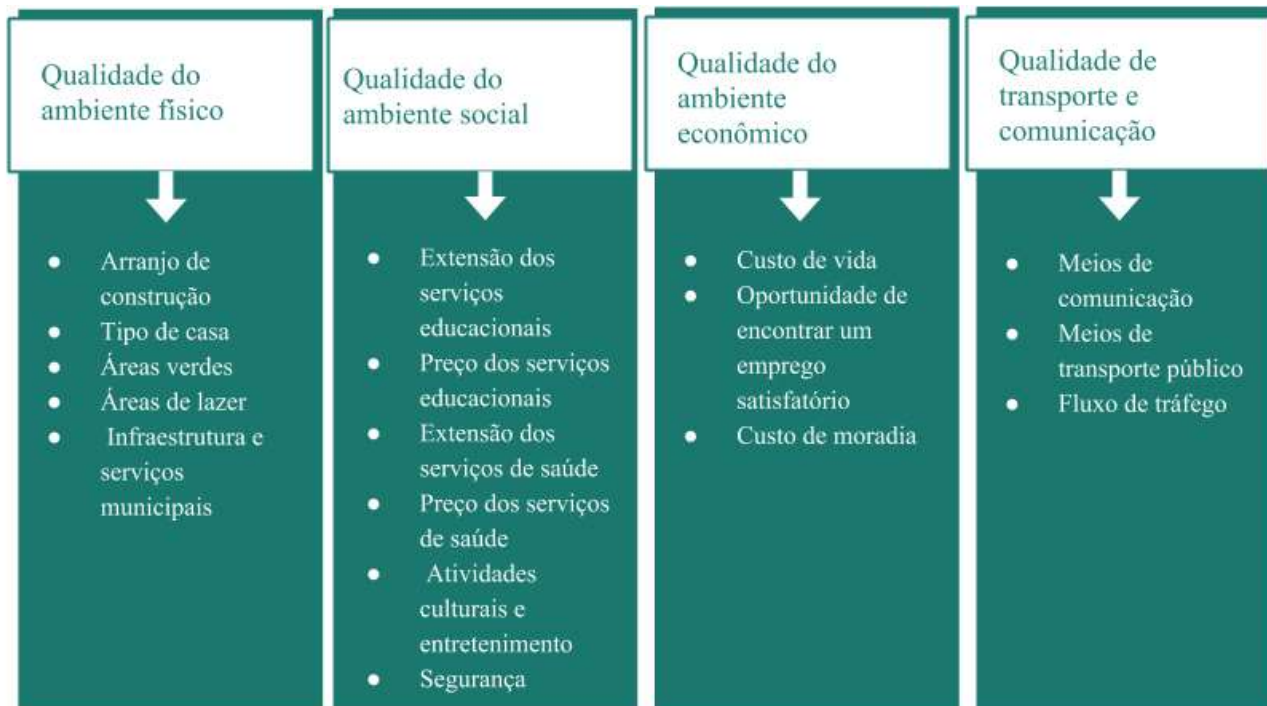
Cultura para a Sustentabilidade	Desenvolver políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural, construído e imaterial, ao mesmo tempo em que promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e artísticas, assim como incentivem uma visão aberta de cultura, em que valores solidários, simbólicos e transculturais estejam ancorados em práticas dialógicas, participativas e sustentáveis.
Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida	Integrar na educação formal e não formal valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável.
Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável	Apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente.
Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida	Adotar e proporcionar o uso responsável e eficiente dos recursos e incentivar um padrão de produção e consumo sustentáveis.
Melhor Mobilidade, Menos Tráfego	Promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade.
Ação Local para a Saúde	Proteger e promover a saúde e o bem-estar dos nossos cidadãos.
Do Local para o Global	Assumir as responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade.

Fonte: Programa Cidades Sustentáveis (2018); Aalborg (2004)

O modelo teórico da qualidade de vida urbana é referência da pesquisa realizada em Istambul: *A multidimensional approach to urban quality of life: The case of Istanbul*, de Ülengin et. al (2001). Os atributos que definem a qualidade de vida em Istambul foram determinados por meio de revisão bibliográfica, pesquisa-piloto com moradores de Istambul a partir de diferentes classes socioeconômicas e entrevistas em profundidade com especialistas (ÜLENGIN et. al 2001).

Os atributos foram agrupados em quatro *clusters* independentes, referidos como construções de decisão ou construções superiores, pelos especialistas. Os construtos aceitos para descrever a qualidade de vida em uma cidade, são: Qualidade do Ambiente Físico, Qualidade do Ambiente Social, Qualidade do Ambiente Econômico e Qualidade de Transporte e Comunicação. A figura 8 apresenta a estrutura hierárquica e as características de cada construto do modelo.

Figura 8 – Qualidade de Vida Urbana.



Fonte: Baseado em Ülengin et. al (2001) pg. 366.

A partir das dimensões contidas no modelo conceitual deste estudo, foi produzido o protocolo de entrevistas disponível no Apêndice A e B.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados se deu por meio da análise de conteúdo: técnica de levantamento de dados que utiliza textos, falas, informações já coletadas, de forma extensiva, ou seja, é uma análise feita a posteriori à coleta (MICHEL, 2015, p.70).

As entrevistas e os depoimentos do grupo focal foram gravados, transcritos integralmente de forma manual (sem o uso de algum *software*), codificados e analisados em torno do desvendamento de significações, por meio de inferência e dedução, baseadas nas estruturas temáticas, em conjunto com as demais fontes de evidências, conforme indicado por Coffey e Atkinson (1996).

O grupo focal, conforme encontrado na literatura consultada e nas palavras de Oliveira e Freitas (2006), tanto pode ser considerado um método de pesquisa com conteúdo próprio para examinar questões de pesquisa conhecidas a partir da perspectiva dos participantes, quanto

como uma técnica de coleta de dados que pode ser usada conjuntamente com outros métodos ou como uma pesquisa para esclarecer resultados de outros estudos.

Conforme Morgan (1997), o grupo focal é considerado uma técnica intermediária entre a observação participante e a entrevista aberta, sem que uma técnica substitua a outra, e se utiliza, explicitamente, da interação grupal a respeito de um tema, em um período limitado. Nessa consideração, a pluralidade das ideias é o que se busca, o que possibilita ao pesquisador aprofundar a compreensão das respostas obtidas.

Desse modo, de acordo com Yin (2010), as diversas fontes de evidências obtidas foram confrontadas por meio da triangulação de dados (FLICK, 2009; DENZIN e LINCOLN, 2006). Além disso, os dados foram examinados com base no pressuposto teórico, comparando os dados empíricos com padrões previstos nos modelos conceituais do estudo, conforme recomendado por YIN (2015).

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO MÉTODO

Ao fim deste capítulo, pôde-se conhecer a classificação da pesquisa, assim como os procedimentos metodológicos seguidos para que pudessem ser alcançados os objetivos estipulados. Dessa forma, busca-se a verificação do pressuposto teórico do estudo, qual seja: O desenvolvimento urbano sustentável contribui para a qualidade de vida nas cidades.

O estudo consiste na aplicação de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, operacionalizada por meio de um estudo de caso. Foi selecionado, de maneira intencional, o caso da cidade de Florianópolis/SC, tendo em vista sua representatividade no cenário nacional no que se refere ao desenvolvimento urbano sustentável e qualidade de vida.

Contudo, o método do estudo de caso apresenta limitações, que foram levadas em consideração durante a sua escolha. Entre elas, está a impossibilidade de generalizar os resultados obtidos, tendo em vista que se referem exclusivamente aos dados obtidos no cenário escolhido. De fato, o estudo de caso não representa uma amostragem e, conforme destaca Yin (2010), ao aplicá-lo, busca-se expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística). Desse modo, os estudos de caso são generalizáveis às proposições teóricas e não às populações e amostras.

Assim, os procedimentos técnicos indicados por Yin (2010) foram observados, atendo-se ao protocolo do estudo de caso, ao roteiro de entrevista, ao encadeamento das múltiplas fontes de evidências e aos temas do modelo conceitual para minimizar esta limitação.

Tendo em vista tais considerações, pode-se afirmar que o método escolhido atendeu os objetivos propostos, observando os aspectos que tornaram o estudo de caso um método de pesquisa que possibilitou o alcance dos resultados esperados. Destaca-se, inicialmente, que esta pesquisa analisa em profundidade um caso único e significativo, já que o caso de Florianópolis/SC é representativo no que tange o desenvolvimento urbano sustentável e a qualidade de vida. A operacionalização do estudo permitiu, também, que fossem obtidas relevantes fontes de evidências, tanto no que se refere aos dados secundários consultados, como em relação à representatividade dos atores entrevistados e os participantes do *Focus Group*, que trouxeram diferentes pontos de vista à pesquisa.

A partir do exposto, considerou-se apropriada a aplicação deste método de estudo, o qual permitiu o alcance das respostas frente à lacuna teórica investigada. É possível, portanto, avançar em direção à apresentação dos resultados obtidos na pesquisa, os quais são descritos no próximo capítulo.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: O CASO FLORIANÓPOLIS

O próximo capítulo trata-se dos resultados da pesquisa. Apresenta-se as análises referentes ao desenvolvimento sustentável bem como a qualidade de vida na cidade de Florianópolis – SC. Apresenta-se também uma síntese analisando a contribuição do desenvolvimento urbano sustentável para a qualidade de vida em Florianópolis.

4.1 PERFIL DA CIDADE

A cidade é a capital do Estado de Santa Catarina e está localizada na região sul do Brasil e, de acordo com os dados encontrados no Plano de Ação Florianópolis Sustentável 2015, possui 436.5 km² de território, sendo 424,4 km² de área insular e 12.1 km² de porção continental.

Existe na Ilha a predominância de paisagens compostas por praias, costões e dunas, o que, aliado à gastronomia e ao desenvolvimento tecnológico, promove intenso crescimento da região, seja no turismo de lazer e eventos, seja no atrativo do empreendedorismo. Além disso, Florianópolis é a única capital não industrializada da região sul e sudeste, tendo sua economia concentrada no setor de serviços, principalmente voltado ao turismo e às atividades de centro administrativo e político de Santa Catarina (BID, CAIXA, PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

No que se refere ao meio físico, BID, CAIXA e Prefeitura municipal de Florianópolis, (2015) informam que o relevo de Santa Catarina é um dos mais acidentados do país, o que contribuiu muito para o isolamento da região desde o período colonial até a década de 70.

O relevo e vegetação do continente se espelham na Ilha de Santa Catarina, cerca de metade da ilha é ocupada por maciços rochosos que se alongam na parte central acompanhando a costa. Esta característica contribui para o isolamento dos núcleos urbanos, diante da dificuldade de mobilidade, e para as qualidades cênicas que são responsáveis pelo desenvolvimento turístico na região (BID, CAIXA, PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Com um grande potencial turístico, Florianópolis atrai milhares de visitantes todos os anos, especialmente no verão. Conforme dados do relatório da Cidade UNESCO da Gastronomia, a ilha possui mais de 100 praias com características diferentes, a cidade também concentra inúmeras universidades, instituições públicas, estabelecimentos comerciais e empresas de serviços (FLORIPAMANHÃ, 2014). De acordo com o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatísticas - IBGE (2019), Florianópolis apresentou população estimada de 492.977 pessoas em 2018.

Ademais, o município é considerado a melhor cidade do país para criar os filhos, primeira capital a alcançar 100% de cobertura em saúde da família, melhor lugar para empreender e a capital com maior índice de cobertura em atenção primária à saúde (BID, CAIXA, PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Após breve contextualização da cidade, avança-se para as análises. Inicia-se com os resultados obtidos em relação as práticas de gestão para o desenvolvimento urbano sustentável da cidade.

4.2 PRÁTICAS DE GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Nesta parte, são apresentados os resultados relativos às práticas de gestão para o desenvolvimento urbano sustentável em Florianópolis, uma cidade conhecida pela boa qualidade de vida e seu alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM 0.847 (ATLAS BRASIL, 2013).

De acordo com os atores do desenvolvimento urbano de Florianópolis, uma cidade sustentável busca o equilíbrio econômico, social, cultural e ambiental. Conforme expõe a entrevistada A, Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, uma cidade sustentável é uma cidade que consegue equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio-ambiente, além disso, também busca o equilíbrio nas questões sociais e valoriza a preservação cultural. Concordando com essa visão, o entrevistado D, Geógrafo e Ex-Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, acredita que uma cidade precisa ter o equilíbrio entre os bens naturais e as necessidades do homem.

Esses critérios também estão presentes no Plano Diretor, de acordo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (2014), o Art. 10, estabelece como uma das diretrizes do Plano Diretor a promoção da sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política do município.

Contudo, em relação ao desenvolvimento urbano sustentável de Florianópolis, a entrevistada E, Arquiteta da Prefeitura Municipal de Florianópolis, avalia que em várias áreas existem, o que ela classifica, como uma sustentabilidade parcial.

“Na questão ambiental, por exemplo, Florianópolis tem praticamente metade do seu território em áreas preservadas. A questão social é atendida parcialmente: existem as desigualdades sociais, não tão grande como em outras cidades, mas ainda existem questões de equidade social a serem resolvidas e também algumas questões de infraestruturas que precisam melhorar. Quanto ao aspecto econômico, acho que o município tem competência para avançar na economia sustentável” (Evidência de entrevista – entrevistada E - Prefeitura Municipal de Florianópolis).

Esse olhar sobre a cidade vem ao encontro do objetivo apresentado no Art.9 do Plano Direto - Prefeitura Municipal de Florianópolis (2014), que prevê o pleno desenvolvimento das funções sociais, econômicas e ambientais da cidade, garantindo o uso e a ocupação justa e equilibrada do seu território, de forma a assegurar a todos os seus habitantes condições de bem estar, qualidade de vida, inclusão e segurança, na conformidade com o disposto nos artigos 100 e 101 da Lei Orgânica do Município de Florianópolis.

Além disso, o Plano de Ação Florianópolis Sustentável 2015, coordenado pela Prefeitura de Florianópolis e executado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), tem como objetivo o crescimento da cidade pautado na sustentabilidade ambiental, urbana, governança e fiscal (BID, CAIXA, PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Para mais, a entrevistada A, Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, corrobora com o que foi apontado e indica outras questões que podem ser melhoradas a respeito da sustentabilidade urbana da cidade.

Eu acho que Florianópolis tem um grande potencial para ser uma cidade sustentável. Eu percebo que muitas pessoas escolhem morar aqui, porque estão em busca de uma melhor qualidade de vida e a cidade tem um capital humano que favorece a qualidade de vida. Por outro lado, apesar de toda a riqueza natural, eu não vejo Florianópolis como uma cidade sustentável, isso, porque, hoje, ela é uma cidade esparramada, de baixa densidade, com ocupação irregular, problemas de infraestrutura, sem otimização de serviços e com a necessidade de grandes deslocamentos. (Evidência de entrevista - entrevistada A – IPUF)

Para a arquiteta, ainda falta transformar em ações algumas demandas já citadas e discutidas no Plano Diretor de Florianópolis, por exemplo. Também cumprir o planejamento e buscar a realização de diversas políticas em conjunto. Sua perspectiva condensa com o que Rogers (2013) explica sobre políticas de meio ambiente.

As políticas de meio ambiente podem também melhorar a vida social dos cidadãos. As soluções ecológicas e sociais se reforçam mutuamente e garantem cidades mais saudáveis, cheias de vida e multifuncionais. Acima de tudo, uma cidade sustentável é sinônimo de qualidade de vida para as próximas gerações (ROGERS, 2013, p.32).

A entrevista A também reforça algumas ideias estudadas pelos autores acerca das cidades sustentáveis. Como já mencionado, Rogers (2013) cita que o conceito de cidade

autossustentável reinventa e revisita o modelo de cidade densa. Corroborando, Leite e Awad (2012) também defendem que as cidades sustentáveis devem ser densas e compactas. Os autores acreditam que para conquistar metrópoles compactas, densas e vivas é preciso focar na regeneração urbana e na reestruturação produtiva de áreas metropolitanas.

Caminhando com essa definição de cidades densas e compactas está o conceito de cidade inteligente. Duran e Perez (2015) explicam em todo o mundo, está crescendo a implementação do modelo de cidades inteligentes com desenvolvimento sustentável, conceito orientado a aperfeiçoar o investimento social, o capital humano, comunicações, infraestrutura, assegurando a sinergia entre cada um dos elementos que o compõem.

Ademais, a participante E, do *focus group*, apoia as definições expostas sobre uma cidade sustentável, ela define uma cidade sustentável como uma cidade que incentiva pedestres e ciclistas e promove respeito ao próximo no trânsito, cuida do meio ambiente, do lixo e dos animais, além de promover ações e dar oportunidades para que as pessoas tenham mais saúde, acessibilidade de recursos e qualidade de vida. Quanto as práticas de gestão e a sustentabilidade em Florianópolis, a entrevistada diz:

Florianópolis tem uma ampla área verde e um grande número de praias que são preservadas e cuidadas por muitas pessoas, embora eu ainda encontre lixo nas praias. Acredito que as pessoas daqui já têm uma consciência ambiental que talvez não exista em outros lugares. Vejo diversas ações e iniciativas sustentáveis e o início de um incentivo a um transporte alternativo (Evidência de entrevista – participante E – grupo focal).

Adiante, são descritas as características observadas em torno das 12 dimensões propostas no modelo conceitual deste estudo, inspirados no Programa Cidades Sustentáveis (2016).

4.2.1 Governança

Conforme o Programa Cidades Sustentáveis (2016), está inserido no eixo ‘Governança’ o objetivo de fortalecer os processos de decisão com a promoção de instrumentos de democracia participativa. Desta maneira, espera-se que a gestão de uma cidade sustentável converse com a comunidade de modo a estimular sua participação nos processos de planejamento, decisão, monitoramento e, por fim, de avaliação das ações do executivo. Criando um canal de comunicação a partir de espaços para audiências públicas, conselhos ou conferências.

Evidencia-se, na cidade de Florianópolis, uma elevada participação de diversos *stakeholders* no planejamento urbano. Do mesmo modo, a participação popular tem se demonstrado forte no processo de planejamento da cidade.

A revisão do Plano Diretor em 2014, por exemplo, teve efetiva colaboração da comunidade, das empresas e demais instituições no processo de decisão. Esse fato pode ser confirmado por meio do documento: Estudos sobre o Plano Diretor, formulado em 2012, a fim de aprimorar a proposta discutida em audiências públicas. Conforme Bichueti (2016), a realização de audiências públicas e de debates com a sociedade, o acesso aos documentos e às informações têm se tornado práticas nos processos de revisão do Plano Diretor e nos demais instrumentos de planejamento urbano.

A entrevistada B, Presidente do Conselho da Associação FloripAmanhã, explica que por meio do Conselho da Cidade (um instrumento de gestão democrática previsto no último Plano Diretor) são realizadas oficinas temáticas para discutir propostas que possam aperfeiçoar questões específicas relacionadas a aplicação do Plano Diretor, como por exemplo a Proposta de Revisão PLC 1715/2018.

Do mesmo modo, a entrevistada E reflete que os debates são proveitosos, e embora surjam divergências, os representantes do Conselho da Cidade estão buscando um denominador comum e as entidades estão se esforçando para criar um consenso.

Também foi publicado um estudo complementar para a implementação do Plano de Ordenamento Náutico do Município do Florianópolis com o objetivo de acrescentar sugestões para o Plano de Ordenamento Náutico, instrumento de gestão do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro de Florianópolis, disposto na lei municipal nº 7.975, de 2009. O estudo apresenta um diagnóstico ambiental, diretrizes e ações para o Plano Ordenamento Náutico (FLORIPAMANHÃ, 2013).

Foram realizadas cinco reuniões com representantes da sociedade civil e organizada de cada um dos cinco compartimentos (costas) do município, entre os meses de julho e setembro de 2012. No total, as reuniões contaram com 85 participantes, entre representantes de 30 instituições governamentais, não governamentais e moradores locais ((FLORIPAMANHÃ, 2013, pg. 9)

Importante salientar que com a promulgação da Lei Federal no 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, a participação popular tornou-se um requisito para a elaboração e fiscalização da gestão urbana. Conforme determina o Art. 2o, inciso I da referida lei, a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e

acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” está entre as diretrizes da política urbana da cidade.

Além do mais, o Plano de Ação Florianópolis Sustentável 2015, tem como linha de estratégia trabalhar o eixo governança. O município possui planejamento participativo com consultas à sociedade civil, ao setor privado e aos especialistas, divulgação pública de resultados e incorporação dos resultados aos objetivos e às metas do plano (BID, CAIXA, PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015)

No entanto, o documento também informa que é consenso entre representantes da sociedade civil organizada que a maioria dos arranjos jurídico-operacionais disponíveis desencoraja a inovação nas formas de participação cidadã no processo de identificação, elaboração, tomada de decisão, implementação e avaliação das políticas públicas (BID, CAIXA, PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015)

A entrevistada A elucida que a democracia participativa é um grande potencial da cidade. Por outro lado, a arquiteta expõe que existe a necessidade de qualificar essa participação, no sentido de melhorar a comunicação, o diálogo entre as partes e, conseqüentemente, melhorar a capacitação.

Ainda que existam dificuldades, outras ações também fortalecem o processo de decisão e promovem a democracia participativa, o entrevistado D, membro da Rede de Monitoramento Cidadão de Florianópolis (RMC), explica sobre os 132 indicadores-base da metodologia do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como a indicadores locais, definidos pelas Redes de Monitoramento Cidadão (RMC) como importantes a serem monitorados.

Nós institucionalizamos o levantamento de dados e indicadores (132 indicadores) e adicionamos mais 17, são 159 aspectos que a gente quer colher e medir objetivamente os avanços ou não avanços ou até a perda de qualidade. Estes dados, semaforizados, indicam a situação da cidade na sustentabilidade e na qualidade de vida de seus moradores, analisando o saneamento básico, mobilidade, segurança e mudanças climáticas. São três situações: verde é uma situação boa, amarelo é uma situação precária e vermelho é uma situação de perigo (Evidências de entrevista – entrevistado D – Rede de Monitoramento Cidadão de Florianópolis).

A Pesquisa de Opinião Pública 2017 buscou identificar como os moradores de Florianópolis percebem o avanço, ou não, do desenvolvimento sustentável da cidade e quais temas consideram mais importantes para o futuro da cidade (BAOBÁ, BID e CAIXA, 2017).

Outro documento importante é a Agenda Estratégica Floripa2030, um processo de construção de estratégias de desenvolvimento econômico, sociocultural e territorial. A agenda é uma iniciativa de múltiplos setores da sociedade civil apoiada pelo Governo do Estado de

Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Florianópolis. Os participantes do processo se organizaram em três grupos: Grupo Gestor das Estratégias; Grupo de Trabalho Ampliado e Equipe Técnica e Coordenação (FLORIPAMANHÃ, 2016).

A Associação FloripAmanhã coordenou o Grupo Gestor de Estratégias da Floripa2030. A Secretária Executiva da FloripAmanhã, entrevistada C, esclarece que como sociedade civil, a Associação participa e apoia A Rede de Monitoramento Cidadão e outros projetos sustentáveis na cidade, também lembra do movimento Floripa Te Quero Bem e uma de suas ações: a emenda à lei orgânica do município, em tramitação na Câmara de Vereadores. “Essas ações passam a ser uma ferramenta de controle da gestão com a participação da sociedade civil”, acrescenta a entrevistada B, Conselheira da Associação FloripAmanhã

A participante A, do grupo focal, conta que procura informações dos processos de governança a partir da página no Facebook da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A participante também revela que sente falta de mais divulgação das ações e projetos realizados pelo poder público e acredita que uma divulgação mais forte pode incentivar maior participação da comunidade nos processos de decisão.

Complementando, a entrevistada B explica que o poder público não tem a cultura de buscar a sociedade para participar dessas ações, mas a sociedade civil, principalmente as entidades, tem a cultura de querer participar. Do mesmo modo, a FloripAmanhã, como sociedade civil, consegue se fazer presente e ser ouvida pelo poder público. Justamente, porque temos uma organização própria, completa a conselheira da associação FloripAmanhã.

A partir das evidências observadas no eixo governança, analisadas nesta seção, apresentam-se, na sequência, os resultados observados na temática ‘bens naturais comuns.

4.2.2 Bens naturais comuns

De acordo com o Programa Cidades Sustentáveis (2016), a gestão urbana deve atuar no sentido de assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns. Na cidade de Florianópolis, foram observadas iniciativas voltadas para o alcance desses objetivos, tanto por meio de projetos internos, no âmbito da prefeitura, bem como por meio de trabalhos junto à comunidade.

O Plano de Ação Florianópolis Sustentável 2015 é o resultado de um trabalho interinstitucional no contexto da iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). O Plano tem a Prefeitura de Florianópolis na coordenação local das atividades por meio de uma

comissão de acompanhamento e apoio à implementação da ICES no Município. Uma das dimensões abordadas no Plano de Ação é a de sustentabilidade ambiental e mudança do clima.

Conforme BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015), a cidade possui uma boa qualidade do ar, mas enfrenta desafios na geração de energia e na gestão de seus resíduos. Contribui decisivamente para a boa qualidade do ar a expressiva área de cobertura vegetal existente no município, a maior parte protegida por terem sido consideradas unidades de conservação (BID, CAIXA e PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Além disso, o Plano de Ação também informa que embora a coleta de resíduos sólidos atenda 100% da população (92% com coleta seletiva), apenas 5% do coletado é de lixo reciclado. Ou seja, caso o montante de recicláveis aumente, não existe infraestrutura disponível. Também o saneamento básico e o abastecimento de água estão em alerta para os próximos anos. De acordo com BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015), a configuração atual do sistema de drenagem apresenta relação direta com o crescimento não planejado da cidade, ocupação em áreas não regularizadas e com o caráter acidentado de seu relevo. E ainda, há ocupações em áreas sujeitas a alagamentos e inundações.

O processo de espraiamento observado provoca uma série de consequências sociais e urbanas. Dentre elas destacam-se a deterioração dos recursos naturais e da qualidade ambiental, a descontinuidade das redes de infraestrutura, os altos custos de urbanização em extensas distâncias, a conformação de espaços segregados espacialmente, o que contribui, entre outras consequências, para o agravamento dos problemas sociais (BID, CAIXA e PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Entre as estratégias previstas no Plano de Ação Florianópolis Sustentável 2015, a primeira linha está associada à gestão do saneamento básico em sentido amplo. A solução estudada é promover uma ação integrada do saneamento básico que ofereça para a população melhores condições de vida, saúde e preservação efetiva dos recursos naturais. O Plano também fala de soluções intersetoriais para as questões do abastecimento de água, esgotamento sanitários, drenagem das águas pluviais urbanas e da gestão dos resíduos sólidos no município.

A segunda linha estratégica é repensar o território e as relações entre o ambiente natural e o construído, bem como suas interferências sobre a mobilidade de Florianópolis. Sem deixar de lado um planejamento estruturado de forma a atacar as vulnerabilidades de curto prazo e proteger o município para os cenários de riscos ambientais e impactos naturais.

Além dessas duas estratégias, o Plano de Ação Florianópolis Sustentável 2015 apresenta um conjunto de ações para resolver os problemas ou possíveis futuros problemas diagnosticados pelo ICES e cria uma linha estratégica transversal para atuar no melhoramento

da eficiência energética e energias renováveis no setor de água e esgotamento sanitário, bem como melhorar a iluminação pública, atuar também no setor da saúde e educação e promover o uso de energias renováveis na limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

Em conformidade com o Programa Cidades Sustentáveis (2016), espera-se que sejam estabelecidas como plano de gestão a redução do consumo de energia não renovável e incentivo a fontes renováveis, também sejam realizadas ações para monitorar e melhorar a qualidade do ar, da água e dos solos, incluindo iniciativas para proteger, regenerar a biodiversidade, ampliando áreas naturais protegidas e os espaços verdes urbanos.

Quando se trata da biodiversidade, FloripAmanhã (2016), por meio da Agenda Estratégica Floripa 2030, indica o projeto piloto Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano. A estratégia retratada pela FloripAmanhã (2016) se articula em cinco políticas: a) Política de institucionalização da Reserva da Biosfera em Ambiente urbano – refere-se ao fortalecimento da inclusão do projeto no Comitê Estatal e no funcionamento do Subcomitê específico já criado; b) Política de desenvolvimento de práticas produtivas brandas – que pretende focar na valorização do artesanato e gastronomia local; c) Políticas institucionais para a mudança do paradigma atual de desenvolvimento e consumo e promoção da sustentabilidade; d) Política metropolitana de gerenciamento costeiro – refere-se a necessidade de articular o projeto Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano com as questões costeiras.

Além de tudo, no site da Associação FloripAmanhã, uma matéria chama a atenção para o distrito de Pântano do Sul. O Pântano abriga os parques da Lagoinha do Leste, Serra do Tabuleiro e Lagoa do Peri e é reduto das colônias de pescadores, famílias tradicionais e sítios arqueológicos. No novo Plano Diretor 2014, a diretriz na região é conter o crescimento desordenado. A pedido do Ministério Público Federal, o Ibama emitiu um laudo no qual aponta que a planície do pântano é área de marinha – onde ocupações não são permitidas (FLORIPAMANHÃ, 2014).

Florianópolis também possui diversas associações e ONGs que mostram o envolvimento da comunidade com a preservação dos bens naturais da cidade. Um exemplo é a ONG R3 Animal, seu objetivo é resgatar, reabilitar e reintroduzir os animais na natureza. Outro exemplo é o projeto Route, criado em 2011, com o intuito de diminuir o impacto do lixo no meio ambiente. O projeto promove ações de limpeza das praias e costões no litoral catarinense e procura promover a conscientização das pessoas, principalmente em escolas. Ainda, o Projeto Salve Floripa vem desenvolvendo ações de proteção da Mata Atlântica em Florianópolis, desde 2010.

Esse envolvimento da comunidade é percebido pelos participantes *focus group*, a participante D fala sobre o envolvimento de algumas empresas em causas ambientais: “Aqui no bairro Campeche, conheço alguns restaurantes que direcionam uma porcentagem do lucro para causas ambientais, ONGs ou instituições”, expõe a integrante D. O grupo também relata que, principalmente no sul da ilha, é percebido um engajamento maior das pessoas com a preservação do meio ambiente e a busca por um estilo de vida mais sustentável.

De acordo com a entrevistada A, Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, a cidade possui diversos movimentos e ações sustentáveis com o intuito de preservar os bens naturais comuns. Mas, para a arquiteta, a questão é formar uma consciência ambiental para todos.

Ainda falta um entendimento por parte dos atores e a comunidade que faça a sustentabilidade realmente acontecer, como a otimização dos serviços e a preservação dos bens naturais comuns. Para que isso de fato aconteça é necessário que as práticas de gestão também se voltem para a educação sustentável, de modo a informar as pessoas sobre o que é uma cidade sustentável e criar uma consciência sustentável (Evidências de entrevista – entrevistada A - Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF)

Desse modo, o trabalho prossegue para os resultados obtidos no eixo temático ‘equidade, justiça social e cultura da paz’.

4.2.3 Equidade, justiça social e cultura de paz

Promover comunidades inclusivas e solidárias é o objetivo da dimensão ‘Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz’ no Programa Cidades Sustentáveis (2016). Desse modo, a gestão local deve atuar prevenindo e superando as condições de pobreza e desigualdades por meio da promoção do acesso igualitário aos serviços públicos, como a educação, a saúde, a cultura, a segurança, o acesso a moradia, a inclusão social e a oportunidade de emprego.

E apesar do bom índice de desenvolvimento humano, a cidade também possui desigualdades sociais. Existem desigualdades nas encostas e áreas de risco ocupadas pela população de mais baixa renda, e com áreas de planície e litorâneas da ilha de Santa Catarina sendo loteadas em empreendimentos de alto padrão sem o devido controle (BID, CAIXA e PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

A segregação ambiental foi apontada por Maricato (2001) como uma das faces mais importantes da exclusão social, pois a dificuldade de acesso aos serviços como infraestrutura, saneamento, drenagem, desencadeia nas populações, em alguns casos, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos.

Conforme o art. 182 da Constituição Federal de 1988, regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e pela Lei Federal 11.124/05, bem como pelo Plano Diretor Participativo de Florianópolis 2014, o princípio da função social da cidade e propriedade é entendido como o direito a terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, à mobilidade urbana e acessibilidade, ao trabalho, à cultura e ao lazer, à preservação e conservação do meio ambiente.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis (2012), por meio do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis, apresenta diretrizes, programas, projetos, ações e metas em relação ao planejamento local do setor de habitação de interesse social, tomando por base os principais problemas habitacionais de Florianópolis.

Entre os critérios de priorização de entendimento e ações imediatas estabelecidos no Plano de Habitação de Florianópolis, foram selecionadas: situações de risco e insalubridade - moradores em área de risco de vida, proximidades a fontes poluidoras ou áreas sujeitas a riscos de escorregamento, deslizamento, soterramento ou inundação, ou famílias que tenham sido desabrigadas; Renda per capita da família; Famílias de que façam parte pessoas com deficiência e idoso; Família como mulheres responsáveis pela unidade de família; Ocupação em área com impedimentos legais; Insegurança da posse: questões relacionadas ao direito de moradia, segurança jurídica da posse; Tempo de moradia; Famílias com vínculos sócio-empregatícios na região.

Em relação a inclusão social, a entrevistada E, Arquiteta na Prefeitura Municipal de Florianópolis, informa que existe um trabalho extenso da Prefeitura com iniciativas de inclusão social. A arquiteta citou entidades, como a APAE, com o objetivo de defender os direitos das pessoas com deficiência intelectual; a Aflodef que trabalha com deficientes físicos e a FCC - Fundação Catarinense de Cultura – CIC, a Parada Gay, o Baile da Diversidade e a Associação FloripAmanhã. “Existe uma iniciativa chamada Somar Floripa, com cerca de dois mil voluntários para atuar em ações específicas de inclusão social”, coloca a entrevistada E.

Também foi citado pelo grupo focal, um grupo de mulheres que produzem jornalismo com perspectiva de gênero, o Catarinas. A linha editorial do portal de jornalismo Catarinas busca articular o engajamento feminista na construção de narrativas jornalísticas. Entendemos que unir o ativismo feminista à prática jornalística é uma estratégia potencializadora na busca de objetivos transformadores. Ao perceber as desigualdades de gênero existentes na sociedade, nos posicionamos no intuito de superá-las (CATARINAS, 2019).

Além disso, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), a porcentagem de pobres em Florianópolis vem diminuindo de forma consistente: 9,63% em

1991, 5,31% em 2000 e 1,35% em 2010. O Atlas também estima que 0,08% das pessoas vivem em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados em Florianópolis. Porém, sabe-se que nem todos estão em aglomerados subnormais. Além disso, segundo dados do IBGE (2010), a taxa de desemprego em Florianópolis era de 12,3% em 2000, diminuindo para apenas 5% em 2010, tendo-se em conta as pessoas de 10 anos e mais, economicamente ativas.

Além disto, os tópicos a seguir abordam o desenvolvimento da saúde, educação e segurança em Florianópolis. Portanto, passa-se para a questão da gestão para a sustentabilidade.

4.2.4 Gestão para a sustentabilidade

A gestão local para a sustentabilidade, de acordo com o Programa Cidades Sustentáveis (2016), consiste na implementação de uma gestão eficiente, que envolva as etapas de planejamento, execução e avaliação. Desse modo, reforçar os processos de Agenda 21 e outros que visam o desenvolvimento sustentável local e regional de modo a integrá-los ao funcionamento da administração em todos os níveis.

Os objetivos específicos desse eixo apoiam a gestão integrada e eficiente para a sustentabilidade, com metas e prazos concretos e programa de monitoramento destes compromissos. Além disso visam garantir a transparência administrativa e envolver atores diversos para monitorar e avaliar o desempenho da gestão, tendo em vista o alcance das metas de sustentabilidade estabelecidas. Também assegurar a importância das questões de sustentabilidade nos processos de decisão, assim como, uma política de gestão de recursos baseada em critérios de sustentabilidade sólidos e abrangentes.

O Plano de Ação Florianópolis Sustentável 2015, já citado ao decorrer deste capítulo, tem suas propostas baseada na iniciativa Cidades Emergentes Sustentáveis (ICES) que representa uma nova maneira de identificar e abordar os desafios mais urgentes de sustentabilidade das cidades a partir de uma visão integrada e multissetorial.

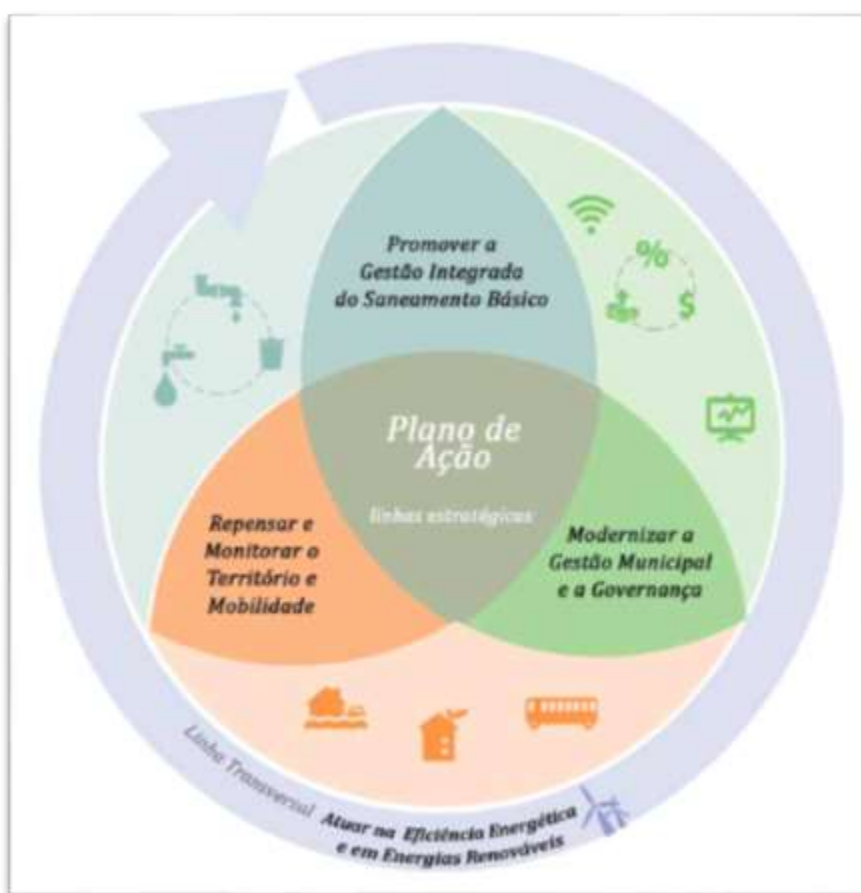
O BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015) explicam que a metodologia ICES compreende seis fases, agrupadas em duas etapas. A primeira etapa consiste no contato com o governo local, formação de equipes e levantamento de informações sobre a cidade. A segunda etapa da metodologia foca na execução do Plano de Ação Florianópolis Sustentável e no incentivo à criação de um sistema monitoramento. Essa etapa tem duração média de três a quatro anos, a depender das intervenções contidas no Plano de Ação.

As estratégias do Plano de Ação, também já mencionadas, consolidam três linhas para organizar as intervenções propostas, além, do tema transversal de gestão energética. A primeira linha estratégica reúne os tópicos associados à gestão do saneamento básico em sentido amplo. Reflete, portanto uma abordagem integrada dos problemas recorrentes na maioria das cidades brasileiras e propõe uma ação integrada para oferecer a população melhores condições de vida e de saúde.

A segunda linha estratégica busca repensar o território e as relações entre o ambiente natural e o construído, bem como suas interferências sobre a mobilidade no município. Sem deixar de lado um planejamento estruturado de forma a atacar as vulnerabilidades de curto prazo, ações direcionadas a preparar o município para os cenários de riscos ambientais identificados nos estudos de bases elaborados pela ICES, também estão presentes nessa linha.

Por fim, a terceira linha estratégica tem foco na administração pública e visa aumentar a eficiência e o uso de tecnologias para melhorar a capacidade institucional da Prefeitura. A figura 9 resume as estratégias pensadas pelo Plano de Ação de Florianópolis Sustentável.

Figura 9 – Linhas de estratégias do Plano de Ação Florianópolis Sustentável



Fonte: BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015).

Segundo a entrevistada E, Arquiteta na Prefeitura Municipal de Florianópolis, o Plano de Ação consolida ideias que estavam em gestação e novas ideias que surgiram no processo de trabalho, articuladas em torno dos fundamentos básicos da ICES. Esse trabalho possui indicadores para ajudar a tornar a cidade de Florianópolis mais sustentável, eu fui uma das coordenadoras desse trabalho e vejo que ainda podemos avançar para trabalhar esses indicadores como metas, completa a arquiteta.

De acordo com a Associação FloripAmanhã (2017), o governo atual publicou o Plano de Metas 2017-2020, divididos em 11 áreas. O item mais extenso é o de Desenvolvimento Econômico, o documento foi construído a partir do plano de governo da campanha eleitoral do atual prefeito Gean Loureiro e do previsto no Plano Diretor em vigor.

Nevens et al. (2013) afirmam que a busca pela sustentabilidade urbana exige formas inovadoras de lidar com ela. Aproveitando-se do potencial de inovação, o desafio consiste em reconhecer, capacitar e fomentar inovações, sejam elas sociais, econômicas, tecnológicas e ecológicas, que possam emergir no contexto urbano. Para a entrevistada E, Florianópolis possui vários planos, projetos e estudos completos que indicam vários caminhos para conquistar uma cidade mais sustentável, o desafio está na gestão desses projetos. Para a arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, esses planos precisam ser assumidos e realizados, existe a vontade e o discurso, mas tudo ainda está muito na teoria.

O próximo tópico analisa o planejamento e o desenho urbano em Florianópolis.

4.2.5 Planejamento e desenho urbano

Reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde é o objetivo deste eixo temático no Programa Cidades Sustentáveis (2016). São objetivos específicos reutilizar e regenerar áreas abandonadas ou socialmente degradadas, evitar a expansão urbana no território, dando prioridade ao adensamento e desenvolvimento urbano no interior dos espaços construídos, sustentar a compatibilidade de usos do solo nas áreas urbanas, oferecendo adequado equilíbrio entre empregos, transportes, habitação e equipamentos socioculturais e esportivos, dando prioridade ao adensamento residencial nos centros das cidades, permitir a conservação, renovação e utilização/reutilização do patrimônio cultural urbano e, por último, adotar critérios de desenho urbano e de construção sustentáveis.

Conforme o entrevistado D, Geógrafo e ex-Presidente do IPUF, o desenho de Florianópolis é a expressão da colonização de Florianópolis e guarda toda a matriz da sua ocupação colonial.

Os núcleos e freguesias são os mesmos e os bairros nasceram em torno desses núcleos ou dos balneários presentes na ilha, como no caso de Ingleses, Jurerê, Barra da Lagoa ou Campeche, por exemplo. Mas a verdade é que o desenho atual de Florianópolis tem muito da sua ocupação colonial (Evidência de entrevista – entrevistado D - Geógrafo e ex Presidente do IPUF).

Ademais, o geógrafo explica que atualmente é discutido pelos atores do planejamento urbano uma forma de deixar o desenho da cidade de um jeito mais sustentável. Para o ex-Presidente do IPUF a tendência é que esses núcleos ganhem cada vez mais autonomia, portanto, é preciso fazer um desenho que dê força a alguns núcleos distantes para que os mesmos se liguem aos grandes núcleos tradicionais.

A ideia é transformar os bairros de Ingleses e Canasvieiras em um grande eixo urbano, além do centro de Florianópolis e, também, incentivar um outro eixo urbano no bairro Campeche. Hoje, se discute a possibilidade de ligar o Campeche em uma grande linha de transporte que possa tangenciar a cidade. Essa visão daria ao norte da ilha maior autonomia e para o Campeche melhor acessibilidade. O desenho do Plano Diretor ainda não contempla essa visão (Evidência de entrevista – entrevistado E - Geógrafo e ex Presidente do IPUF).

A entrevistada A, Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF explica que o território de Florianópolis é polinucleado, devido as suas características geográficas e esse fato impede uma continuidade urbana do território. Para ela, esse é o grande desafio do planejamento e desenho urbano, pois não é possível ocupar todo o território ou unir todos os bairros. No entanto, a arquiteta acredita que seja possível desenvolver “pequenas cidades” dentro de uma grande cidade. “Isso significa reforçar as centralidades dos bairros para que seja possível residir, trabalhar e realizar todas as atividades sem a necessidade de grandes deslocamentos”, diz a entrevistada A.

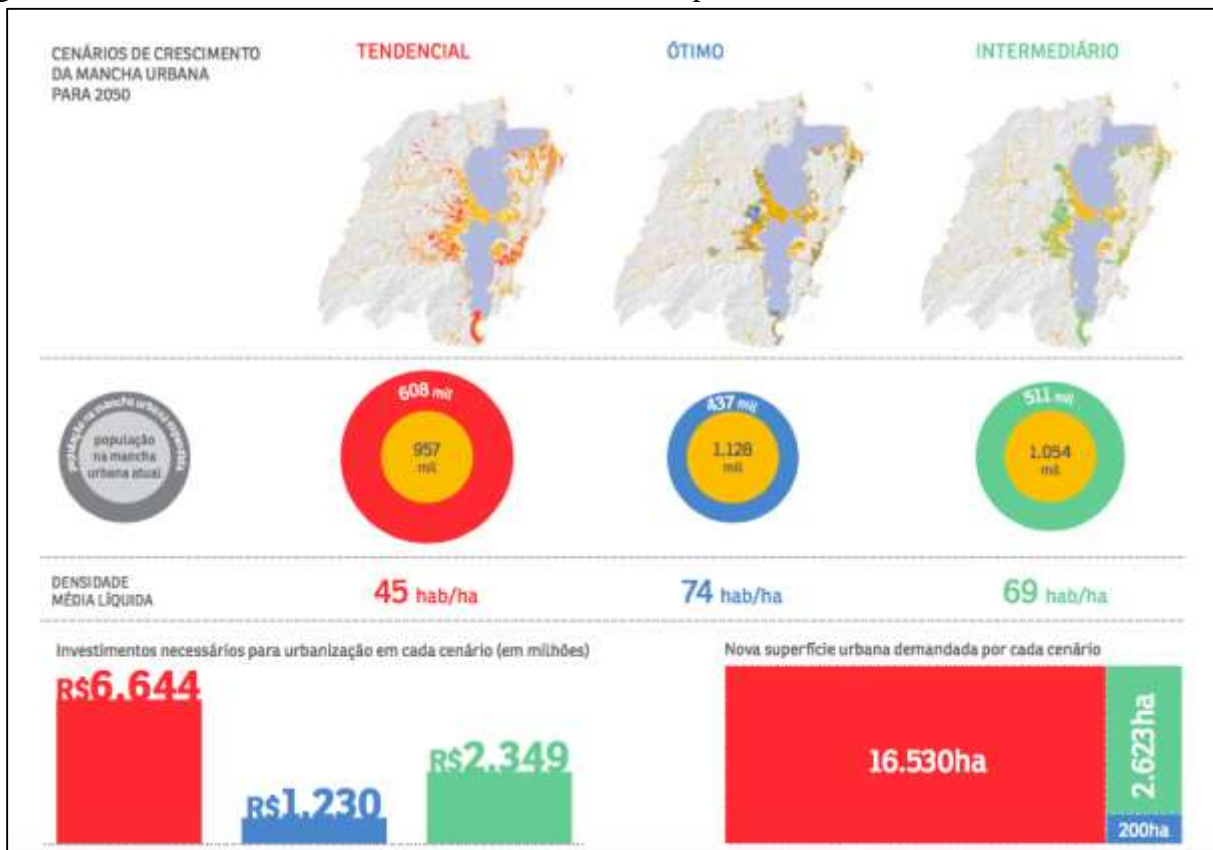
Autores como Rogers (2013) e Keivani (2010) consideram benéficas as interações sociais promovidas em cidades densas e socialmente diversificadas. Nesses ambientes urbanos, as atividades econômicas e sociais se sobrepõem e as comunidades estão concentradas em torno de unidades de vizinhança. Além disso, para os autores, maior interação social também promove uma qualidade de vida elevada, eficiência energética, menor consumo de recursos e menor nível de poluição.

Entretanto, a entrevistada A manifesta que para Florianópolis ter essas condições de vida cotidiana mais centralizada é preciso fortalecer os aspectos econômicos:

Florianópolis tem uma grande extensão de áreas com zoneamento urbano como área residencial predominante, onde só são permitidas pequenas atividades. Esse fato, gera muita atividade informal que prejudica a receita do município. Na minha opinião, essas áreas precisam ser reduzidas e, no lugar delas, devem ser criadas áreas de uso misto (com escolas, hospitais e mercados), deixando a cidade mais densa. Porque, hoje, nós temos uma baixa densidade e extensas ocupações de terra, ou seja, uma cidade esparramada. Além disso, usar grandes espaços do território apenas para residências não gera economia e diminui o espaço disponível para outras atividades fundamentais dentro da cidade. Inclusive, a produção de pequeno porte, como: a agricultura urbana, por exemplo, com grande potencial em Florianópolis, mas, hoje, sem espaço para crescer. (Evidências de entrevista – entrevistada A - Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF)

De acordo com BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015) e o resultado dos estudos ICES, se continuarem os padrões de crescimento atuais (dispersos e de baixa densidade, urbanizando-se mais solo do que o necessário para o incremento da população), o custo global de investimento em infraestrutura alcançaria R\$ 6,6 bilhões. Em um cenário de crescimento mais inteligente, que racionalize a expansão urbana e privilegie o aumento de densidade e aproveitamento sustentável de espaços já construídos, os investimentos necessários em infraestrutura não superariam R\$ 1,2 bilhão para 2050 para uma densidade populacional de 74 habitantes/hectare. É o que apresenta a figura 10, a seguir:

Figura 10 – Cenário de Crescimento da Mancha Urbana para 2050



Fonte: BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015).

O estudo demonstra que o crescimento urbano sem um planejamento adequado acabará acarretando custos muito mais elevados, que serão pagos pela população de Florianópolis. (BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015).

A entrevistada E informa que a gestão municipal está tentando alinhar algumas questões de planejamento e desenho urbano abordadas na última revisão do Plano Diretor 2014. “Uma época nós tínhamos a proposta de trabalhar o plano diretor em relação a reserva da biosfera urbana, que eu acho bem interessante, mas, na verdade, essa ação não cresceu”, diz a arquiteta.

Entre as diretrizes do Plano Diretor 2014 citadas no art.10 está a reafirmação do modelo poli nucleado de organização territorial, baseado no fortalecimento de centralidades urbanas, diminuindo a pressão de crescimento nas áreas de interesse cultural e ambiental da cidade, otimizando a prestação de serviços de infraestrutura, qualificando as conexões de mobilidade, articulando o desenvolvimento urbano com os ecossistemas, propiciando conectividades biológicas e a preservação do patrimônio cultural, visando uma distribuição equilibrada e sustentável de pessoas e atividades econômicas.

Além disso, a CAIXA, BID e Baobá (2017), na Pesquisa de Opinião Pública realizada Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), mostra, também, que para 50% dos entrevistados não existem espaços públicos adequados para utilização em seus bairros, o que deve ser considerado no desenho de políticas públicas de desenvolvimento urbano. Apenas 10% da amostra disse utilizar algum espaço público de seu bairro com frequência semanal.

A FloripAmanhã (2016), na Agenda Estratégica Floripa 2030, aborda uma política de centralidade e multiculturalidade. A política propõe uma cidade polinucleada, com malhas urbanas conectadas por vias panorâmicas e paisagens emblemáticas que facilitam a possibilidade de aumento de densidade e de usos mistos em certas regiões ou setores, tanto de Florianópolis quanto da região continental.

Conforme Williams (2004), as ideias de cidade densa, compacta e conectada têm prevalecido entre as políticas de planejamento e gestão urbana, principalmente em países desenvolvidos. Ainda Bichueti (2016), complementa ao falar que nos países em desenvolvimento, essas ideias também têm sido aplicadas para aliviar os problemas urbanos atuais. Ressalte-se, entretanto, que, para obter resultados sustentáveis adequados, este processo deve ser bem gerenciado (BICHUETI, 2016).

Sendo assim, a partir das evidências expostas no eixo ‘planejamento e desenho urbano’, apresentam-se, a seguir, os resultados observados na temática ‘cultura para a sustentabilidade’.

4.2.6 Cultura para a sustentabilidade

A cultura para a sustentabilidade, de acordo com o Programa Cidade Sustentáveis (2016), envolve o desenvolvimento de políticas culturais que valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio cultural. Além disso, considera a promoção da preservação da memória e a transmissão da herança natural, cultural e artística. Sendo assim, é muito importante construir um diálogo social para desenvolver conceitos e práticas que busquem incrementar a cultura do humanismo e os preceitos da sustentabilidade.

No Art. 2 do Plano Diretor de Florianópolis é exposto que o Plano Diretor visa organizar a ocupação do território municipal de forma a proporcionar qualidade de vida para o conjunto da população, baseado nos valores sociais e deve garantir o desenvolvimento sustentável, praticado em estreita correlação com o meio ambiente e o patrimônio cultural (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2014).

Também é citado no Art. 5 do Plano Diretor de Florianópolis que as áreas e setores definidos como portadores de valor natural e cultural que importa preservar passam a ser reconhecidos como patrimônio natural e cultural de Florianópolis e deverão ser delimitados e protegidos, priorizando sempre seu uso-fruto pela sociedade.

Conforme a entrevistada C, Secretária Executiva da Associação FloripAmanhã, a natureza de Florianópolis é um bem natural que já começou a ser trabalhado pela gestão municipal, a partir das diretrizes construídas no Plano Diretor atual. “Também, com o incentivo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi encaminhado um processo de reconhecimento cultural da Pesca da Taíinha e a Feira da Ostra”, atividades anuais do município, diz a secretária.

A gente podia ser mais rico nesse sentido, porque temos muita cultura por aqui. Uma das políticas traçadas pelo novo Plano Diretor é de fomentar os núcleos culturais como destinos turísticos, no caso, descentralizar um pouco a praia e incentivar a economia, a gastronomia e outros processos culturais presentes na ilha (Evidência de entrevista – entrevistada B– Conselheira da Associação FloripAmanhã).

Corroborando, a entrevistada A diz perceber diversas ações e eventos, promovidos pela Prefeitura de Florianópolis, que incentivam e esclarecem a diversidade e o pluralismo. Também ações que acontecem no centro da cidade e atividades vinculadas a arte e a diversidade sexual. Contudo, a arquiteta também percebe a perda de força de algumas tradições, como o Bloco dos Sujos, a cultura das rendeiras e os engenhos.

A participante A do *focus group* citou alguns grupos na ilha que fazem parte da cultura local e ajudam a preservá-la, como o Grupo Chorinho e Catarinas. Do mesmo modo, o

participante C conta que a cidade possui espaços, museus e ações que promovem a cultura e a arte. A participante D fez referência a revitalização do centro e da Praça XV de Novembro, como preservação da história da cidade, também o mercado público e as placas com poesias do Zininho (artista e autor do hino de Florianópolis). Para mais, o participante B fala do cuidado com a terra e da natureza como parte da cultura dos moradores da ilha, cita a herança cultural açoriana presentes no Ribeirão da Ilha e em Santo Antônio de Lisboa e os patrimônios ecológicos como o Morro da Cruz e Lagoinha do Leste.

Em conformidade com o Grupo focal, o documento FloripAmanhã 10 anos, fala sobre o projeto Corredor Cultural que fomentou o turismo cultural e a valorização do artesanato, da gastronomia e das atividades lúdico-culturais, em três áreas da região central da cidade, sendo elas: a Praça XV, o Largo da Alfândega e o Parque da Luz. Entre as realizações destaca-se a reforma da Casa da Alfândega, a implementação e manutenção da Feira do Artesanato da Praça XV e a criação de projetos de revitalização do Parque da Luz (FLORIPAMANHÃ, 2015).

A entrevistada F, Artista Plástica e Coordenadora da COMAP/IPUF, explica sobre a intervenção artística inserida na paisagem urbana ou natural do município: a política da Arte Pública.

Prevista no Plano Diretor, a Arte Pública na paisagem urbana ou natural é uma conquista que vem acontecendo ao longo dos anos, através de seminários e reuniões, bem como a criação da Comissão Municipal de Arte Pública. A Arte na Edificação conquistou espaço na cidade e se tornou Arte Pública (Evidência de entrevista- entrevistada F – Coordenadora da COMAP/IPUF).

De acordo com o Art. 175, do atual Plano Diretor de Florianópolis, a Arte Pública tem por finalidade: I - qualificar a paisagem urbana e natural; II - cumprir função: rememorativa, comemorativa, política, utilitária, paisagística, conceitual, representativa, pedagógica e lúdica; III - estabelecer referências históricas, culturais, artísticas e estéticas nos espaços de uso público; IV - constituir acervo de arte a céu aberto oportunizando o acesso público e gratuito à arte e à cultura (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2014).

A entrevistada F elucida que, a nova lei da Arte Pública, torna possível trabalhar com outras inserções artísticas, como: a arte contemporânea ou a arte de gênero.

Essa conquista deixa a arte e a cultura de Florianópolis mais abrangente e democrática. A arte pública é uma questão importante dentro do contexto urbano, do planejamento e da paisagem da cidade. É uma porta que se abre. No futuro, queremos fazer um mapeamento da cidade e pensar nas intervenções artísticas que podem ser criadas, qualificadas e organizadas. Por exemplo, a arte efêmera: a arte que acontece no espaço e não dura muito (como os grafites), poderão ser catalogados e registrados. Quando a gente cataloga esse acervo, a gente constrói uma memória para a história da cidade (Evidência de entrevista- entrevistada F – Coordenadora da COMAP/IPUF).

Em conformidade com a FloripAmanhã (2016), a Agenda Estratégica Floripa 2030 apresenta como objetivos do desenvolvimento sustentável atividades que valorizem o poder da cultura local. Tais atividades podem incluir concertos, passeios de bicicleta, carros de som, feiras, eventos apresentando histórias de sucesso, cerimônias de premiação e colaboração com pessoas conhecidas (por exemplo: atores, músicos, esportistas, escritores e fotógrafos) ou fundações que podem atuar como “embaixadores” para a promoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Dessa forma, fundamentado na relevância da ideia principal, apresentam-se os resultados observados na dimensão ‘educação para a sustentabilidade e qualidade de vida’, expostos a seguir.

4.2.7 Educação para a sustentabilidade

Integrar na educação formal e não formal valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável é objetivo principal do eixo ‘Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida’ (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016). Para mais, prover oportunidades educativas que permitam o papel protagonista no desenvolvimento sustentável local e regional a todos os cidadãos e incentivar a conscientização sobre os desafios socioambientais, entre outros objetivos.

Florianópolis é conhecida como uma das cidades brasileiras com melhores índices de educação. O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), estimou para 2010 uma taxa de 97,6% de adultos alfabetizados, indicando ademais que 80% da população com 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 66,2% o ensino médio.

A pesquisa de Opinião Pública, presente no documento elaborado pelo BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015), mostra que a avaliação da qualidade do ensino feita pelos entrevistados varia bastante conforme o tipo de ensino (fundamental, médio ou superior) e a esfera governamental/privada que fornece o serviço (municipal, estadual, federal ou privada). Por exemplo, as maiores taxas de avaliação negativa estão concentradas nos ensinos fundamental e médio municipal e estadual, com os ensinos federal e privado com altas taxas de avaliação positiva. Nota-se também que o motivo mais citado para a evasão escolar é a falta de vagas (17%), com a falta de materiais (13%) e a distância da residência (10%).

Apesar dos bons índices, em 2014, de acordo com o BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015), foi assinado um contrato entre o município e o BID para o Programa de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis,

assegurando o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas de seus estudantes, por meio do acesso de serviços de jornada integral.

Segundo BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015), o programa tem como principais componentes (1) a melhoria da infraestrutura educativa com a reforma e construção de unidades educacionais; (2) a melhoria da qualidade da educação com a capacitação de professores, melhorias nos sistemas e desenvolvimento de projetos inovadores; (3) o aperfeiçoamento da gestão, do monitoramento e dos processos de avaliação; e (4) ações que visam a própria administração do programa. O programa deverá ser implementado até 2019.

Além disso, quando se trata de educação, a sustentabilidade urbana depende da qualidade do ensino e do ambiente propício à formação, assim como da integração entre políticas setoriais e a convergência entre a educação formal, a produção de conhecimentos e a empregabilidade no mercado formal, contribuindo para a redução das desigualdades e a geração de oportunidades em uma economia competitiva (BID, CAIXA e PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

A entrevistada E, Arquiteta na Prefeitura Municipal de Florianópolis, percebe que a educação ambiental é trabalhada nas escolas, do mesmo modo que a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis - FLORAM promove ações de educação ambiental a partir de cursos e palestras sobre o meio ambiente. Também a Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap) realiza trabalhos nas escolas e instituições de ensino sobre a coleta seletiva, a coleta de resíduos.

Além da educação tradicional, o participante B do grupo focal cita a Escola dos Sonhos como modelo de formação de valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável. “Na Escola dos Sonhos o conhecimento é dividido, existe a troca do conhecimento entre os alunos, a nota não é o mais importante, o que importa é aprender. Essa escola não faz uso da metodologia tradicional, sua proposta busca desenvolver a educação ambiental, a arte e a cidadania para os alunos do ensino infantil e fundamental, diz o participante B.

Corroborando, a entrevistada A, Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF expõe que dentro do IPUF a educação para a sustentabilidade é bastante discutida.

A gente discute maneiras para trabalhar a educação urbana e levar para os cidadãos informações relacionadas a cidade, ao espaço público, a preservação. Nossa intenção é justamente melhorar qualificação e qualidade de vida do cidadão. Nós já temos uma educação voltada para o meio ambiente, mas falta a educação voltada para o espaço urbano (Evidência de entrevista – entrevistada A– Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF).

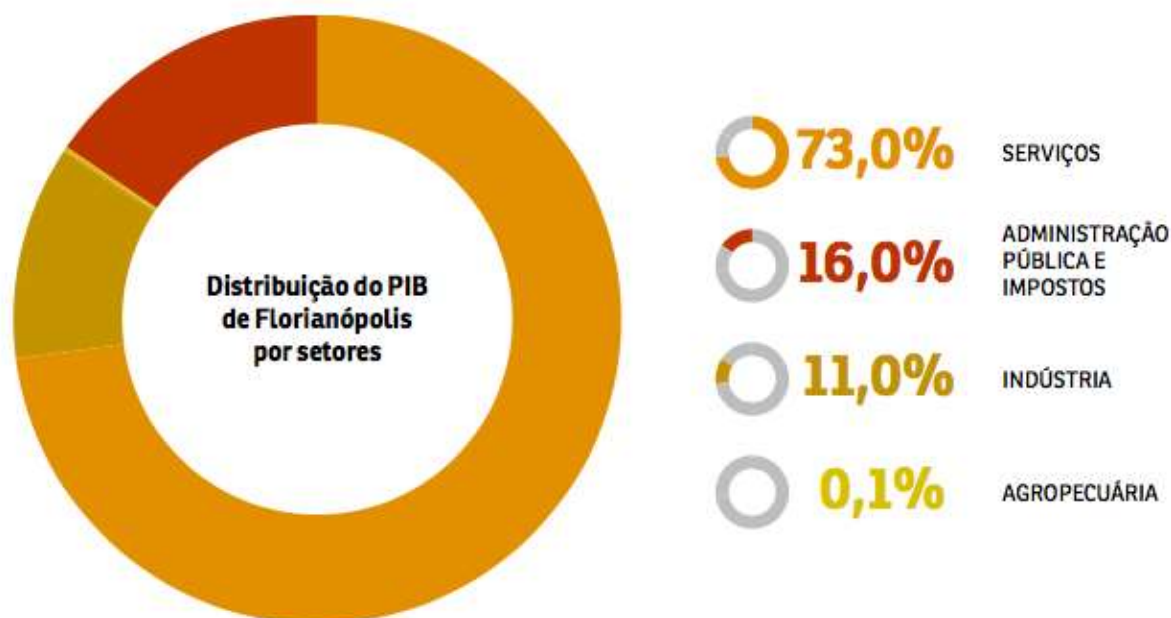
Pode-se perceber que a educação é um eixo bem trabalhado em Florianópolis. Do mesmo modo, percebe-se a intenção dos atores da cidade em avançar cada vez mais nesse quesito. Assim, tendo em vista as evidências acima, avança-se para o eixo ‘economia local, dinâmica, criativa e sustentável’.

4.2.8 Economia local, dinâmica, criativa e sustentável

Esse eixo tem como objetivo geral apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016). Entre os específicos estão: Introduzir medidas para estimular e apoiar o emprego local, o trabalho decente, a contratação de aprendizes e a formação de empresas; cooperar com o tecido empresarial local para promover e implementar a responsabilidade social empresarial; desenvolver e implementar princípios e indicadores de sustentabilidade para as empresas; promover o mercado de produções criativas locais e implementar o turismo local sustentável.

Segundo o IBGE (2010), o PIB de Florianópolis para 2011 foi de R\$ 12,6 bilhões, o que gera um PIB per capita de R\$ 29.122,65, sendo as principais atividades do município: (1) serviços ligados à área de tecnologia e desenvolvimento (mais de 45% do PIB do município); (2) o turismo; (3) indústria pesqueira, sobretudo a produção de frutos do mar, com 70% da produção de ostras do país. A figura 11 resume essas evidências.

Figura 11 – PIB de Florianópolis 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

De acordo BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015), em termos econômicos, Florianópolis é a única capital não industrializada da região sul e sudeste do Brasil, tendo sua economia concentrada no setor de serviços, principalmente voltado ao turismo e às atividades de centro administrativo e político de Santa Catarina, desse modo sua economia é centrada no setor secundário.

A entrevistada A relata que existe uma política pública muito forte trabalhando o setor da economia, mas a economia local deve ser mais fomentada, principalmente, no que diz respeito a produção de farinha, dos engenhos e das rendeiras, de modo a fortalecer o turismo cultural. Em relação ao turismo, apesar do seu grande potencial na ilha, a arquiteta considera que o turismo pode ser melhor trabalhado por meio de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento urbano. Também relata sobre o fortalecimento da agricultura urbana e a lei criada para o seu incentivo.

No Plano Diretor do Município de Florianópolis 2014, entre as diretrizes presentes no art. 10. três delas abordam sobre o desenvolvimento econômico alinhado a sustentabilidade:

- 1) A promoção da sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política do Município;
- 2) A integração do município de Florianópolis na dinâmica da Região Metropolitana e sua consolidação como centro regional de desenvolvimento sustentável nos setores de turismo, lazer, educação, cultura e inovação tecnológica;
- 3) O incentivo às atividades produtivas locais a partir do apoio ao empreendedorismo e a mecanismos de geração de emprego e renda, em especial nas áreas de inovação tecnológica, cultura, lazer, pesca, gastronomia, turismo, artesanato, agropecuária, agricultura urbana e aquicultura.

Além da Lei presente no Plano Diretor, a Agenda Estratégica Floripa 2030 incentiva a política de economia do conhecimento. No caso, o aumento no ritmo de criação, acúmulo, e aproveitamento do conhecimento pode levar Florianópolis a um sistema no qual o conhecimento aplicado ao desenvolvimento sustentável seja a verdadeira essência da competitividade e o motor a longo prazo (FLORIPAMANHÃ, 2016).

Conforme a Agenda Estratégica Floripa 2030, esse processo de transformação produtivo alinharia pesquisa, desenvolvimento e inovação para alcançar a economia do conhecimento, o Centro Sapiens é um exemplo de inovação econômica na cidade.

De acordo Azevedo e Teixeira (2017), Florianópolis tem se fortalecido como uma capital de inovação e qualidade de vida, sendo referência para ambientes de negócios e sediando empresas de alto crescimento, prevendo cada vez mais propulsionar o empreendedorismo na cidade. O objetivo do Centro Sapiens é buscar alinhar os aspectos econômicos, governamentais e sociais, através da união do setor público e privado (GASPAR et. al, 2017).

Para Leite e Awad (2012), as cidades são capazes de se reinventar, mas para que esse processo aconteça é preciso que autoridades governamentais invistam em projetos que possam instrumentalizar a regeneração urbana dos vazios centrais. Revitalizar espaços abandonados é uma forma de contribuir com a qualidade do ambiente físico, econômico e social, além de promover uma cidade mais criativa.

A entrevistada C, Secretária Executiva da Associação FloripAmanhã relata que existem várias iniciativas das universidades e centros educacionais que promovem qualificação para trabalhar frente ao turismo da ilha. Segundo a secretária, o Senac oferece cursos de português para os imigrantes poderem se inserir no mercado de trabalho. Do mesmo modo, a Prefeitura iniciou o Projeto Cidade Empreendedora com o Sebrae/SC, com o objetivo de capacitar os atores de desenvolvimento por meio de experiências positivas aplicadas em outros municípios.

Desse modo, pode-se avançar para os resultados obtidos nas temáticas relacionadas ao consumo responsável e às opções de estilo de vida, apresentados na sequência.

4.2.9 Consumo responsável e opções de estilo de vida

No eixo temático ‘consumo responsável e opções de estilo de vida’, o Programa Cidades Sustentáveis (2016) tem como objetivo a adoção por parte do poder público e a promoção junto aos cidadãos do uso responsável e eficiente dos recursos, bem como o incentivo de um padrão de produção e consumo sustentáveis. Assim, a gestão dos resíduos, a reutilização e a reciclagem, com a promoção de políticas para o auxílio às cooperativas de catadores e

recicladores, a gestão do uso da energia, com vistas à melhoria da eficiência energética e o incentivo à produção e consumo sustentáveis, são alguns dos objetivos específicos desta dimensão.

Como já citado, entre as estratégias do BID, CAIXA e Prefeitura municipal de Florianópolis, (2015), promover a Gestão Integrada do Saneamento Básico é uma delas. Desse modo, a estratégia consiste em oferecer e manter para a população da cidade melhores condições de vida e de saúde, assegurando ainda condições de preservação efetiva dos recursos naturais. Assim, busca-se soluções intersetoriais para o abastecimento de água, esgoto, drenagem pluviais urbanas e gestão dos resíduos sólidos no município.

E mais, a linha estratégica transversal de energia, também citada no BID, CAIXA e Prefeitura municipal de Florianópolis, (2015), tem como medidas melhorar a eficiência energética e uso de energias renováveis, o uso de tecnologias consolidadas no mercado nas áreas de iluminação, climatização, motores, dentre outros. Além da avaliação da viabilidade de utilização de tecnologias de energia renováveis como a solar fotovoltaica e o aquecimento solar da água.

A Política Municipal Integrada de Saneamento Básico, do Plano Diretor - Prefeitura Municipal de Florianópolis (2014), prevê novos critérios de sustentabilidade, baseando-se nos seguintes princípios: I – integração do ciclo das águas, considerando seus diversos usos e a necessidade de diminuir suas externalidades negativas; II - tecnologias alternativas, sustentáveis ambientalmente, para soluções de saneamento básico, nas localidades ou em situações nas quais se apresentem apropriadas; III – não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; IV - responsabilização dos agentes produtores pelos resíduos gerados em razão dos seus produtos ou dos seus sistemas de produção e suas consequentes externalidades negativas; V - redução das perdas nos sistemas de abastecimento de água; VI - desenvolvimento de alternativas de reutilização de águas e novas alternativas de captação para usos que não requeiram condições de potabilidade; VII - proteção dos mananciais superficiais e subterrâneos; VIII - captação e/ou aproveitamento de águas pluviais nas edificações; IX - introdução de conceitos de absorção, retenção e detenção, nos projetos de drenagem urbana, nas áreas privadas e públicas.

Dos Incentivos a Sustentabilidade Ambiental, o art. 292. expõe que o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir como serviços ambientais programas de apoio e incentivos a preservação da cobertura vegetal, incidindo sobre o conjunto dos espaços urbanos da cidade e nas inserções de arquitetura e equipamentos que amenizem o consumo de energia e o impacto

sobre o meio ambiente, podendo ainda, estabelecer diferenciação tributária e conceder créditos construtivos para aqueles que cumpram os padrões e limites estabelecidos nos programas, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2014).

Também é manifestado no atual Plano Diretor, o Programa de Incentivo à Sustentabilidade que deverá conferir a seus integrantes, pessoas físicas e jurídicas, o “Selo da Florianópolis Sustentável” que pode ser fixado em locais públicos, fachada de construções e em publicidades.

Além do mais, todos os participantes do grupo focal defendem um estilo de vida mais sustentável e afirmam que a mudança para Florianópolis tem despertado esse estilo de vida. Entre os fatores citados pelo grupo focal que colaboram para uma vida mais sustentável, estão: a coleta seletiva de lixo (resíduos sólidos e orgânicos), o consumo de alimentos orgânicos promovidos pelas feiras (nos mais diversos bairros da cidade), a criação de hortas residenciais, a preocupação dos habitantes em preservar as áreas verdes naturais, a participação da comunidade em ações solidárias e os grupos que promovem discussões sociais através da música e da arte.

Quanto as empresas presentes na ilha, foi observado pelas participantes A, D e E, a mudança no discurso e um foco maior na sustentabilidade.

A seguir, avança-se para os resultados obtidos na temática ‘melhor mobilidade, menos tráfego’.

4.2.10 Melhor mobilidade, menos tráfego

No Programa Cidades Sustentáveis (2016), o eixo ‘melhor mobilidade, menos tráfego’ tem como objetivo promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade. Sendo assim, os objetivos específicos incluem reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado e promover meios de transportes coletivos acessíveis a todos; aumentar a utilização de transportes públicos e de deslocamentos a pé ou de bicicleta; desenvolver e manter uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e pessoas com deficiências; acelerar a transição para veículos menos poluentes; reduzir o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública; e desenvolver, de forma participativa, um plano de mobilidade urbana integrado e sustentável.

O estudo realizado pelo BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015) para o Plano de Ação Florianópolis Sustentável 2015, avaliou a mobilidade e uso do

solo/ordenamento territorial como “vermelhos”, o que significa urgência para serem tratados e risco que eles representam para as áreas avaliadas positivamente.

Em razão das condições restritivas do território e de sua ocupação dispersa e polinucleada, o automóvel particular é usado intensamente na cidade, tendo em vista que o transporte coletivo é apoiado exclusivamente no modal ônibus. O município possui uma taxa de motorização de 2,32 pessoas por automóvel e ocupa a segunda posição no ranking de cidades no Brasil (BID, CAIXA e PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

De acordo com o Plano, a área central da ilha concentra uma quantidade significativa dos postos de trabalho gerados na Região Metropolitana, as pontes de ligação ilha-continente, seus acessos e suas vizinhanças imediatas acabaram por se tornar pontos de estrangulamento do tráfego motorizado.

Diante desse contexto, existe a necessidade de colocar a mobilidade num alto nível de prioridade entre políticas urbanas em Florianópolis. Segundo a entrevistada E, Arquiteta na Prefeitura Municipal de Florianópolis, a mobilidade é um dos principais problemas da cidade e o Plano Diretor de Florianópolis 2014 também aponta essa constatação. A arquiteta relata que a sustentabilidade na mobilidade ainda é muito baixa, mas a prefeitura tem realizado projetos para mudar esse cenário.

O BRT (Bus Rapid Transit) surge como uma opção de solução para o problema. É um sistema de transporte coletivo por meio de ônibus que tem como característica o uso de corredores de ônibus exclusivos, estações com cobrança de tarifa fora do veículo e plataformas de embarque em nível, alinhadas com o piso dos ônibus. Serão 17 quilômetros de corredores exclusivos pavimentados em concreto para a circulação de ônibus BRT. Também o programa + Pedestre, inspirado em intervenções já promovidas em outras cidades, busca melhorar a segurança, reduzir a velocidade dos veículos e incentivar deslocamentos a pé ou de bicicleta. Além disso, melhorar a infraestrutura das ciclovias para incentivar a população ao uso de transportes alternativos (Evidência de entrevista – entrevistada E - Arquiteta na Prefeitura Municipal de Florianópolis).

Além desses projetos, a entrevistada E conta que está sendo avaliado a criação do transporte marítimo na ilha. A arquiteta acredita que quando essas ações forem implantadas, Florianópolis dará um salto na mobilidade urbana sustentável.

Concordando com as afirmações acima, a entrevistada A, Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, fala dos mesmos projetos citados como possíveis soluções para a mobilidade de Florianópolis e expõe sobre a necessidade de ações que eduquem a população para um estilo de vida mais sustentável, no sentido de mostrar para os habitantes da ilha a importância de reduzir o uso de automóveis individuais. Outro desafio relatado pela arquiteta é a redução de carros na ponte Hercílio Luz que liga a ilha ao continente e está sendo bastante discutido no IPUF.

Além disso, a entrevistada A também fala sobre a importância de qualificar o transporte público para que haja a redução do uso de automóveis individuais e de deixar a cidade mais compacta.

O uso, a ocupação do solo e a mobilidade são faces da mesma moeda. Por exemplo, o uso da bicicleta como meio de transporte, eu só posso pensar nessa possibilidade se eu tenho uma distância razoável para pedalar, ou seja, grandes distâncias são para uma parcela restrita da população. Desse modo, também é importante para a mobilidade urbana, estudar a ocupação do território, transformar áreas mais densas e sustentáveis que permitem o deslocamento a pé ou o uso de transportes alternativos, como a bicicleta (Evidência de entrevista - a entrevistada A - Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF).

Han et. al (2012) elucida que esse tipo de integração de vários objetivos de planejamento e contramedidas será uma tendência dominante no desenvolvimento futuro. As cidades compactas oferecem vários benefícios, incluindo menor dependência do carro, redução do consumo de energia, reutilização de infraestrutura, maior qualidade de vida e preservação de espaços verdes.

A segunda linha estratégica descrita no Plano de Ação Florianópolis Sustentável 2015 é repensar e monitorar o território e mobilidade. Desse modo, busca-se repensar o território e as relações entre o ambiente natural e o ambiente construído, bem como suas interferências sobre a mobilidade no município (BID, CAIXA e PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

O tema do uso do solo e ordenamento territorial, o estudo temático específico e os estudos de base elaborados pela ICES apontam para a necessidade de mudar o padrão dos assentamentos urbanos na cidade, evitando a dispersão tão característica da polinucleação insular.

No Plano Diretor – Prefeitura Municipal Florianópolis (2014), entre as diretrizes do Plano, uma delas é: a reafirmação do modelo poli nucleado de organização territorial, baseado no fortalecimento de centralidades urbanas, diminuindo a pressão de crescimento nas áreas de interesse cultural e ambiental da cidade, otimizando a prestação de serviços de infraestrutura, qualificando as conexões de mobilidade, articulando o desenvolvimento urbano com os ecossistemas, propiciando conectividades biológicas e a preservação do patrimônio cultural, visando uma distribuição equilibrada e sustentável de pessoas e atividades econômicas

Além disso, da estratégia e das políticas de mobilidade e acessibilidade presentes Plano Diretor de Florianópolis 2014, o Art. 21 fala sobre a estratégia de mobilidade e acessibilidade complementada pela política de fortalecimento da multicentralidade, também sobre a previsão da instalação de corredores de transporte de passageiros, de linhas circulares e intra-bairros para

o transporte coletivo, bem como a diversificação dos modais de conexão entre as diversas localidades do município e entre a ilha e o continente.

Segundo o Art. 22. para alcançar os resultados desta estratégia, o Município implementará as seguintes políticas: I - de transporte hidroviário; II - de desenvolvimento do transporte de massa; III - de reestruturação da malha viária, incluindo as ações de melhoria de fluxos; e IV - de incremento da mobilidade com base na autopropulsão de pedestres e ciclistas (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2014).

Para a entrevistada B o que Florianópolis precisa, em primeiro lugar, é conscientizar a população a usar menos o carro, conquistando uma transformação cultural através da educação, o que pode levar tempo. Em segundo lugar é preciso melhorar o transporte coletivo. Mas a conselheira diz já perceber algumas mudanças positivas nas centralidades da ilha que fortaleceram alguns bairros e descentralizou do centro.

Quanto ao grupo focal, todos concordam que a cidade precisa melhorar a mobilidade e, principalmente a infraestrutura dos ônibus, bem como os horários e terminais. Sobre a ciclovia, o grupo considera que falta um incentivo do poder público por meio de infraestrutura adequada e segurança para poder fazer mais uso dela.

Percebe-se que a cidade vem buscando soluções e alternativas para os problemas de mobilidade e tráfego. A seguir, passa-se para o eixo ‘ação local para a saúde’.

4.2.11 Ação local para saúde

Proteger e promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos é o objetivo principal do eixo ‘ação local para a saúde’ no Programa Cidades Sustentáveis (2016). Entre os objetivos específicos, estão: disseminar informações para melhorar o nível de conhecimentos sobre fatores essenciais para uma vida saudável; promover o planejamento urbano para o desenvolvimento saudável das cidades; garantir equidade no acesso à saúde; promover a prática de atividades físicas que busquem enfatizar os valores de uma vida saudável, entre outros aspectos.

Os indicadores de saúde de Florianópolis são bastante positivos em todos os quesitos básicos do setor. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), a esperança de vida ao nascer, para o conjunto da população, aumentou 6,1 anos nas últimas duas décadas: do piso de 71,3 anos de vida em 1991, evoluiu para 74,4 anos em 2000 e 77,4 anos em 2010; compare-se que, em 2010, a esperança média de vida ao nascer era de 76,6 anos para o Estado de Santa Catarina e de 63,9 anos para o Brasil.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS), no Seminário de Diagnóstico Institucional (2013), estimou em 77,7 a expectativa de vida ao nascer para toda a população nascida em 2010 (sem desagregação por gênero), tendo sido de 74,7 em 2006, quando a secretaria começou o monitoramento permanente do indicador. Quanto à taxa de mortalidade de menores de 5 anos de idade, o Atlas mostra que, em 1991, essa taxa era de 24,9 óbitos por 1.000 nascidos vivos, diminuindo para 21,2 em 2000 e 12,1 em 2010 (BID, CAIXA, PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

De acordo com as informações publicadas no documento “Santa Catarina em Números – Municípios Catarinenses - SEBRAE-SC (2013), quanto à oferta de insumos de saúde, tanto em profissionais (médicos) como em leitos, a situação em Florianópolis parece ser satisfatória, o número de médicos compõe um índice de 1433 médicos por 100.000 habitantes. Com respeito aos leitos hospitalares disponíveis, tem-se um indicador de 430 leitos hospitalares por 100.000 habitantes.

Conforme o BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015), a rede municipal de saúde em Florianópolis não inclui hospital próprio. A rede hospitalar é de administração federal, estadual ou privada. Essa circunstância provoca reação controversa na população ao ser consultada sobre a qualidade do atendimento no serviço de saúde. De modo geral, a opinião popular tende a ser positiva quando se trata das unidades municipais (atendimento às famílias e clínicas locais), e negativa quanto aos hospitais públicos e privados (BID, CAIXA e PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Dados da Pesquisa de Opinião Pública registrados por BID, CAIXA e Baobá (2017), mostram que o Sistema Único de Saúde (SUS) é utilizado por 57% dos entrevistados, e que índice de satisfação geral positiva com os serviços recebidos é de 51% (com apenas 3% de respostas para “muito satisfeito” e 48% para “satisfeito”). Quanto ao atendimento emergencial, a Pesquisa mostra que os hospitais públicos da região e os postos médicos são procurados por 32% dos entrevistados quando precisam desse tipo de atendimento, e que 50% da amostra considera a qualidade da atenção como ótima ou boa nesses casos.

Os participantes do grupo focal concordam com os resultados da Pesquisa de Opinião Pública. De modo geral, para os participantes, a saúde pública é satisfatória, mas houveram reclamações relacionada a burocracia para o agendamento de consultas e também ao difícil acesso em alguns lugares. Com exceção da integrante E, relatou ter tido um ótimo atendimento e cuidado quando precisou usar o Posto de Saúde do seu bairro.

A Secretaria de Saúde criou um mecanismo para avaliar critérios de desempenho, por meio de uma enquete de satisfação popular do atendimento. Também foi criado pela Secretaria

o projeto "Tá Sabendo?" é um informativo com o objetivo de melhorar o fluxo de informações para os profissionais e unidades de saúde e divulgar as ações em curso.

A entrevistada B, Conselheira da Associação FloripAmanhã, coloca que existe um grande envolvimento da sociedade civil na área da saúde, a administradora cita o grupo de voluntários que atendem o hospital infantil. Para a entrevistada B, a sociedade participativa é fundamental em uma cidade sustentável.

Pôde-se observar, portanto, iniciativas que visam a proteger e a promover a saúde e a qualidade de vida dos cidadãos de Florianópolis. O planejamento da cidade conta com ações na área da saúde que buscam atender as necessidades da população.

4.2.12 Do local para o global

O último eixo temático do Programa Cidades Sustentáveis (2016) considera os compromissos da cidade com as responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade. Assim, são considerados os esforços para uma abordagem estratégica voltada para ações alinhadas aos desafios globais, tais como a minimização das alterações climáticas e a redução das emissões de gases do efeito estufa.

Diversas ações, programas e políticas apresentados nos eixos temáticos anteriores estão direcionados para o alcance de objetivos mundiais em torno da sustentabilidade. A entrevistada B explica que, como sociedade civil, a Associação FloripAmanhã monitora, coordena e participa das ações alinhadas a compromissos mundiais.

Um exemplo disso é a Agenda Estratégica Floripa 2030, a Agenda é um processo de construção coletiva de estratégias de desenvolvimento sustentável, econômico, sociocultural e urbano-territorial para Florianópolis. O Projeto Floripa 2030 foi o vencedor do Prêmio Von Martius de Sustentabilidade, categoria "Humanidade", promovido pela Câmara Brasil-Alemanha, em 2010 (FLORIPAMANHÃ, 2016).

Além disso, a Agenda Estratégica Floripa 2030 teve seu processo guiado por premissas de sustentabilidade, sendo elas: - Integração criativa do município e região; - Oportunidades econômicas descentralizadas e diversificadas e inovações tecnológicas; - Inclusão social, étnica e entre gerações trabalhando sobre as infâncias de comunicação social, a diversidade social e cultural, os sistemas de informação e tomada de decisões sobre as diretrizes de desenvolvimento urbano; - Regulação dos fluxos para a economia e saúde urbana; - Produção acordada da cidade, mediante do desenho dos mecanismos de gestão (FLORIPAMANHÃ, 2016).

A Rede Monitoramento Cidadão (RMC), realizada por BID, CAIXA e Baobá (2017), obteve mais de 150 indicadores de sustentabilidade urbana da cidade, coletados junto ao poder público e teve como ponto de partida o acompanhamento de indicadores levantados em 2014, quando o Projeto Cidades Emergentes e Sustentáveis reuniu informações para o Plano de Ação Florianópolis Sustentável.

O entrevistado D, Associado da RMC Florianópolis, explica que os indicadores foram colhidos com o intuito de medir objetivamente os avanços ou não avanços ou, ainda, a perda de qualidade. Os indicadores são medidos em três situações: verde como situação boa, amarelo como situação precária ou vermelho como situação de alerta. Estes dados, semaforizados, refletem a situação da cidade em temas que impactam diretamente na sua sustentabilidade e na qualidade de vida de seus moradores, como saneamento básico, mobilidade, segurança e mudanças climáticas

Importante ressaltar que os 12 eixos do Programa Cidades Sustentáveis (2016) consideram a participação da comunidade local na tomada de decisões, a economia urbana preservando os recursos naturais, a equidade social, o correto ordenamento do território, a conservação da biodiversidade, entre outros aspectos relevantes.

4.3 QUALIDADE DE VIDA URBANA EM FLORIANÓPOLIS

Esta seção tem o objetivo de apresentar os aspectos observados em relação a qualidade de vida urbana em Florianópolis-SC.

De acordo com as Nações Unidas (2014), a qualidade de vida tem a ver com uma vida digna e com o acesso a bens de consumo básicos, como alimentação, saúde e educação. Ademais, para viver bem na cidade é necessário que haja uma oferta adequada de serviços domiciliares, como água, luz e coleta de lixo e de espaços públicos como parques, praças, estágios esportivos e bibliotecas.

Conforme a entrevistada A, Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, dois fatores importantes contribuem para a qualidade de vida em Florianópolis, a saúde e a educação (com seus bons índices de desenvolvimento). Além do mais, “a natureza da ilha é muito rica e o contato com a natureza promove bem-estar”, argumenta a arquiteta.

Apesar dos problemas com a mobilidade, nós temos uma natureza diversificada que ajuda a incentivar inúmeras atividades ao ar livre. Também a promoção de feiras hortifrúteis e de alimentos orgânicos que proporcionam qualidade na alimentação. Além disso, temos acesso a serviços básicos, segurança razoável, vida cultural ativa, promoções de eventos e uma sociedade atuante nas causas sustentáveis (Evidência de entrevista – entrevistada A - Arquiteta no IPUF).

O entrevistado D, Geógrafo e ex Presidente do IPUF, concorda com a arquiteta e explica que a peculiaridade do território de Florianópolis motiva a sensação de bem-estar, a saúde e a qualidade de vida. “A diversidade ecológica é muito forte dentro das nucleações urbanas da cidade. Isto dá uma paisagem ímpar, peculiar”, completa o geógrafo.

A entrevistada E, Arquiteta na Prefeitura Municipal de Florianópolis, também concorda com a opinião dos entrevistados anteriores, ela acredita que o fator ambiental e as grandes áreas preservadas na cidade contribuem para a qualidade de vida. Além disso, a arquiteta argumenta que o governo municipal está trabalhando nas questões que ainda não são ideais e progredindo para alcançar infraestrutura adequada para todos.

Em relação ao meio ambiente, o município está na tentativa de melhorar a densidade da cidade e diminuir o espalhamento. A intenção é ocupar melhor as áreas que já são ocupadas e fazer com que a cidade seja mais eficiente. Também trabalhar a eficiência energética e a otimização dos recursos básicos (Evidência de entrevista – entrevistada E, Arquiteta na Prefeitura Municipal de Florianópolis).

De acordo com González (2002), garantir a todos os habitantes da cidade o acesso a serviços básicos de consumo, uma vida sustentável e qualidade de vida é o grande desafio para o planejamento urbano.

Contribui para a análise da qualidade de vida em Florianópolis o estudo de caso de Ülengin et. al (2001), realizado na cidade de Istambul, no qual resultou o modelo teórico que analisa a qualidade de vida urbana.

Os atributos desenvolvidos no modelo teórico foram agrupados em quatro grupos independentes. Segundo os autores, os quatro construtos aceitos para descrever a qualidade de vida em uma cidade são: ambiente físico, ambiente social, ambiente econômico e transporte e comunicação. Além disso, cada atributo foi construído baseando-se em questões, como: serviços e infraestruturas municipais e aspectos ambientais, conforme apresenta a figura 8 (página 56).

Quanto a qualidade do ambiente físico, faz parte deste construto os seguintes fatores: Arranjo da construção; Tipo de casa; Áreas verdes; Áreas de lazer; Infraestrutura e serviços municipais.

A entrevistada E elucida que quanto ao tipo de casa e o arranjo de construção, o município segue as regras estabelecidas pelo código de obras e trabalha em cima do projeto ‘Cidades Eficientes’, criado pelo Conselho Brasileiro de Construção Sustentável.

No Plano Diretor de Florianópolis 2014, o Art. 290 prevê que os planos específicos de urbanização deverão incluir o plano de massa, bem como a elaboração de projeto paisagístico dos espaços abertos, incluindo a volumetria das edificações, sua localização no terreno, a paisagem e a qualidade de vida do setor como um todo. Do mesmo modo, o Art. 12 propõe um novo modelo de cidade, adotando as seguintes medidas: os padrões atualizados de qualidade de vida para cada um dos bairros, distritos e setores da cidade, incluindo a noção de centralidade, o reforço das relações de vizinhança e o incremento da complementaridade de usos e funções urbanas (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2014).

O entrevistado D explica que houve um processo histórico de urbanização que não seguiu um planejamento urbano, foi feito de forma irregular.

Normalmente, existe um processo de titularidade da terra que define o parcelamento do solo, porém, em Florianópolis, esse processo aconteceu de forma informal até 1977, quando foi criado o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Desse modo, cerca de 50% do parcelamento de solo da ilha ainda está na informalidade, o que contribui para as poucas áreas verdes e de lazer construídas na cidade. Se a gente fosse calcular em porcentagem as áreas de lazer e as áreas naturais, nós teríamos em sobras áreas naturais e em escassez áreas de lazer. Porque o tecido urbano não incorporou áreas específicas de lazer. Nesse ponto, ainda estamos carentes. Ainda temos que adicionar áreas específicas de lazer ao ambiente urbano (Evidência de entrevista – entrevistado D – Ex Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF).

A entrevistada A complementa ao falar que a cidade oferece poucas áreas de lazer construídas. Porém, quanto a conservação dos bens naturais, a arquiteta menciona que existem vários parques e áreas verdes de preservação, cuidadas pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM) e entidades envolvidas.

Quanto ao desenvolvimento de áreas verdes e áreas de lazer, o IPUF está trabalhando, junto a outras Secretarias Municipais, com o programa Rede de Espaços Públicos. O programa tem como objetivo integrar estratégias de planejamento, de intervenção e gestão de espaços públicos livres na cidade. Também está para ser implantado corredores ecológicos que protegerão a fauna e a flora características da ilha e permitirão a conexão entre as cadeias montanhosas da Ilha, maciços do Sul, Central e Norte (Evidência de entrevista – entrevistada A – Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF).

Faz parte das diretrizes traçadas pelo Plano Diretor, de acordo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (2014), a criação, demarcação e gestão de áreas verdes, unidades de conservação e áreas de preservação permanente, inclusive nas encostas urbanas ameaçadas

de ocupação, interligando-as por corredores ecológicos e protegendo-as por zonas de amortecimento de impactos.

Ademais, a associação FloripAmanhã em cooperação com a FLORAM, através do programa Adote uma Praça, objetiva mapear, sensibilizar e mobilizar parceiros da iniciativa privada para a manutenção periódica de espaços públicos, provendo a revitalização e preservação das áreas verdes. “A partir do momento que a comunidade ocupa estes espaços, ela também responde ajudando com cuidados necessários à sua manutenção, culminando no aumento da segurança no local”, explica a entrevistada B, Conselheira da Associação FloripAmanhã.

De acordo com Souza e Sugai (2016), os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida têm sido construídos nas áreas mais periféricas, sobretudo nos municípios de Palhoça e São José, reforçando um processo de periferização em curso, mas com um papel importante ao impulsionar o processo de dispersão urbana, a partir da instalação de grandes empreendimentos com a conviência dos órgãos municipais. Além disso, segundo os autores, os moradores sofrem dificuldades para acessar ao comércio e serviço cotidiano. Esta condição se aplica também aos serviços básicos de saúde, educação e lazer.

Esse fato, conforme o Laboratório Cidade e Sociedade (2015), gera um cenário de queda da vitalidade das localidades e de uma série de consequências nocivas à qualidade de vida dos moradores tais como: tempo despendido em deslocamentos; estresse; perda de produtividade; impactos no sistema de transporte coletivo e viário, entre outros.

O BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015) abordam que o cenário atual de crescimento urbano linear e fragmentado pela costa e pelos eixos de transporte é prejudicial para o futuro da cidade e propõe um modelo direcionado de ordenamento consciente do território, buscando o máximo adensamento urbano capaz de diminuir a necessidade de extensão fragmentada trazida pelo cenário tendencial. Conforme BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015), minimizar as diferenças socioespaciais e ampliar a qualidade de vida da população é a preocupação da gestão pública.

Quanto a qualidade do ambiente social, fatores como a extensão dos serviços educacionais, o preço dos serviços educacionais, a extensão dos serviços de saúde, o preço dos serviços de saúde, as atividades culturais e de entretenimento e segurança são importantes para o seu desenvolvimento.

O BID, CAIXA e Prefeitura Municipal de Florianópolis (2015), informam que em 2014 foi assinado um contrato entre o município e o BID para o Programa de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, assegurando

o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas de seus estudantes, por meio do acesso de serviços de jornada integral.

Como já citado, o programa tem como principais componentes (I) a expansão da cobertura e a melhoria da infraestrutura educativa com a reforma e construção de unidades educacionais; (II) a melhoria da qualidade da educação com a capacitação de professores, melhorias nos sistemas, desenvolvimento de projetos inovadores, uso de tecnologias nas salas de aulas e aquisição de equipamentos; (III) o aperfeiçoamento da gestão, do monitoramento e dos processos de avaliação; e (IV) ações que visam a própria administração do programa (BID, CAIXA e PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Também já citado, o Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (2013) apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios brasileiros e acompanha indicadores socioeconômicos nacionais, percorrendo temas como saúde, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade. O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde – ter acesso ao conhecimento – educação – e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda (ATLAS BRASIL, 2013).

Segundo o Atlas Brasil (2013), os mais elevados IDHM de Florianópolis são em educação (0,800), o maior da região sul do Brasil. Quanto a saúde, o levantamento e análise dos indicadores ICES permitiram ter uma visão geral do estado da cidade e os desafios que enfrenta. Em geral, Florianópolis conta com indicadores bastante positivos se comparados a outras cidades da América Latina e Caribe.

Os indicadores da dimensão de sustentabilidade urbana refletem um município com bons níveis relativos de segurança pública, com uma população com boa renda média, bem conectada e com serviços de saúde de qualidade. Os bons índices sociais e de educação refletem na competitividade do município, considerada boa, mas sempre com possibilidades de avanços (BID, CAIXA e PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Segundo o entrevistado D, o município sempre esteve atento aos processos de extensão dos serviços de educação, com mão de obra e visão para que esse serviço seja bem atendido. Os índices de educação sempre foram bons, do mesmo modo, a saúde possui boa infraestrutura. Ainda não existem políticas públicas específicas para as pessoas idosas, mas existe um cuidado nos espaços para a acessibilidade, conclui o geógrafo.

No entanto, a entrevistada A diz perceber ações direcionadas para a população idosa. No site da Prefeitura de Florianópolis, encontra-se informações sobre o Projeto Floripa Ativa, desenvolvimento com a Secretaria da Saúde, dedicado aos idosos com o intuito de incentivar a

prática de exercícios e também ajudar na reabilitação e prevenção de doenças. O projeto está entre os três finalistas do Prêmio SAÚDE, promovido pela revista SAÚDE! É Vital da Editora Abril.

Em relação à segurança, a entrevistada A classifica a segurança da cidade como boa, mas podendo melhorar. A arquiteta analisa a segurança não só na questão do policiamento, mas relacionada a degradação social e territorial.

Eu não acredito na segurança que é feita de forma ostensiva, na minha opinião, essa é a última possibilidade e quando chegamos nela é porque já temos uma degradação social muito grande. Eu acredito nas políticas de ação social que buscam mudar a realidade das comunidades. Hoje, Florianópolis lida com as ocupações dos morros e processos de periferização o que torna ainda mais necessária a busca pela qualidade de vida, através da qualidade dos espaços, da infraestrutura adequada e do acesso aos serviços básicos (Evidência de entrevista – entrevistada A – Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF).

O Plano de Ação Florianópolis 2015 possui uma ação dedicada a ocupação irregular dos morros, são amplas áreas com vegetação nativa que vem localmente sofrendo destruição nas suas bordas periféricas por ocupações irregulares. Por outro lado, a identificação de área com elevada riqueza de espécies vegetais e animais poderia servir para a implantação de um turismo guiado visando o acesso a interessados a esta riqueza biológica, resultando na valorização desse espaço, na geração de empregos e no desenvolvimento do turismo ambiental (BID, CAIXA e PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Quanto a segurança, os participantes do grupo focal analisaram esse aspecto como um problema geral do país. Existe o medo de andar a noite, em lugares específicos da ilha, o medo do assalto e da violência. Na Pesquisa de Opinião Pública ICES (2015), a questão da segurança cidadã foi a mais citada entre as que mais afetam a qualidade de vida dos entrevistados, 53% deles não se sentem seguros ao caminhar sozinho à noite em Florianópolis, índice que diminui para 42% quando se trata de caminhar em seu bairro de residência. Há ainda a percepção, para 44%, de que seu bairro está menos seguro com relação ao ano anterior, índice que sobe para 48% nos meses de verão.

Do ponto de vista da sustentabilidade, também é importante registrar os dados informados na Pesquisa de Opinião Pública com relação às ações estratégicas de segurança comunitária presentes nos bairros dos entrevistados. Entre as alternativas fornecidas, discutir a segurança, contatar as delegacias e organizar vigilância comunitária são as ações mais citadas (BID, CAIXA e PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Quanto ao aspecto cultural, a entrevistada F, Artista Plástica e Coordenadora da COMAP/IPUF, conta que a cidade oferece festivais e feiras que promovem ações culturais. Além disso, a Agenda Estratégica Floripa 2030 enxerga essas atividades como mais uma

atração turística para a ilha. Propõe-se uma política pública voltada à valorização dos atrativos culturais ou de herança cultural por meio de eventos programados com o objetivo de tornar atrativos existentes em um produto turístico mais consciente e atraente (FLORIPAMANHÃ, 2016).

No que diz respeito à qualidade do ambiente econômico, essa é analisada sobre os seguintes princípios: Custo de vida; Oportunidade de encontrar um emprego satisfatório; Custo de moradia.

A entrevistada A informa que o custo de vida em Florianópolis é alto e que esse é um fator incentivador para moradias irregulares ou em bairros distantes do centro (onde acontece a maioria das atividades econômicas). Quanto ao ambiente econômico, a arquiteta acredita que é preciso valorizar mais a economia local.

Corroborando o entrevistado D, classifica a economia como ainda insuficiente, visto que não se consegue gerar emprego para todos e cada vez mais o mercado de trabalho exige qualificação. Porém, segundo o geógrafo, o setor de tecnologia tem se desenvolvido bastante em Florianópolis, do mesmo modo, o empreendedorismo também cresce na cidade, com o surgimento das startups e o desenvolvimento do parque tecnológico, além do turismo.

Azevedo e Teixeira (2017) informam que Florianópolis tem se fortalecido como uma capital de inovação e qualidade de vida, sendo referência para ambientes de negócios e sediando empresas de alto crescimento, prevendo cada vez mais propulsionar o empreendedorismo na cidade.

Segundo Gaspar et. al. (2017), as propostas do Centro Sapiens condizem com os fatores principais que envolvem características que levam Florianópolis ser considerada uma das cidades mais inteligentes do Brasil (CONNECTED SMART CITIES, 2016), como progredir de forma planejada por meio de análises do desenvolvimento de indicadores básicos da economia, mobilidade, governo, meio ambiente, urbanismo e qualidade de vida.

Além disso, Florianópolis conquistou o título de Cidade Criativa UNESCO da Gastronomia, esse título tem como objetivo valorizar a cultura e o turismo com foco na economia criativa e ênfase na gastronomia (FLORIPAMANHÃ, 2014).

O desenvolvimento econômico e social é essencial para assegurar um ambiente de vida e de trabalho favorável e para criar as condições necessárias para melhorar a qualidade de vida (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Por último, parte-se para a análise da qualidade de transporte e comunicação, a partir dos meios de comunicação, meios de transporte público e o fluxo de tráfego.

A entrevistada A informa que Florianópolis já faz uso de aplicativo para informar os horários das linhas de ônibus nos pontos de cada bairro. Por outro lado, a mão de obra precisa ser qualificada.

Aqui em Florianópolis existe muito a cultura de que a alta velocidade é o que resolve a mobilidade e os motoristas de transporte coletivo fazem uso de uma direção agressiva, por conta da velocidade. Esse é um desafio a ser modificado, pois existe muita mobilidade de rodovia dentro da cidade. Em São Paulo, houve uma redução de 50km/h que ajudou a diminuir os congestionamentos, porque se todo mundo estiver andando a 50 ou 60 km/h é possível trocar de faixa, sem precisar frear ou acelerar, sem cortar a frente do outro, por exemplo. Também acho a circulação no centro de transporte coletivo muito ruim e para andar a pé é preciso que tenha calçadas em boas condições e arborização. Ou seja, é preciso pensar na mobilidade como um sistema conjunto de ações (Evidência de entrevista – entrevistada A – Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF).

Os entrevistados citaram o programa +Pedestres, lançado pela Prefeitura Municipal e pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF (2018), como uma ação que pode ajudar. O projeto tem como objetivo ajudar a aumentar a segurança dos pedestres e também dos veículos em vias de alta conectividade e trânsito intenso, reduzir a velocidade dos veículos motorizados em áreas de grande fluxo de pedestres e incentivar o deslocamento a pé ou de bicicleta como alternativa preferencial de mobilidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2018).

Conforme a Prefeitura Municipal e o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (2018), a utilização da pintura como ferramenta de ação sobre o espaço público permite alterações simples e rápidas, em pontos estratégicos, de grande fluxo de pedestres.

Corroborando, o entrevistado D aponta que a mobilidade é sufocada nas ligações ilha e continente.

Nesse ponto, como morador da ilha, eu me admiro como esse estado foi sendo incorporado de forma passiva durante anos. A ligação ilha e continente é o maior problema que enfrentamos diariamente e durante anos passou a ser inevitável, mas não é. Medidas para estudar esse problema é possível, desde de que as pessoas se dediquem ou desde que o aparato governamental (estadual ou municipal ou econômico) tome a iniciativa de resolver o problema. O que se precisa é de dedicação para estudar as propostas que estão surgindo. Da mesma forma, a questão do transporte marítimo precisa ser bem estudada e analisada, antes de se pensar nessa alternativa como solução (Evidência de entrevista – entrevistado D, geógrafo).

Um estudo realizado pela associação FloripAmanhã (2013), através da consultoria Magnitude Maré e demais associações e empresas apoiadoras analisa a questão do transporte marítimo pelo Plano de Ordenamento Náutico de Florianópolis. O estudo aponta a necessidade de infraestrutura para embarque e desembarque de passageiros, assim como um cuidado quanto

as rotas de navegação que, em alguns casos, necessitam de exclusividade de uso para não ocasionar conflitos.

No que se refere aos acessos na orla para transporte, o uso comum de estruturas náuticas pode prejudicar o transporte coletivo, atrapalhar seus itinerários e a segurança de navegação. A recreação náutica no mesmo espaço aquático aumenta a chance de acidentes, devido ao tráfego intenso de embarcações, bem como a qualidade do serviço de transporte hidroviário. (FLORIPAMANHÃ, 2013).

A entrevistada E expõe que existem projetos para a realização de novas ciclovias e a abertura da ponte Hercílio Luz, como mais uma opção de ligação entre a ilha e o continente. Além disso, a arquiteta conclui que a cidade está na tentativa de ser tornar mais sustentável e na busca de ações que possam promover qualidade de vida para os seus habitantes.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados nesta seção, é possível apresentar algumas conclusões sobre o desenvolvimento urbano e a qualidade de vida em Florianópolis, descritas no próximo tópico.

4.4 A CONTRIBUIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NA QUALIDADE DE VIDA

Tento em vista as práticas de gestão para o desenvolvimento urbano sustentável, apresentadas na seção anterior, podem ser destacados os principais fatores condicionantes, resultantes destas práticas, que são capazes de contribuir para a qualidade de vida urbana na cidade de Florianópolis.

Desse modo, os quadros seguintes (6 e 7), baseiam-se no modelo conceitual da pesquisa (Figura 7), e sintetizam algumas evidências encontradas no estudo. O quadro 6 resume os eixos trabalhados no modelo conceitual do desenvolvimento urbano sustentável.

Quadro 6: Evidências do desenvolvimento urbano sustentável em Florianópolis

Desenvolvimento Urbano Sustentável
<p>Governança: Pode-se observar a promoção da democracia participativa, bem como o fortalecimento dos processos de decisão, através do Conselho da Cidade (instrumento de gestão democrática previsto pelo atual Plano Diretor) e dos documentos criados pelos atores do desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, muitos desses documentos, contam com a participação e a opinião do cidadão para melhorar aspectos sustentáveis em Florianópolis.</p>

<p>Bens naturais comuns: Observa-se, através das entrevistas, que a gestão municipal não se exime da responsabilidade de proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns. Políticas integradas e planos de ações foram criados com a intenção de conquistar esse equilíbrio. Também importante citar a atuação e contribuição das ONGs e associações presentes no município.</p>
<p>Equidade, Justiça Social e Cultura da Paz: Apesar do bom índice de desenvolvimento humano, Florianópolis, como várias das cidades brasileiras, também precisa melhorar os indicadores de pobreza, a segregação ambiental, a inclusão social e outros problemas que vigoram. Ações para melhorar esses problemas também são pensadas pela gestão local.</p>
<p>Gestão local para a sustentabilidade: Políticas, ações e planejamentos são citados pelos entrevistados, bem como apresentados nos documentos examinados. Porém, como ressalta alguns depoimentos, os planejamentos precisam sair do papel para conquistar uma gestão eficiente que envolva as etapas de planejamento, execução e avaliação.</p>
<p>Planejamento e desenho urbano: A característica geográfica da ilha e sua colonização resultaram o desenho urbano atual do município. Desse modo, são discutidas, pelos atores locais, formas de tornar a cidade mais planejada e sustentável. Dentre as possibilidades, pensa-se em centralizar melhor os bairros para evitar grandes deslocamentos, otimizar serviços diários, melhorar a densidade da ilha, diminuir e controlar o processo de periferação e moradias em áreas de risco. Também criar ambientes que promovam a socialização, a cultura, a economia e melhore o acesso a saúde, educação, segurança.</p>
<p>Cultura para a sustentabilidade: Foi observado tanto pelos atores como pelos habitantes, o reconhecimento da diversidade cultural presente na ilha, seja pelo estilo de vida, pela promoção da arte ou pelos eventos promovidos. Também se observa a preocupação em preservar a cultura local, as heranças naturais e artísticas.</p>
<p>Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida: Florianópolis possui bons índices quanto a educação, da mesma forma percebe-se o surgimento de escolas voltadas para a sustentabilidade e a preocupação de integrar na educação formal valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável.</p>
<p>Economia local, dinâmica, criativa e sustentável: Percebe-se nesse eixo que a cidade tem voltado a sua atenção para o setor de tecnologia e o empreendedorismo. Nota-se, também, a vontade de incentivar o turismo cultural gastronômico, além do turismo tradicional (praias, veraneio) que ocorre na ilha.</p>
<p>Consumo responsável e opções de estilo de vida: Existem políticas e planos de ação voltados para a preservação dos recursos naturais, consumos mais sustentáveis e o uso de energias renováveis. Alternativas que buscam proporcionar o uso responsável e eficiente dos recursos e incentivar um padrão de produção e consumo sustentáveis.</p>
<p>Melhor mobilidade, menos tráfego: Florianópolis, como as grandes metrópoles brasileiras, possui um consumo muito alto de carros particulares. Além disso, muitos habitantes precisam percorrer grandes distâncias na ilha ou atravessar para o continente no seu dia a dia, enfrentado tráfego intenso e pouca mobilidade. Desse modo, soluções foram apresentadas pelos entrevistados e documentos analisados com a intenção de transformar a mobilidade de Florianópolis mais sustentável.</p>
<p>Ação local para a saúde: Os índices relacionados a saúde do município são altos. Mesmo assim, questões de burocracia e acessibilidade foram apontadas como uma dificuldade dos postos de saúde (pela maioria dos participantes do grupo focal). Ainda assim, percebe-se a preocupação da gestão local em melhorar seu atendimento, qualificação e infraestrutura.</p>
<p>Do local para o global: As entrevistas realizadas, bem como a conversa com o grupo focal, evidenciam que tanto os atores como a população se mostram dispostos a assumir responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A seguir, o quando 7 concentra-se sobre os construtos trabalhados no modelo conceitual de qualidade de vida urbana.

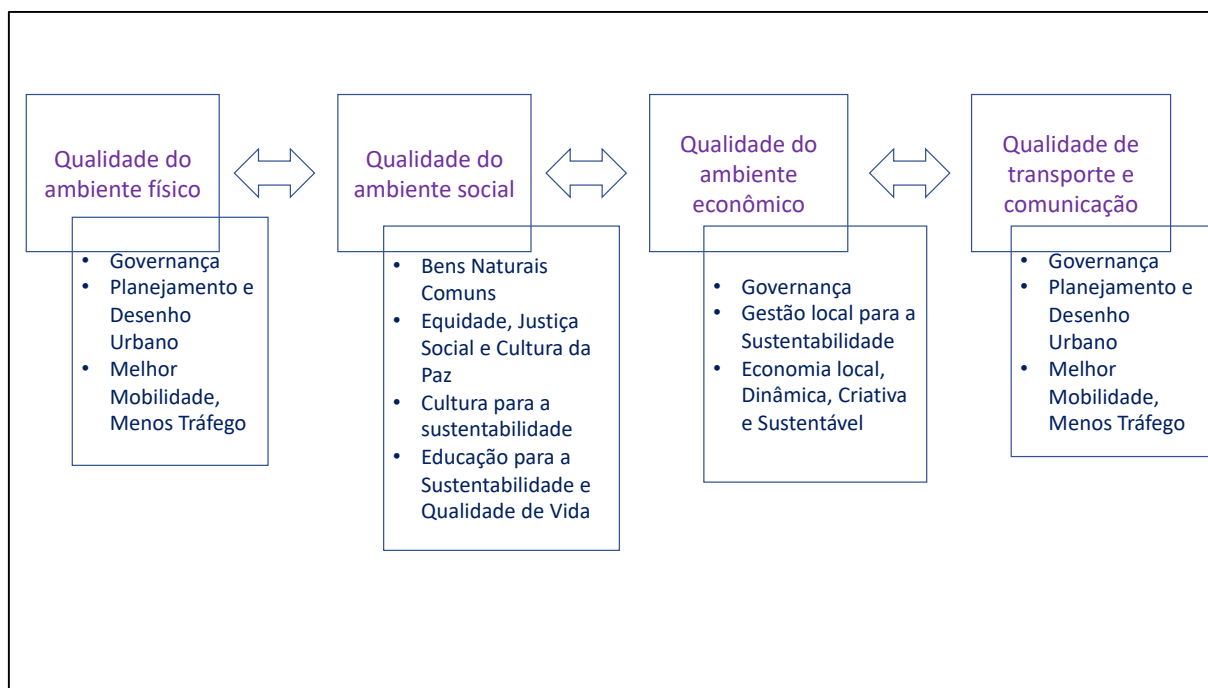
Quadro 7: Evidências de qualidade de vida urbana em Florianópolis

Qualidade de Vida Urbana
<p>Qualidade do Ambiente Físico: Foi unanimidade pelos entrevistados a relação feita entre a qualidade de vida e a natureza presente na região. Também foi consenso geral de que Florianópolis é rica em áreas naturais, mas possui um número pequeno de áreas de lazer (como parques e praças) que podem promover o convívio da vizinhança, a interação social e a troca, por exemplo. Além disso, também se faz necessário investimentos em infraestrutura e otimização de serviços municipais.</p> <p>Quanto ao tipo de casa e o arranjo de construção, de acordo com a gestão, o município segue as regras estabelecidas pelo código de obras e trabalha em cima do projeto ‘Cidades Eficientes’, criado pelo Conselho Brasileiro de Construção Sustentável. O Plano Diretor em vigor prevê que os planos específicos de urbanização deverão incluir o plano de massa bem como a elaboração de projeto paisagístico dos espaços abertos, incluindo a volumetria das edificações, sua localização no terreno, a paisagem e a qualidade de vida do setor como um todo.</p> <p>Além disso, a qualidade de vida no ambiente físico é principalmente as evidências encontradas nas dimensões: Governança, Planejamento e Desenho Urbano, Melhor Mobilidade e menos Tráfego, estas dimensões do desenvolvimento urbano sustentável estão diretamente relacionadas com os resultados da qualidade de vida no ambiente físico.</p>
<p>Qualidade do Ambiente Social: Como já mencionado, Florianópolis possui bons índices de saúde e educação, quanto ao custo desses serviços, os entrevistados e o grupo focal expuseram que a cidade possui um alto custo de vida. Atividades culturais e de entretenimento são bem colocadas pelos entrevistados. Quanto à segurança, esse é um ponto a ser melhorado que preocupa os habitantes.</p> <p>Desse modo, pode-se evidenciar que as dimensões de: Bens Naturais Comuns; Equidade, Justiça Social e Cultura da Paz; Cultura para a Sustentabilidade; Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida; Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida e Ação local para a Saúde estão diretamente relacionadas com os resultados da qualidade do ambiente social.</p>
<p>Qualidade do Ambiente Econômico: O custo de vida é considerado alto, bem como o custo de moradia. Esse fato leva muitos habitantes a morarem em bairros mais afastados. Em relação ao emprego, a cidade possui bons índices, mas conforme os entrevistados, melhores oportunidades existem para quem está melhor qualificado. Sendo assim, as principais contribuições foram evidenciadas nas dimensões de: Governança; Gestão local para a Sustentabilidade; Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável estão relacionadas com os resultados da qualidade de vida do ambiente econômico.</p>
<p>Qualidade de Transporte e Comunicação: A qualidade do transporte é um problema que precisa de solução. Algumas alternativas estão sendo estudadas, como transporte coletivo integrado ou até mesmo marítimo. Existe também a necessidade de melhorar a infraestrutura dos ônibus, bem como os terminais e os horários. Assim, a cidade possui um aplicativo que informa os horários e linhas de ônibus em cada bairro e projetos para melhorar a qualidade do transporte coletivo, a mobilidade e incentivar o uso de transportes mais sustentáveis.</p> <p>Além do mais, a qualidade de vida no transporte e comunicação é principalmente as evidências encontradas nas dimensões: Governança; Planejamento e Desenho Urbano; Melhor Mobilidade, Menos Tráfego, estas dimensões do desenvolvimento urbano sustentável estão diretamente relacionadas com os resultados da qualidade de vida no transporte e comunicação.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 12, a seguir, sintetiza as evidências expostas nos quadros anteriores e a contribuição do desenvolvimento urbano sustentável na qualidade de vida.

Figura 12: A contribuição do desenvolvimento urbano sustentável na qualidade de vida



Fonte: Elaborado pelo autor

Em resumo, pode-se evidenciar que o desenvolvimento urbano sustentável contribui de forma abundante para a qualidade de vida urbana. A ligação desses dois conceitos é tão íntima que algumas análises se tornam repetidas, ao mesmo tempo que se complementam. Todos os eixos analisados a partir das premissas do Programa Cidades Sustentáveis (2016) colaboram para melhorar a qualidade de vida do cidadão. Além disso, os 12 eixos fazem uma análise profunda de vários fatores e setores importantes para o desenvolvimento sustentável de uma cidade.

Do mesmo modo, o modelo usado para analisar a qualidade de vida urbana aponta aspectos trazidos pelo Programa Cidades Sustentáveis (2016), o que reforça a ligação da qualidade de vida com o desenvolvimento urbano sustentável, mas também investiga novos atributos para uma boa vida na cidade. Posto assim, de acordo com a teoria apresentada, a relação entre meio ambiente urbano e qualidade de vida é pensada levando-se em conta aspectos estreitamente relacionados a uma abordagem intersectorial da questão (JACOBI, 2000).

No campo conceitual, a mescla entre os dois conceitos (qualidade de vida e qualidade ambiental) é de tal ordem, que muitas vezes se torna difícil estabelecer se a qualidade de vida é um dos aspectos da qualidade ambiental, ou se a qualidade ambiental é um componente do conceito de qualidade de vida (KRAN; FERREIRA, 2006).

Especificamente sobre cada eixo, pode-se relacionar a Qualidade de Vida do ponto de vista do Ambiente Físico com as evidências apontadas nas seguintes dimensões de Desenvolvimento Urbano Sustentável: Governança, Planejamento e Desenho Urbano, Melhor Mobilidade e menos Tráfego. Assim, observa-se que práticas de gestão nestas dimensões do desenvolvimento urbano sustentável contribuem com os resultados encontrados em qualidade de vida no ambiente físico.

E depois, evidenciou-se que a Qualidade do Ambiente Social está diretamente ligada aos seguintes eixos de Desenvolvimento Urbano Sustentável: Bens Naturais Comuns; Equidade, Justiça Social e Cultura da Paz; Cultura para a Sustentabilidade; Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida; Consumo Responsável e opções de Estilo de Vida e Ação local para a Saúde.

Consequentemente, as dimensões acima corroboram com Keivani (2010), tendo em vista que o autor lista as perspectivas ambiental, social, econômica e de infraestrutura entre os principais desafios para o desenvolvimento urbano sustentável.

Gehl (2013), por sua vez, coloca como um desafio global o surgimento de cidades mais vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis. Para o autor é preciso planejar os espaços públicos de uma cidade pensando nos cidadãos que ali residem, a partir da criação de ruas, praças e parques que possam proporcionar encontros para o lazer, a diversão, a troca de ideias, a compra e venda, a socialização e a facilidade para a realizar tarefas diárias, evidenciando contribuições do ponto de vista da qualidade do Ambiente Social.

Ainda, os resultados da Qualidade de Vida no Ambiente Econômico estão, principalmente, relacionados aos eixos de: Governança; Gestão local para a Sustentabilidade; Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável. Assim sendo, esses resultados refletem para a importância da inovação, da criatividade e da gestão na cidade sustentável e seus impactos do ponto de vista econômico.

Também exposto no referencial teórico deste trabalho, Mieg (2012) argumenta que a inovação e a sustentabilidade partilham uma mesma base conceitual: a gestão de recursos, seja administrando, recombinação ou preservando-os. Corroborando, Nevens et al. (2013) afirma que a busca pela sustentabilidade urbana exige formas inovadoras de lidar com ela. E, de acordo com os estudos de Florida (2005), ambientes com maior concentração de pessoas criativas crescem mais rapidamente e atraem outras pessoas talentosas. Os resultados aqui encontrados estão alinhados, também, com o estudo de Costa (2019), que aponta para uma relação positiva entre o Desenvolvimento Urbano Sustentável e a Competitividade Urbana, ressaltando benefícios da atratividade dos municípios do ponto de vista do desenvolvimento econômico.

Por último, a Qualidade do Transporte e Comunicação é, principalmente, resultante das evidências encontradas nos eixos de: Governança; Planejamento e Desenho Urbano; Melhor Mobilidade Menos Tráfego. Estas dimensões do Desenvolvimento Urbano Sustentável estão diretamente relacionadas com os resultados da qualidade de vida no ponto de vista do acesso à infraestrutura de transporte e comunicação.

Nesta parte do estudo, também é possível notar a grande convergência entre os eixos Planejamento e Desenho Urbano e Melhor Mobilidade, Menos Tráfego. Esses dois eixos possuem afinidades entre eles, tendo em vista, que: sem o planejamento e o desenho urbano adequado, não é possível melhorar a mobilidade e diminuir o tráfego em uma cidade.

Novamente, os achados de Keivani (2010) ajudam na construção do estudo. O autor discute o conceito de cidades compactas, que permitem a otimização do uso de energia, promovem fontes de energia sustentáveis, redes de transportes integradas, como foco em transporte público e ciclovias, e, não menos importante, a inclusão social. Este é um dos desafios evidenciados em Florianópolis, tendo em vista a dispersão espacial de seu território.

As ideias expostas por Leite e Awad (2012) vêm ao encontro dessa visão, ao afirmarem que as cidades sustentáveis devem ser densas e compactas. As cidades mais densas da Europa e da Ásia são consideradas como modelos entre as *global green cities*, tendo em vista que suas altas densidades otimizam a infraestrutura urbana e propiciam ambientes de maior qualidade de vida, promovida pela sobreposição de usos (LEITE e AWAD, 2012). Aliás, de acordo com os autores, para conquistar metrópoles compactas, densas e vivas é preciso focar na regeneração urbana e na reestruturação produtiva de áreas metropolitanas, políticas de gestão observadas na cidade de Florianópolis.

Também importante para a discussão do estudo, o conceito de cidades inteligentes já apresentado. A palavra-chave para uma cidade inteligente é a comunicação (ROCHE et al. 2013), incluindo a intercomunicação de energia, recursos, sistemas de informação e entre equipamentos de monitoramento e controle de serviços e participação. Uma cidade inteligente é algo que está em constante evolução e, portanto, requer uma comunicação constante e divulgação de informações (ZUBIZARRETA et al. 2015).

Ademais, a cidade inteligente deve ser capaz de facilitar e satisfazer as necessidades dos cidadãos, das empresas e da organização, por um uso integrado e original das tecnologias de informação e comunicação, especialmente na comunicação, mobilidade, meio ambiente e campos de eficiência energética (GIRARDI, MARAZZI e TEMPORELLI, 2014).

Além disso, as análises apontam para o surgimento de uma consciência sustentável e um movimento por parte dos atores, da gestão e da população para conquistar (de fato) o

desenvolvimento urbano sustentável e, por consequência, uma boa qualidade de vida, em Florianópolis.

Entende-se que esta consciência sustentável possui um caráter significativo para amenizar os efeitos negativos do crescimento urbano e direcionar as cidades ao desenvolvimento sustentável.

(...) cidade sustentável é o assentamento humano constituído por uma sociedade com consciência de seu papel de agente transformador dos espaços e cuja relação não se dá pela razão natureza-objeto e sim por uma ação sinérgica entre prudência ecológica, eficiências energéticas e equidade socioespacial (Romero, 2007).

Diante disto, Florianópolis caminha em busca de soluções para os problemas mencionados, mas também apresenta conquistas em muitos eixos do desenvolvimento urbano sustentável, com reflexos positivos observados nos atributos da qualidade de vida urbana.

Portanto, a partir dos resultados expostos nesta seção, apresenta-se as considerações finais do estudo, descritas no próximo capítulo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes das considerações finais do estudo, torna-se importante enunciar que alguns acontecimentos climáticos recentes no planeta têm provocado enchentes, desmoronamentos e inundações que deixam bairros e, até mesmo, cidades inteiras em estado de calamidade. Essa realidade confirma a necessidade eminente do planejamento urbano adequado em uma cidade e o valor que o desenvolvimento urbano sustentável pode ter na qualidade de vida urbana.

Assim, voltando-se para o objetivo geral do estudo, a contribuição do desenvolvimento urbano sustentável para a qualidade de vida na cidade de Florianópolis é extremamente significativa. Pode-se dizer que a qualidade de vida é um objetivo fundamental do desenvolvimento urbano sustentável e a análise desses dois conceitos se complementam.

Percebe-se, também, que a qualidade de vida urbana está relacionada a cada eixo abordado do desenvolvimento urbano sustentável. Além do mais, os eixos abordados são aspectos fundamentais para boas condições de vida e de bem-estar dentro da cidade. O que nos leva para o objetivo específico c (pg. 17), compreender os fatores associados ao desenvolvimento urbano sustentável que contribuem para a qualidade de vida urbana em Florianópolis - SC.

Desse modo, quanto ao objetivo específico a (pg. 17), o trabalho descreveu as características e práticas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável na cidade de Florianópolis.

A ilha possui pontos a melhorar no planejamento urbano, na ocupação do território e na otimização de serviços. Entretanto, evidencia-se nas análises, a criação de planos de ação e estudos com o intuito de deixar a cidade mais sustentável e evitar catástrofes ambientais.

Para mais, a entrevistada A, Arquiteta no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, argumenta que falta pôr em prática muitas das soluções discutidas pela gestão municipal. A arquiteta também reflete sobre a importância da criação de ações que possam informar e ensinar o cidadão a respeito do desenvolvimento sustentável.

Deve-se ressaltar, no entanto, que muitos problemas em Florianópolis não são uma exclusividade da ilha, a segregação sócioespacial, a vulnerabilidade em áreas de risco, a segurança pública e a mobilidade urbana são problemas em vários lugares do país e do mundo.

Como apontado no referencial teórico, Zhao (2010) reflete sobre a falta de autonomia e responsabilidade fiscal do governo local, um fato comum também nas cidades brasileiras. Dessa forma, muitas vezes, o que falta para pôr em prática as soluções sustentáveis são os recursos

financeiros, bem como administrá-los de forma adequada para os projetos aos quais o financiamento foi direcionado.

Mesmo assim, como classificou a entrevistada E - Arquiteta da Prefeitura Municipal de Florianópolis, a cidade possui uma sustentabilidade parcial. A questão ambiental é forte, com boa parte do seu território em áreas preservadas, também possui boas qualificações na área da saúde e educação, mas algumas questões sociais são atendidas parcialmente, tendo em vista as desigualdades sociais e a necessidade de melhorar a infraestrutura da cidade em vários setores.

Quanto a economia, centros de tecnologia, incubadoras de base tecnológicas e “*startups*” estão ganhando cada vez mais espaço na cidade. O governo de Florianópolis tem elaborado iniciativas para atrair cada vez mais empresas de tecnologia de informação e comunicação. Assim, usa-se a inovação para contribuir no desenvolvimento econômico e social.

Além disso, a ilha é conhecida pelo turismo de suas praias e belezas naturais. Porém, se percebe no discurso de alguns entrevistados a preocupação em desenvolver e promover o turismo sustentável em Florianópolis com o intuito de causar impactos positivos para o meio ambiente, a sociedade e a economia.

A cultura e a diversidade se apresentaram forte na ilha. Inclusive, pode-se observar a preocupação do grupo focal, bem como dos atores em preservar e promover a cultura local e as heranças naturais e artísticas. Destaca-se também que a governança está presente nos processos de decisão do desenvolvimento da cidade.

Ainda, os entrevistados apontaram soluções que vão ao encontro das teorias que serviram de base para esta pesquisa. Como as ideias defendidas por Rogers (2013), Gehl (2013) e Leite e Awad (2012), na busca por cidades mais densas, vivas, conectadas e com qualidade de vida.

Quanto as entrevistas realizadas na cidade de Florianópolis, deve-se destacar o interesse dos entrevistados em contribuir com o estudo, não só em responder os questionamentos que o estudo exigira, mas, também, através do fornecimento de muitos documentos utilizados nas análises.

De mais a mais, a realização do grupo focal foi essencial para realizar o objetivo específico b (pg. 17), identificar a percepção dos habitantes em relação a qualidade de vida em Florianópolis. Assim, como os entrevistados, o grupo também associa que a principal contribuição para a qualidade de vida em Florianópolis está ligada aos fatores ambientais naturais presentes na ilha.

Importante salientar, que todos os participantes do grupo focal escolheram Florianópolis para morar e relatam que adquiriram características de estilo de vida sustentável morando na ilha e percebem uma consciência maior da cidade sobre o assunto, em relação as cidades onde moravam, sobretudo, quanto a preservação ambiental e consumos mais saudáveis e sustentáveis.

Esta pesquisa auxilia o estudo de cidades sustentáveis buscando compreender fatores que influenciam a qualidade de vida. Ademais, foram analisadas as características do desenvolvimento urbano sustentável em Florianópolis, bem como a sua contribuição para a qualidade de vida e a percepção dos atores e moradores acerca das temáticas.

Como limitação do estudo, relaciona-se a impossibilidade de entrevistar os gestores responsáveis por todos os eixos abordados, assim como aprofundar a análise de cada eixo e construto presente no trabalho. Também o fato do pesquisador não residir em Florianópolis e, desse modo, não acompanhar de perto os problemas e as soluções que a cidade oferece sobre o tema.

Portanto, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas com a intenção de aprofundar cada eixo analisado, a fim de ajudar na construção teórica das temáticas. Ou ainda, novos estudos sobre cidades sustentáveis que possam contribuir para o futuro mais sustentável das cidades, bem como a qualidade de vida dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- AALBORG. **Aalborg+10 - Inspiring futures. 2004.** Disponível em <<https://agenda21seia.files.wordpress.com/2010/11/compromissosaalborg.pdf>> Acesso em 10 de maio 2019.
- ABBAS M. HASSAN, Hyowon Lee. **Toward the sustainable development of urban areas: An overview of global trends in trials and policies.** Land Use Policy 48, 199–212. 2015.
- ARDILA, R. **Calidad de vida: una de definición integradora.** Revista Latinoamericana de Psicología, 35(2), 161-164. 2003.
- ARITA-WATANABE, B. Y. **La capacidad y el bienestar como dimensiones de estudio de la calidad de vida.** Revista Colombiana de Psicología, 14, 73-79. 2005.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL. Perfil – RM – **Florianópolis, 2013.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_rm/florianopolis> Acesso em 08 de janeiro de 2019.
- ASSOCIAÇÃO R3 ANIMAL. **Site da Associação R3 Animal – Florianópolis – Brasil.** Disponível em <<http://www.r3animal.org>> Acesso em 20 janeiro de 2019.
- AZEVEDO, C. S. I. TEIXEIRA, S. C. **Florianópolis: Uma Análise Evolutiva do Desenvolvimento Inovador da Cidade a partir do seu Ecossistema de Inovação.** Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí – REAVI, v. 6, n. 9, 2017.
- BBC, BRASIL. **Florianópolis é cidade mais favorável ao empreendedorismo, diz estudo.** 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141124_empreendedorismo_lgb_lk> Acesso em 20 de março de 2018.
- BBC NEWS BRASIL. **Chuvas no Rio de Janeiro, os alagamentos de São Paulo causaram mortes.** 2019 Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47864611>> acesso em 21 de maio de 2019.
- BICHUETI, Roberto Schoproni. **Fatores que condicionam a formação de ambientes urbanos inovadores em cidades sustentáveis.** Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Rio Grande do Sul. 2016.
- BID, CAIXA e BAOBÁ. **A Rede de Monitoramento Cidadão (RMC).** Pesquisa de Opinião Pública Florianópolis, 2017.
- BID, CAIXA e PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Plano de Ação Florianópolis Sustentável 2015.** Disponível em <http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/plano_de_acao_florianopolis_sustentavel_bid_caixa.pdf> Acesso em 10 janeiro de 2019.

CANTÚ-MARTÍNEZ, P. C. **El axioma del desarrollo sustentable**. Revista de Ciências Sociais, 137(3), 83-91. 2012.

CANTÚ-MARTÍNEZ, P. C. **Calidad de vida y sustentabilidad: una nueva ciudadanía**. Ambiente y Desarrollo, 19(37), 09-21. 2015.

CARPIO, C.; PACHECO, V.; FLORES, C.; CANALES, C. **Calidad de vida: un análisis de su dimensión psicológica**. Revista Sonorense de Psicología. Vol. 14, No. 1 y 2, 3-15. 2000.

CASTAÑEDA, E. **Calidad de vida y cambio: reformas institucionales**. Caracas, Venezuela. 1986

CATARINAS. **Jornalismo com Perspectiva de Gênero**. 2019. Disponível em: <https://catarinas.info/linha-editorial/> Acesso em 30 janeiro de 2019.

CITY of EDINBURGH COUNCIL. **Edinburgh council's social media accounts**. 2014. Disponível em: <<http://www.edinburgh.gov.uk/socialmedia>> Acesso em 10 março de 2018.

COFFEY, A.; ATKINSON, P. **Making sense of qualitative data: complimentary research strategies**. Londres: SAGE Publications, 1996.

CONNECTED SMART CITIES. **Ranking Connected Smart Cities. 2015**. Disponível em: <<http://www.connectedsmartcities.com.br/index.php/csc-resultados-2015/>>. Acesso em 01 de junho de 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1991.

CORTESE, T. T. P.; KNISS, C. T.; MACCARI, E. A. **Cidades inteligentes sustentáveis**. São Paulo. Editora Malone Ltda., 2017.

COSTA, R. R. C. **Cidades Sustentáveis e Competitivas: Contribuições do Desenvolvimento Sustentável para a Atratividade dos Municípios**. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Rio Grande do Sul. 2019.

DALKEY, N.C. 1972. **Quality of life**. The rand corporation. Santa Monica, 1972.

DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, G. F. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Editora Gaia, 2002.

DURAN, J., & Pérez, V. **Smart, innovative and sustainable cities for the future income: Caracas city**. In Central American and Panama Convention (CONCAPAN XXXV), 2015.

EXAME. **As metrópoles brasileiras que proporcionam mais bem-estar**. 2013. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/as-metropoles-que-proporcionam-mais-bem-estar-para-populacao>> Acesso em 03 de março de 2018.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORIDA, R. **Cities and the creative class**. New York and London: Routledge, 2005.

FLORIPAMANHÃ. **Estudo complementar para a implementação do Plano de Ordenamento Náutico do Município de Florianópolis**. Associação FloripAmanhã, 2013.

FLORIPAMANHÃ. **Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região 2030**. FloripAmanhã e Fundação CEPA/Brasil. 2016.

FLORIPAMANHÃ. **Planos de Metas para Florianópolis até 2020**. FloripAmanhã e Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF. 2017.

FLORIPAMANHÃ, **Rede Mundial de Cidades Criativas da UNESCO 2014**. Disponível em: <http://floripamanha.org/wp-content/uploads/2014/02/unesco_relatorio_6a_2013.pdf> Acesso em 03 de março de 2018.

GASPAR, J. V.; MENEGAZZO, C.; FIATES, J. E.; TEIXEIRA, C. S., & GOMES, L. S. R. A (2016). **Revitalização de Espaços Urbanos: O Case do Centro Sapiens em Florianópolis**. Anais 26o Conferência Anprotec. Disponível em: <<http://via.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/10/A-revitslizacao-de-espacos-urbanos-o-case-do-centro-sapiens-em-florianopolis.pdf>>. Acesso em 09 de abril 2017.

GARCÍA - VINIEGRAS, C. R. V. **El bienestar psicológico: Dimensión subjetiva de la calidad de vida**. Revista Electrónica de Psicología Iztacala, 8(2), 1-20. 2005.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIBSON, R. B. **Sustainability assessment: basic components of a practical approach**. Impact Assess Proj Apprais 24:170–182. 2006.

GIDDINGS, B.; HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. **Back to the city: a route to urban sustainability**. In: JENKS, M; DEMPSEY, N. Future forms and design for sustainable cities. Amsterdam: Architectural, 2005.

GIL, A. C.: **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRARDI, P.; MARAZZI, R; TEMPORELLI, A. **Sostenibilità e smartness delle tecnologie innovative nelle smart city**. RdS report 14001790. Milan, www.rse-web.it . 2014.

GIFFINGER, R.; FERTNER, C.; KRAMAR, H.; PICHEL-R-MILANOVIC, N.; and MEIJERS, E. **European smart cities**. 2007<<http://www.smart-cities.eu/index2.html>> Acesso em 03 de março de 2018.

GLAESER, E. L. Review of Richard Florida's The Rise of the Creative Class. **Regional science and urban economics**. V.35, pp. 593–596, 2005.

GLAESER, E. L.. **The new economics of urban and regional growth**. In: Clark, G., Feldman, M., Gertler, M. (Eds.). The Oxford Handbook of Economic Geography. Oxford: Oxford University Press, pp. 83–98. 2003.

GLOBESCAN; MRC MCLEAN HAZEL. **The megacity challenges: a stakeholder perspective.** **Munich:** Siemens. 2007. Disponível em: <http://id.siemens.com/AboutUs/Documents/MegaCity-Report_1439020.pdf> Acesso em 08 de janeiro de 2018.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas – RAE. V.35, n.3, p. 20-29. 1995.

GONZÁLES, J. **Salud y seguridad social:** entre la solidaridad y la equidad. Revista Gerencia y Políticas en Salud 2. 2002

HAIR, J. F Jr. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

HALL, P. **Cities in civilization.** New York: Fromm International. 2001.

HAN, J., FONTANOS, P., FUKUSHI, K., HERATH, S., HEEREN, N., NASO, V., CECCHIN, C., EDWARDS, P., TAKEUCHI, K. **Innovation for sustainability: toward a sustainable urban future in industrialized cities.** Sustainability science, 2012.

INDÍCE DE BEM ESTAR URBANO – IBEU. **Observatório das Metrôpoles.** IPPUR/UFRJ, 2013. Disponível em <https://ibeu.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/05/Indice_de_bem-estar_urbano.pdf> Acesso em 09 de agosto de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010.** Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=0>> Acesso em 08 de janeiro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População Estimada de Florianópolis – SC, 2018.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html?>> Acesso em 22 de maio de 2019.

Intergovernmental Panel on Climate Change (2007a) Climate change 2007: synthesis report. <http://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/syr/en/contents.html> Acesso em 05 de março de 2018.

JACOBI, P. **Cidade e meio ambiente – percepções e práticas em São Paulo.** São Paulo: Annablume, 2000.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades.** 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JACOBS, M. **La economía verde. Medio Ambiente, desarrollo sostenible y la política del futuro.** Barcelona: Icaria/Fuhem. 1996

JACKSON, T. **Quality of life, economic growth and sustainability.** In M. Cahill, & A. Fitzpatrick (Eds.), Environment and welfare: Towards a green social policy (p. 97–116). London: Palgrave Macmillan.2002.

KAHNEMAN, D.; DIENER, E.; SCHWARTZ, N. **Well-Being: Foundations of Hedonic Psychology**. Russell Sage Foundation. 1999.

KAMP, V. I.; LEIDELMEIJER, K.; MARSMAN, G.; HOLLANDER, A. **Urban environmental quality and human well-being Towards a conceptual framework and demarcation of concepts; a literature stud**. Landscape and Urban Planning 65, 5–18. 2003.

KEIVANI, R. **A review of the main challenges to urban sustainability**. International Journal of Urban Sustainable Development, v. 1, n. 1-2, pp. 5-16. 2010.

KRAN, F., FERREIRA, F., P., M. **Qualidade de vida na cidade de Palmas–TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos**. SciELO Brasil. 2006.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp. 1998.

LEITE, C.; AWAD, J. C. M. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LO, C. P. e FABER, B. J. **Integration of Landsat Thematic Mapper and Census Data for Quality of Life Assessment**. Remote Sensing of Environment. New York, n.62, p.143-157. 1997.

LÓPEZ-VIZCAÍNO, M. E., y SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, P. **La medición de la calidad de vida en las comarcas gallegas**. Revista Galega de Economía, 18(1), 1-20. 2009.

LORA, E. (Coord.). **Calidad de vida: Más allá de los hechos**. México: Banco Interamericano de Desarrollo /Fondo de Cultura Económica. 2008.

MANVILLE, C., et al. **Mapping smart cities in the EU**. 2014. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2014/507480/IPOL-ITRE_ET\(2014\)507480_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2014/507480/IPOL-ITRE_ET(2014)507480_EN.pdf)> Acesso em 02 de março de 2018.

MARANS, R., W. STIMSON, R., J. **Investigating quality of urban life: theory, methods, and empirical research**. Journal of Regional Science. Vol: 52, p. 382-384. 2012.

MARICATO, E. VIANA, G. **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MCMAHON, S., K. **The development of quality of life indicators - a case study from the City of Bristol, UK**. Ecological Indicators 2. pg. 177–185. (2002).

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MIEG, H. A. **Sustainability and innovation in urban development: Concept and Case**. Sustainable Development, v. 20, pp. 251-263. 2012.

MORATO, R. G.; KAWAKUBO, R. G.; LUCHIARI, A. **Mapeamento da qualidade de vida em áreas urbanas: Conceitos e Metodologias**. V Encontro da Associação de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, ANPEGE/UFPR/UFSC. 2003.

MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research**. London: SAGE Publications, 1997.

NAHAS, M.I.P. **O índice de qualidade de vida urbana de Belo Horizonte: experiência de construção e perspectivas de aplicabilidade de um instrumento urbanístico, na gestão da cidade. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro – Curso de Gestão Urbana e de Cidades**. Belo Horizonte, 2000.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **Roteiro para a localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável: Implementação e acompanhamento no nível subnacional**. Organização das Nações Unidas, 2016.

Nava-Galán, M. G. **La calidad de vida: Análisis multidimensional**. Enfermería Neurológica 11(3), 129-137. 2012.

NEVENS, F.; FRANTZESKAKI, N.; GORISSEN, L.; LOORBACH, D. **Urban transition labs: co-creating transformative action for sustainable cities**. Journal of Cleaner Production. V.50. p 111-122. 2013.

OLIVEIRA, M; FREITAS, H. **Focus groups: instrumentalizando o seu planejamento**. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais – paradigmas, estratégias e métodos, pp. 325-346. São Paulo: Saraiva, 2006.

PARIKH, J.; VIBHOOTI, S. **Urbanization, energy use and greenhouse effects in economic development: results from a cross-national study of developing countries**. Glob Environ Change 5(2):87–103. 1995.

PEREIRA, E. M. **Indicadores de urbanidade como aprimoramento do Programa Minha Casa Minha Vida**. Relatório técnico-científico MCidades/CNPq/MCTI no 11/2012. Florianópolis, Laboratório Cidade e Sociedade. 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF. **Cadernos de Planejamento e Projetos Urbanos de Florianópolis. + Pedestres. 2018**. SMDU e IPUF. Disponível em: <http://espacospublicos.pmf.sc.gov.br/downloads/A&P_maispedestres/MAISPEDESTRES01_MAR2018.pdf> Acesso em 29 de maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis – PMHIS**. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental - SMHSA. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS - PMF. **O Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis**. Lei Complementar n. 482, de 17 de janeiro de 2014.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Programa Cidades Sustentáveis**. São Paulo: Rede Nossa São Paulo; Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis; Instituto

Ethos. 2016. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br>> Acesso em 30 maio de 2019.

PROJETO SALVE FLORIPA. **Site Porto da Ilha – Projeto Salve Floripa fundando em 2010**. Disponível em: < <https://portodailha.com.br/site/conheca-o-projeto-salve-floripa/>> Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

RIBEIRO, D. L. J. **Grupos Focados Teoria e Aplicações**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção. Porto Alegre. FEEng. 2003.

RIBEIRO, H.; VARGAS, H. C. **Qualidade Ambiental Urbana: Ensaio de uma definição**. In: VARGAS, H. C.; RIBEIRO, H. (org.) *Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana*. São Paulo: Edusp, p.13-19. 2001.

ROCHE, S.; NABIAN, N.; KLOECKL, K., and RATTI, C. (2012). **“Are ‘smart cities’ smart enough?”** Global Geospatial Conf., Global Spatial Data Infrastructure Association (GSDI), Quebec City, Canada. 2013.

RODRÍGUEZ, N. y GARCÍA, M. **La noción de calidad de vida desde diversas perspectivas**. *Revista de Investigación*, 57, 49-68. 2005.

ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. *Cidades para um pequeno planeta*. 1 ed. 6a reimpressão. São Paulo: G. Gili, 2013.

Romero, M. A. B. **A arquitetura bioclimática do espaço público, Brasília**, Editora UnB. 2007.

ROUTE BRASIL. **Site do Projeto ROUTE Brasil fundando em 2011**. Disponível em <<https://routebrasil.org>> Acesso em 16 de janeiro de 2019.

SALAS-ZAPATA, C. y GRISALES-ROMERO, H. **Calidad de vida y factores asociados en mujeres con cáncer de mama en Antioquia, Colombia**. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 8(1), 9-18.2010.

SÁNCHEZ - MADARIAGA, I. **Infraestructuras para la vida cotidiana y calidad de vida**. *Ciudades*, 8, 101-133.2004.

SEBRAE. **Santa Catarina em Números. 2013**. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatorio%20Estadual.pdf>> Acesso em 22 de abril de 2019.

SIEMENS AG. **Índice de cidades verdes da América Latina**. Munique: Siemens. 2010. Disponível em: <http://www.siemens.com/entry/cc/features/greencityindex_international/br/pt/pdf/report_latam_pt_new.pdf>. Acesso em 03 de março de 2018.

SILVA, P. P.; BICHUETI, S. R.; COSTA, R. R. C.; DUBOU, G.; PIRES, A. E. **Desenvolvimento urbano sustentável e qualidade de vida: uma pesquisa bibliométrica das publicações na base Web of Science**. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 5, n 10. 2018.

Smart Aarhus. **WIFI. 2014.** Disponível em: <<http://www.smartaarhus.eu/wifi/>> Acesso em 03 de março de 2018.

SOUTHCLIE-ASHTON, A. **La revolución industrial, 1760-1830.** México: Fondo de Cultura Económica. 2008.

SOUZA, E. L.; SUGAI, M. I. **A (i)mobilidade como reflexo das desigualdades no espaço urbano.** Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. "VIII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Balneário Camboriú, Junio 2016". Barcelona: DUOT, 2016. Disponível em <<http://hdl.handle.net/2117/101381>> Acesso em 29 de setembro de 2018.

SOUZA, E. L.; SUGAI, M. I. **Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 20, 2018.

STALEY, S., and CLAEYS, E. "Is the future of development regulation based in the past? Toward a market-oriented, innovation friendly frame-work." J. Urban Plann. Dev., 202–213. 2005.

STATE of GREEN. **Clean and tasty drinking-The waterworks of Osterby.** 2014. Disponível em: <<http://stateofgreen.com/en/profiles/city-of-aarhus>> Acesso em 09 de fevereiro de 2018.

SATTERTHWAITE, D.; MCGRANAHAN, G; TACOLI, C. **Urbanization and its implications for food and farming.** Philos Trans R Soc B 365(1554):2809–2820. 2010.

TOLLEY G. S. **Urbanization and economic development. In: Tolley GS, Thomas V (eds) The economics of urbanization and urban policies in developing countries.** The World Bank, Washington, DC. 1987.

TOVAR, T., A., C. **Calidad de vida: realidad y percepción.** Universidad Nacional de Colombia, Bogotá. 2010.

TURKOGLU, H. **Sustainable development and quality of urban life.** Procedia Soc. Behav. Sci. 202, 10–14. 2015.

ÜLENGİN, B., ÜLENGİN, F., GÜVENÇ, U. **A multidimensional approach to urban quality of life: The case of Istanbul.** European Journal of Operational Research 130. 361-374. 2001.

UN-HABITAT. **State of the World's Cities, 2012/2013.** Nairobi: UN-HABITAT e Routledge: Kenya, 2013a. Disponível em: <http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3387>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

United Nations Conference on Environment and Development (UNCED) (1993) **Agenda 21: Programme for Action on Sustainable Development** (New York, United Nations). Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>> Acesso em 03 de março de 2018.

UNITED NATIONS. **World Urbanization Prospects: revision 2014**. United Nations, New York, 2014. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>> Acesso em 03 de março 2018.

URZÚA, A. y CAQUEO-URIZAR, A. **Calidad de vida: Una revisión teórica del concepto**. *Terapia Psicológica*, 30(1), 61-71. 2012.

WAHL, H.W., and WEISMAN, G.D. “**Environmental gerontology at the beginning of the new millenium: reflections on its historical empirical and theoretical development**”, *The Gerontologist*, Vol. 43. 2003.

WCED, **World Commission on Environment and Development. (1987). Our common future**. Disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/152/WCED_v17_doc149.pdf?sequence=1> Acesso em 03 de março de 2018.

WILLIAMS, K. **Sustainable cities: research and practice challenges**. *International Journal of Urban Sustainable Development*, v. 1, n. 1-2, pp. 128-132. 2010.

WILHEIM. J. DEAK K. **Maximização da qualidade de vida em conjuntos habitacionais**. COHAB, São Paulo, 1970.

WHO, World Health Organization Group. **The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): development and general psychometric properties**. *Social Science & Medicine*, 46(12), 1569–1585. 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YUAN, Y., and LI, Y. **Research on the construction of innovation- driven smart cities**. Proc., 2014 Int. Conf. on Construction and Real Estate Management (ICCREM), ASCE, Reston, VA, 1719–1726. 2014.

ZAPATA, C.S.; ROMERO, H.G. **Calidad de vida y factores asociados en mujeres con cáncer de mama en Antioquia, Colombia**. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 8(1), 9-18., 2010.

ZHAO, P. **Sustainable urban expansion and transportation in a growing megacity: consequences of urban sprawl for mobility on the urban fringe of Beijing**. *Habitat Int.* 34, 236–243. 2010.

ZUBIZARRETA, I.; SERAVALLI, A.; ARRIZABALAGA, S. **Smart city concept: What it is and what it should be**. *Journal of Urban Planning and Development*. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Protocolo de Entrevistas Semiestruturado

DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DE VIDA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS-SC

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por intermédio do Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA), está realizando uma pesquisa acadêmica e científica que pretende analisar o desenvolvimento urbano sustentável e a qualidade de vida urbana, tendo como estudo de caso, a cidade de Florianópolis – SC. Neste sentido, busca-se compreender os fatores associados ao desenvolvimento urbano sustentável que contribuem para a qualidade de vida urbana em Florianópolis.

A presente pesquisa está sendo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Ecoinnovar (CNPq) e operacionalizada por Pabla Pereira da Silva, Mestranda em Administração no PPGA/UFSM, sob orientação da Prof. Dr. Roberto Schoproni Bichueti

Ressalta-se que as informações obtidas serão utilizadas somente para fins acadêmicos.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas pelos e-mails: pablapereira@yahoo.com.br ou roberto.bichueti@ufsm.br

Agradecemos, desde já, a atenção dispensada em responder ao instrumento de coleta de dados e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Bloco I - Perfil do respondente
1. Nome da Instituição/empresa:
2. Responsável pelas informações:
3. Cargo:
4. Formação:
5. Tempo de atuação na instituição/empresa:

Bloco II – Práticas de Gestão das Cidades Sustentáveis
1. Inicialmente, na sua opinião, o que define uma Cidade Sustentável?
2. Quais as principais características encontradas na cidade de Florianópolis de uma Cidade Sustentável?
3. Um dos aspectos importantes quando se trata de Cidades Sustentáveis é o PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO . Principalmente, quando considera as questões ambientais, sociais, econômicas e culturais e da saúde para o benefício de todos. Como você avalia este aspecto na cidade de Florianópolis?

4. Com relação a GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE , sobretudo as etapas de Execução e Avaliação. Como se dá o monitoramento dos objetivos e metas estipuladas?
5. Em termos de GOVERNANÇA , existem processos de decisão com a promoção de instrumentos da democracia participativa? Existem espaços para audiências públicas, conselhos ou conferências?
6. Quando se trata de desenho urbano, há um importante aspecto que se relaciona: a questão de MOBILIDADE E MENOS TRÁFEGO . Como em várias cidades brasileiras, Florianópolis tem muitos desafios nessa área. como você avalia a mobilidade em Florianópolis? Como se dá a mobilidade sustentável em Florianópolis? E como é feita a promoção da qualidade do transporte?
7. Em termos de AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE , como se dá a proteção, a promoção da saúde e o bem-estar dos cidadãos de Florianópolis?
8. Existem políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural e o pluralismo? No que se trata da CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE , como se dá a defesa do patrimônio natural, construído e imaterial? Como promovem a preservação da memória e a transmissão das heranças culturais e artísticas?
9. Em termos de EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA , existem projetos para integrar na educação formal e não formal valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável?
10. Como acontece a ECONOMIA LOCAL, DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL , em Florianópolis? Existem projetos que criam condições para essa economia e que promovam o acesso ao emprego sem prejudicar o meio ambiente?
11. Como a Cidade assume a responsabilidade para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos BENS NATURAIS COMUNS ?
12. De que forma se dá EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ e a promoção de comunidades inclusivas e solidárias? Como acontece a inclusão social das comunidades afro-brasileiras, LGBT, moradores de rua e deficientes físicos? DO LOCAL PARA O GLOBAL , quais responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade são assumidas em Florianópolis?
13. Na sua opinião, existem outras características, que não foram mencionadas, que fazem de Florianópolis uma Cidade Sustentável? Quais?

Bloco III – Qualidade de Vida Urbana

Segundo o Observatório das Metrópoles do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Florianópolis possui boas condições de bem-estar urbano, considerando o Índice de Bem-estar Urbano (0,8161). Para você, quais fatores estão relacionados a essa qualificação?

1. Quando se trata de **QUALIDADE DO AMBIENTE FÍSICO**, quais serviços municipais e de infraestrutura a cidade oferece? Que cuidados são tomados com relação aos tipos de casa e arranjo de construção? Como acontece o desenvolvimento de áreas verdes, a preservação da vegetação natural e o desenvolvimento de áreas de lazer?

2. Quanto a **QUALIDADE DO AMBIENTE SOCIAL**, como se dá a extensão dos serviços educacionais e de saúde? Quanto a população idosa, como se dá a promoção da saúde e bem-estar? Como ocorre a promoção das atividades culturais e de entretenimento? E ainda, como é feita a segurança dos moradores de Florianópolis?

3. Com relação ao custo de vida, ao custo de moradia e a oportunidade de encontrar um emprego satisfatório, como se encontra a **QUALIDADE DO AMBIENTE ECONÔMICO** para a população habitante?

4. Uma cidade conectada é capaz de otimizar os serviços municipais. Do mesmo modo, o transporte público de qualidade pode diminuir o uso de automóveis individuais e, por consequência, melhorar o tráfego urbano. Como se dá o desenvolvimento de **QUALIDADE DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO** em Florianópolis? Além disso, quais soluções estão sendo tomadas para melhorar o fluxo do tráfego, principalmente, na ponte que liga a ilha ao continente? Por fim, existem projetos de apoio a transportes alternativos, como por exemplo, o uso da bicicleta?

5. Na sua opinião, como os habitantes de Florianópolis contribuem para o desenvolvimento de qualidade de vida urbana?

6. Para você, existem outras características, não mencionadas, que fazem de Florianópolis uma cidade que promove qualidade de vida para os seus habitantes? Quais são elas?

APÊNDICE B – Protocolo de Entrevistas Semiestruturado – Grupo Focal

DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DE VIDA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS-SC

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por intermédio do Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA), está realizando uma pesquisa acadêmica e científica que pretende analisar o desenvolvimento urbano sustentável e a qualidade de vida urbana, tendo como estudo de caso, a cidade de Florianópolis – SC. Neste sentido, busca-se compreender os fatores associados ao desenvolvimento urbano sustentável que contribuem para a qualidade de vida urbana em Florianópolis.

A presente pesquisa está sendo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Ecoinnovar (CNPq) e operacionalizada por Pabla Pereira da Silva, Mestranda em Administração no PPGA/UFSM, sob orientação da Prof. Dr. Roberto Schoproni Bichueti

Ressalta-se que as informações obtidas serão utilizadas somente para fins acadêmicos.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas pelos e-mails: pablapereira@yahoo.com.br ou roberto.bichueti@ufsm.br

Agradecemos, desde já, a atenção dispensada em responder ao instrumento de coleta de dados e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Bloco I - Perfil do respondente
1. Nome:
2. Idade:
3. Formação/Profissão:

Bloco II – Práticas de Gestão das Cidades Sustentáveis
1. Inicialmente, na sua opinião, o que define uma Cidade Sustentável?
2. Quais as principais características encontradas na cidade de Florianópolis de uma Cidade Sustentável?
3. Em termos de GOVERNANÇA, existem processos de decisão com a promoção de instrumentos da democracia participativa? Existem espaços para audiências públicas, conselhos ou conferências?
4. Quando se trata de desenho urbano, há um importante aspecto que se relaciona: a questão de MOBILIDADE E MENOS TRÁFEGO. Como em várias cidades brasileiras, Florianópolis tem muitos desafios nessa área. Como você avalia a mobilidade em Florianópolis? Como se dá a mobilidade sustentável em Florianópolis? E como é feita a promoção da qualidade do transporte?
5. Em termos de AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE, como se dá a proteção, a promoção da saúde e o bem-estar dos cidadãos de Florianópolis?

6. No que se trata da CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE , existem políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural e o pluralismo? Como promovem a preservação da memória e a transmissão das heranças culturais e artísticas?
7. Em termos de EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA , existem projetos para integrar na educação formal e não formal valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável?
8. Como acontece a ECONOMIA LOCAL, DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL em Florianópolis? Existem projetos que criam condições para essa economia e que promovam o acesso ao emprego sem prejudicar o meio ambiente?
9. De que forma se dá EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ e a promoção de comunidades inclusivas e solidárias? Como acontece a inclusão social das comunidades afro-brasileiras, LGBT, moradores de rua e deficientes físicos?
11. Na sua opinião, existem outras características, que não foram mencionadas, que fazem de Florianópolis uma Cidade Sustentável? Quais?

Bloco III – Qualidade de Vida Urbana
1. Quando se trata de QUALIDADE DO AMBIENTE FÍSICO , quais serviços municipais e de infraestrutura a cidade oferece? É percebido o desenvolvimento de áreas verdes, a preservação da vegetação natural e o desenvolvimento de áreas de lazer?
2. Quanto a QUALIDADE DO AMBIENTE SOCIAL , como se dá a extensão dos serviços educacionais e de saúde? Quanto a população idosa, como se dá a promoção da saúde e bem-estar? Como ocorre a promoção das atividades culturais e de entretenimento? E ainda, como é feita a segurança dos moradores de Florianópolis?
3. Com relação ao custo de vida, ao custo de moradia e a oportunidade de encontrar um emprego satisfatório, como se encontra a QUALIDADE DO AMBIENTE ECONÔMICO para a população habitante?
4. Como se dá o desenvolvimento de QUALIDADE DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO em Florianópolis? Existem projetos de apoio a transportes alternativos, como por exemplo, o uso da bicicleta?
5. Para você, existem outras características, não mencionadas, que fazem de Florianópolis uma cidade que promove qualidade de vida para os seus habitantes? Quais são elas?

ANEXO

Descrição das 11 áreas investidas no Plano de Metas do governo local – 2017-2020.

Setor I – Saúde
- Ampliação da capacidade de atendimentos das UPA'S
- Manter estoques suficientes de medicamentos e modernizar equipamentos clínicos e hospitalares
- Fortalecimento e qualificação da gestão, com ênfase na administração e capacitação de recursos humanos, na tecnologia da informação e da comunicação e no diálogo com servidores e comunidade
- Fortalecimento do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde
- Buscar parcerias na esfera Estadual e Federal para melhorar o funcionamento dos hospitais públicos de Florianópolis
Setor II – Educação
- Melhorar planejamento e reorganização de vagas, horários de atendimento e qualificação dos professores
- Promover reformas necessárias nos prédios das escolas
- Viabilizar programas educacionais, de inclusão profissionalizantes, vocacionais, em tempo integral
- Promover parcerias com as Associações de Pais e Professores
- APP para a utilização dos espaços públicos, voltados a integração entre comunidades e difusão do esporte, da cultura e lazer
Melhorar as condições de trabalho dos professores
- Criar possibilidades de incrementos do conteúdo pedagógico, englobando a cultura açoriana, educação ambiental e financeira
- Construir, reformar e equipar laboratórios de aprendizagem avançada
- Ampliar o numero de quadras cobertas e oferta de cursos de formação aos profissionais de educação
Setor III – Segurança Pública
- Policiamento ostensivo, como programas de ronda 24 horas
- Unidades móveis da guarda municipal em pontos de maiores suscetibilidades de crimes
- A criação de programas que promovam a segurança no perímetro das escolas
- Aumento das unidades de vigilância eletrônica e manutenção permanente destas
- Intensificar a participação GMF no controle e fiscalização do trânsito e no auxílio as crianças no entorno das escolas
- Ampliar a estrutura da GMF
- Apoiar as atividades de cunho social e integradas de prevenção ao crime e à violência nas áreas de maior vulnerabilidade
Setor IV – Mobilidade Urbana
- Melhorias na mobilidade urbana, por meio de projetos de infraestrutura e integração de modais de transporte e incentivo à alternativos
- Elaborar e implantar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana
- Adequar todo o sistema de transporte público urbano às condições de acessibilidade, composto por veículos, pontos de parada, terminais e equipamentos urbanos, grade de horários e itinerários
- Promover uma nova política de circulação viária na cidade, dando prioridade ao transporte coletivo de qualidade
- Adequar o horário de funcionamento da cidade, diluindo a concentração dos picos de circulação
- Ampliar o investimento em calçadas, ruas, e áreas exclusivas para pedestres, adequando à acessibilidade
- Desenvolver transporte marítimo integrado aos demais municípios e modais de transporte existentes
- Promover uma ampla qualificação de motoristas, cobradores, taxistas, operadores de transportes turístico e escolar, através do Projeto “Capacitando os Amigos”
- Incentivar o uso de combustíveis menos poluentes e controle da poluição
- Implantar novas ciclovias
- Realizar um programa de pavimentação de ruas
- Construir bicicletário público municipal
- Implantar o projeto bicicleta compartilhada com diversos pontos de retirada e de devolução
- Envidar esforços junto a Superintendência da Região Metropolitana para promover os interesses comuns aos municípios
Setor V – Saneamento Básico
- Incentivar a ligação de esgoto residencial as redes públicas coletoras
- Promover fiscalização permanente nos Balneários

- Articular com os municípios da Grande Florianópolis a utilização dos recursos hídricos disponíveis para abastecimento do Sistema Integrado de Florianópolis
- Elaborar projetos de sistemas coletivos alternativos de esgotamento sanitário em regiões isoladas, que por razões técnicas não haja viabilidade de integração à rede pública de coleta e tratamento ou de utilização de sistema individual
- Realizar a campanha de educação ambiental
- Promover a cooperação técnico-científica dos setores públicos e privados para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de reciclagem, reutilização e tratamento dos resíduos sólidos
- Implantar unidades de tratamentos de resíduos orgânicos
- Projetar e implantar sistema de infiltração e detenção de águas pluviais nas áreas urbanas, com prioridade para áreas de maior risco de inundação
- Implantar sistema de alerta contra enchentes, de forma articulada com a Defesa Civil
- Viabilizar através da CASAN a implantação de tratamento de efluentes nos municípios vizinhos
Setor VI – Cultura
- Promover a capacitação de gestores, produtores e demais agentes culturais visando à qualificação da produção artística e cultural na cidade, aliada às novas tecnologias de informação e comunicação
- Adotar a Economia Criativa como uma das estratégias de desenvolvimento para Florianópolis
- Fomentar o empreendedorismo e valorizar a moda, o design, as artes urbanas, o grafite e a gastronomia, entre outras expressões culturais da atualidade, ligadas a atividades criativas, fortalecendo a economia da cultura
- Estabelecer parcerias e/ou convênios para apoio a projetos de iniciativas não governamentais que tenham relevância sociocultural, visando intensificar e qualificar a agenda cultural de Florianópolis.
- Estimular e apoiar a produção de publicações sobre a história, a cultura e as artes.
- Priorizar a Cultura como direito fundamental do cidadão, fazendo com que, junto com a Educação, a Saúde e a Ciência e Tecnologia, seja um importante vetor de transformação social.
- Fortalecer a transversalidade da cultura nas diversas políticas públicas municipais.
- Fortalecer parcerias e/ou convênios com outras instituições para promoção de programas, projetos e ações voltadas à cultura inclusiva.
- Promover programas e ações que assegurem o acesso aos bens, serviços e produtos da cultura, e a liberdade de expressão de grupos minoritários e comunidades em situações de exclusão social ou de vulnerabilidade, ou ainda que envolvam questões de gênero, orientação sexual e etnia.
Setor VII – Esporte e Lazer
- Desenvolver projetos esportivos de inclusão social e de formação esportiva.
- Implantar projetos para pessoas com deficiências.
- Incentivar projetos esportivos que usem o meio ambiente como área de prática.
- Ampliar a integração das atividades desportivas comunitárias com as áreas da educação, saúde e segurança pública.
- Priorizar a realização de competições de modalidades onde haja atletas locais de destaque, aumentando o potencial de atração de novos praticantes.
- Priorizar a criação de espaços de lazer em áreas carentes, coma construção de mesas de dominó e xadrez, pistas de skate, quadras de basquete de rua etc..
- Incentivar a realização de competições nos bairros, como corridas de rua, natação em praias etc.
- Manter calendário intenso de atividades esportivas e de lazer nas praias, durante a temporada de verão.
- Oferecer atividades de esporte e lazer dedicadas à terceira idade nos balneários mais movimentados.
Setor VIII – Assistência Social
- Ampliar políticas sociais de inclusão, amparo e proteção ao idoso, jovens e pessoas em vulnerabilidade social.
- Construir abrigo municipal para Mulheres Vítimas de Violência, e em Situação de Rua.
- Construir Centro Dia para pessoas idosas, em parceria com a Secretaria de Saúde, para que os idosos passem o dia recebendo atendimento psicossocial e da área da saúde.
- Construir abrigo para crianças e adolescentes vítimas de violência e em situação de vulnerabilidade.
- Reestruturar e ampliar a casa de apoio a pessoas em situação de rua.
- Fortalecer a SEMAS em todas as políticas intersetoriais em ações voltadas à prevenção, combate e tratamento ao uso de álcool e drogas e fortalecer os Conselhos Tutelares.
Setor IX – Turismo
- Elaborar e implantar o plano estratégico de turismo para Florianópolis e região
- Promover a articulação intersetorial e interinstitucional, visando garantir a infraestrutura adequada ao município e região, de acordo com os princípios do planejamento, da sustentabilidade e da participação social.
- Ampliar a rede de saneamento ambiental nos balneários e bairros da cidade e região.

- Viabilizar as condições necessárias à construção de marinas e atracadouros na Ilha e região.
- Criar condições para escala de navios de cruzeiro em Florianópolis.
- Ampliar a oferta de chuveiros, sanitários e guarda-volumes públicos nas praias da Ilha.
- Incentivar a capacitação dos guias de turismo.
- Garantir a preservação dos conjuntos arquitetônicos históricos.
- Organizar um banco de dados com informações sobre produções artísticas e culturais. Aperfeiçoar a divulgação do calendário de eventos da cidade e estimular a autonomia financeira das Escolas de Samba, incrementar os desfiles e a divulgação do carnaval.
- Ampliar a rede de postos de informações turísticas na Ilha e Continente.
- Priorizar a captação e realização de grandes eventos esportivos, sobretudo de esportes ecologicamente corretos.
- Promover na cabeceira da ponte Hercílio Luz/Parque da Luz a instalação de equipamentos urbanos para atividades econômicas voltadas ao acolhimento do turista, com atividades culturais, gastronômicas e ambientais.
Setor X – Desenvolvimento Econômico
- Implantar o Plano Diretor.
- Incentivar o Conselho da Cidade, órgão democrático responsável pela coordenação do planejamento urbano e atualização permanente do Plano Diretor.
- Assegurar a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática da Política Urbana de Florianópolis.
- Estruturar um sistema municipal de informações sociais, culturais, econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, físico-territoriais, inclusive cartográficas e geológicas, ambientais, imobiliárias e outras de relevante interesse.
- Atualizar o diagnóstico das condições socioeconômicas e ambientais no município.
- Rever, simplificar e consolidar a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a assegurar a função social da propriedade urbana.
- Implantar política de uso e ocupação junto à orla marítima (insular e continental) assegurando resgate cultural, acessibilidade pública e infraestrutura qualificada compatível com seus condicionantes ambientais.
- Aplicar os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, especialmente o Estudo de Impacto de Vizinhança, para que se possa fazer a mediação entre os interesses privados e o direito à qualidade de vida urbana.
- Revitalizar áreas históricas e espaços públicos.
- Organizar e hierarquizar o sistema viário e de transporte de massa de maneira a priorizar o transporte coletivo sobre o individual e o pedestre sobre o automóvel, criando alternativas de modais integrados.
- Intensificar a assistência técnica aos produtores na Maricultura.
- Incentivar a produção de flores e a reprodução da flora nativa da ilha.
- Apoiar o desenvolvimento de estudos para viabilização de pecuária de animais rústicos de pequeno porte.
- Criar o Programa de Abastecimento Comunitário com produtos do pescado e da maricultura.
- Reestruturar e dinamizar as Feiras Livres e Feiras Orgânicas e Agroecológicas no centro e nos bairros.
- Apoiar o produtor artesanal, fornecendo assistência técnica e facilitando o acesso a linhas de crédito compatíveis.
- Desenvolver projeto de incentivo a tecnologias voltadas ao desenvolvimento sustentável por meio dos Arranjos Promotores de Inovação.
- Construção de canais e instrumentos qualificados de apoio à inovação para o desenvolvimento sustentável e para a transição à Economia Verde.
- Implantar a Cidade Digital, com Rede de Fibra Óptica, Voip e Internet Comunitária.
- Consolidar a marca “Capital da Inovação.
Setor XI – Qualificação da Gestão
- Aperfeiçoar os instrumentos de combate à fraude, o desperdício e a sonegação fiscal.
- Promover o uso das tecnologias de informação e comunicação, estimulando os cidadãos o acesso aos serviços públicos por meios eletrônicos.
- Implementar a Gestão do Conhecimento na Administração Pública Municipal, baseada em Indicadores de Sustentabilidade Urbana.
- Viabilizar a realização de convênios junto ao Governo Federal, Estadual e Universidades, dentre outros.
- Estabelecer parcerias com outras esferas de governo e o setor privado, especialmente investimentos em infraestrutura.
- Aperfeiçoar o atual modelo de gestão de desempenho baseado no monitoramento das Metas Estratégicas, com avaliação permanente, focando em resultados.
- Aumentar a confiabilidade e eficiência dos serviços de tecnologia da informação e comunicações do Município, tornando-os compatíveis com as demandas da cidade.

- Manter a sustentabilidade fiscal atingida, garantindo o pare dos recursos livres para os investimentos.
- Aperfeiçoar os processos do Sistema Municipal de Controle Interno.

Fonte: Elaborado pelo autor - baseado no Plano de Metas 2017-2020 (FLORIPAMANHÃ, 2017).